



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
LINHA: POLÍTICA EXTERNA, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

ANNA TERRA COSTA CORREIA LIMA

A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NA ERA DE XI JINPING

JOÃO PESSOA - PB

2023



ANNA TERRA COSTA CORREIA LIMA

A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NA ERA DE XI JINPING

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional

Orientadora: Professora Doutora Leila Maria Da Juda Bijos

JOÃO PESSOA - PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732p Lima, Anna Terra Costa Correia.

A política externa chinesa na era de Xi Jinping /
Anna Terra Costa Correia Lima. - João Pessoa, 2023.
96 f. : il.

Orientação: Leila Maria da Juda Bijos.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Política externa - China. 2. Iniciativa do
Cinturão e Rota. 3. Mar do sul da China. 4. Partido
comunista da China. 5. Xi Jinping. I. Bijos, Leila
Maria da Juda. II. Título.

UFPB/BC

CDU 327(529)(043)



Universidade Federal da Paraíba
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ATA Nº 15

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às 14h00min, por meio de videoconferência, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado da aluna ANNA TERRA COSTA CORREIA LIMA. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. ANDRÉ DA SILVA BUENO, UERJ, examinador externo à instituição, Dr. MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA, UFPB, examinador externo ao programa, Dra. LEILA MARIA DA JUDA BIJOS, UFPB, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte da professora Dra. LEILA MARIA DA JUDA BIJOS, que de imediato solicitou a(o) candidato (a) que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada A Política Externa Chinesa na Era de Xi Jinping.. Concluída a exposição, a professora Dra. LEILA MARIA DA JUDA BIJOS, presidente, passou a palavra ao professor Dr. ANDRÉ DA SILVA BUENO, para arguir a candidata, e, em seguida, ao professor Dr. MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA, para que fizessem o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido aprovado a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 90 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. A candidata não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. ANDRÉ DA SILVA BUENO, UERJ

Examinador Externo à Instituição

Dr. MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA, UFPB

Examinador Externo ao Programa

Dra. LEILA MARIA DA JUDA BIJOS, UFPB

Presidente

ANNA TERRA COSTA CORREIA LIMA

Mestrando

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos a todos que me acompanharam nessa árdua jornada. Em especial: a minha mãe, a minha maior motivação, que me acompanhou em todas as noites mal dormidas e ouviu - sem reclamar - as minhas inúmeras divagações sobre a política chinesa; a minha orientadora, amiga e mãe acadêmica, professora Leila Bijos; meu amigo e anjo da guarda Saamã Souza; e meu amigo, irmão e eterna duplinha, Helmer Marra.

“Estudar sem Pensar, isso leva a incertezas.

Pensar sem Estudar, isso leva a riscos”

(Confúcio, 2.15, 2012, p. 49)

RESUMO

Esta pesquisa tem foco na política externa (PE) chinesa contemporânea, em específico a política externa de Xi Jinping. A partir da pergunta: como se dá o pensamento de política externa chinesa na Era de Xi Jinping e como ele se materializa? O trabalho busca compreender e explorar de uma maneira geral as características da política externa do governo Xi Jinping, como ela é pensada e concretizada na prática. Esta dissertação parte da premissa de que houve uma mudança de paradigma na política externa do novo governo ao ser abandonada, em parte, a postura de política externa regida pelo princípio "*esconda sua força, ganhe tempo*" de Deng Xiaoping (1978-1992), que marcou o período de reformas e desenvolvimento econômico e se estendeu até o governo de Hu Jintao (2003-2013). Para estes fins será utilizada uma metodologia qualitativa com enfoque central na Análise de Política Externa, trazendo dois estudos de caso. Este trabalho visa resultar em uma análise compreensiva e multinível da política externa chinesa, considerando atores e estruturas.

Palavras-chave: Análise de Política Externa; Cinturão e Rota; China; Mar do Sul da China; Partido Comunista da China; Xi Jinping.

ABSTRACT

This research focuses on contemporary Chinese foreign policy (FP), specifically Xi Jinping's foreign policy. Starting from the question: how does Chinese foreign policy thinking take place in the era of Xi Jinping, and how does it materialize? This thesis seeks to understand and explore generally the characteristics of Xi Jinping's government's foreign policy, and how it is conceived and implemented in practice. This research is based on the premise that there was a paradigm shift in the foreign policy of the new government, when the foreign policy stance governed by the principle "hide your strength, gain time" by Deng Xiaoping (1978-1992), that marked the period of reforms and economic development and lasted until Hu Jintao's government (2003-2013), was partially abandoned. For these purposes, a qualitative methodology will be used with a central focus on Foreign Policy Analysis, bringing two case studies. This work aims to result in a comprehensive and multilevel analysis of Chinese foreign policy, considering actors and structures.

Keywords: Foreign Policy Analysis; Belt and Road; China; South China Sea; Communist Party of China; Xi Jinping.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A

AHC - Análise Histórica Comparada

APE - Análise de Política Externa

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático

C

CC - Comitê Central

CE - Conselho Estatal

CMCe - Comissão Central do Estado

CMCp - Comissão Militar Central do Partido

CNP - Congresso Nacional do Partido

CPP - Comitê Permanente do Politburo

E

ELP - Exército de Libertação Popular

I

ICR - Iniciativa Cinturão e Rota

L

LP - Líder Predominante

LSG - Leading Small Groups (LSG)

M

MRE - Ministério de Relações Exteriores

MSC - Mar do Sul da China

P

PCC - Partido Comunista da China

PE - Política Externa

PLB - Politburo

R

RPC - República Popular da China

S

SGP - Secretário Geral do Partido

U

UDA - Unidade de Decisão Autoritativa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do PCC.....	19
Figura 2 - A linha de nove traços da China e as outras disputas territoriais.....	74
Figura 3 - Iniciativa Cinturão e Rota.....	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Metodologia	11
2 PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICA EXTERNA	14
2.1 Análise de Política Externa e às Relações Internacionais	14
2.2 A Unidade de Decisão Autoritativa e o Líder Dominante	15
2.3 Processo Decisório em Política Externa do Governo Chinês	17
3 A POSIÇÃO DO LÍDER NO GOVERNO CHINÊS	24
3.1 O Líder Confuciano	24
3.2 O Líder Comunista	32
3.3 A Posição de Xi Jinping Como Líder Predominante e UDA	40
4 A POLÍTICA EXTERNA NA ERA DE XI JINPING	55
4.1 Os Objetivos da Política Externa Chinesa	55
4.2 A Política Externa de Xi Jinping	61
4.2.1 O Pensamento de Política Externa de Xi Jinping	63
4.2.2 Continuidades e Mudanças na Política de Xi Jinping	69
5 A POLÍTICA EXTERNA DE XI NA PRÁTICA	73
5.1 O Caso do Mar do Sul da China	73
5.2 Iniciativa Cinturão e Rota	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

A China, em virtude da sua expressividade econômica, geográfica, militar e populacional é um ator-chave nos âmbitos global e regional. A ascensão de Xi Jinping ao poder foi um marco para a política chinesa em seus âmbitos interno e externo. Infere-se acerca de ações mais intrépidas e assertivas por parte do governo — como a luta severa contra a corrupção (que resultou na prisão e afastamento de diversos membros do Partido Comunista da China) — além de uma mudança geral de tom no discurso de uma China que se transformou e adquiriu o status de uma grande potência, reconhecida internacionalmente.

O processo acelerado de crescimento econômico chinês, desde as reformas iniciadas nos anos 70, desencadeou o estabelecimento da República Popular da China (RPC) no século XXI como a segunda maior economia mundial, com um PIB de cerca de 14.72 trilhões de dólares (WORLD BANK, 2022). A RPC consolidou-se como um gigante internacional, não apenas pelo aspecto econômico, mas também por ser o país mais populoso do mundo com uma população de cerca de 1.4 bilhão de pessoas (WORLD BANK, 2022), constituindo um dos mercados mais importantes de consumo e mão de obra. É o terceiro maior país em extensão territorial e nos rankings de poderio militar segundo os marcadores do Global Firepower (2022). A partir destes enunciados quantitativos, compreende-se a importância da China como ator-chave do Sistema Internacional e a necessidade de se estudar o país, principalmente, no tocante à política externa contemporânea.

O estudo sobre a política externa chinesa da Era de Xi Jinping é fundamental para os *policy makers* (fazedores de política), tomadores de decisão, analistas internacionais, acadêmicos e o público em geral. Ela fornece o material necessário para compreender um dos atores mais relevantes do Sistema Internacional, cujas ações e decisões de política externa podem desencadear impactos globais relevantes.

Esta pesquisa parte da premissa de que houve uma mudança de paradigma na política externa do novo governo ao ser abandonada, em parte, a postura de política externa regida pelo princípio "*esconda sua força, ganhe tempo*" de Deng Xiaoping (1978-1992), que marcou o período de reformas e desenvolvimento econômico e se estendeu até o governo de Hu Jintao (2003-2013). Em seu lugar vigora uma diplomacia de grande potência e a premissa do rejuvenescimento nacional pelo "sonho chinês". Godbole (2015) constatou que em 2013, quando Xi Jinping assumiu a presidência, a China já havia adquirido poder suficiente para não mais precisar ganhar tempo. A nova posição chinesa foi declarada pelo próprio

presidente, enfatizando que o país utilizaria o poderio econômico acumulado nos 30 anos anteriores ao seu mandato para criar uma categoria de arquitetura econômica e de segurança regional asiática

Desta maneira, a partir da pergunta: como se dá o pensamento de política externa chinesa na Era de Xi Jinping e como ele se materializa? É possível ter como hipótese que houveram elementos de mudança e continuidade. Se por um lado, houve um processo de ruptura com os governantes anteriores, à medida que a PE se apresenta com uma faceta mais audaciosa e assertiva, onde Xi aparece como um líder dominante e figura personalista e centralizadora no processo decisório. Por outro lado, ainda se mantêm claros aspectos de continuidade com os governos anteriores.

Se objetiva compreender e explorar de uma maneira geral as características da política externa do governo Xi Jinping e como ela se concretiza na prática. Procura-se especificamente: descrever o processo decisório em externa chinesa; determinar o papel do líder na PE da China; analisar a formulação, a continuidade e a mudança na política de Xi, indicar o caso específico da PE chinesa aplicada ao Mar do Sul da China e a iniciativa Belt and Road.

1.1 Metodologia

Esta pesquisa parte do pressuposto que as Relações Internacionais, como um campo das Ciências Sociais, difere das Ciências da Natureza enquanto seu objeto de análise possui agência (HUDSON, 2005). Considerando a agência e influência do ser humano como fundamentais para a construção da política externa, a análise da política externa se caracteriza por ter um foco específico no ator, baseando-se no argumento de que “tudo o que ocorre entre nações e através das nações se baseia em tomadores de decisão humanos agindo sozinhos ou em grupos” (HUDSON, 2005, p.1, texto traduzido)¹. Ou seja, sob a perspectiva da análise de política externa, "a fonte de toda política internacional e toda mudança na política internacional são, especificamente, seres humanos usando sua [capacidade de] agência” (HUDSON, 2013, p.7, texto traduzido)².

¹No original: All that occurs between nations and across nations is grounded in human decision makers acting singly or in groups.

²The perspective of FPA is that the source of all international politics and all change in international politics is specific human beings using their agency.

Pressupõe-se então, que há protagonismo das unidades decisórias na Política Externa e que dentro de qualquer governo existe um indivíduo ou um conjunto de indivíduos capazes de empenhar os recursos da sociedade e, quando confrontados com um problema, possuem a autoridade para tomar uma decisão que não pode ser prontamente revertida (HERMANN, 2001a). Esse conjunto de tomadores de decisão é chamado de "unidade de decisão autoritativa" e procura-se entender aqui como ele molda a tomada de decisões em PE em diversas situações, questões e cenários políticos.

Considerando as perguntas e objetivos aqui definidos, assim como os pressupostos defendidos, será feita uma análise qualitativa, levando em conta eventos raros e contrafactuais que são comuns na análise política, e na presença da agência e das instituições nas explicações políticas (REZENDE, 2011). A abordagem de pesquisa tem enfoque na “causa dos efeitos”, condições necessárias e suficientes (REZENDE, 2011), para a hipótese levantada.

São utilizados neste trabalho conceitos de análise de política externa. A pesquisa é realizada em diferentes níveis, partindo de uma perspectiva da unidade decisória individual, com enfoque na personalidade do líder e sua orientação. Levando em consideração o processo organizacional e burocrático em que está inserido, além de contextos políticos culturais; domésticos; nacionais, e internacionais. Outro aspecto a ser analisado será a exploração da mudança de postura em política externa, sendo examinadas as circunstâncias para que esta ocorra e seu grau de intensidade. Dado este panorama e considerando a natureza do problema de pesquisa, uma questão que exige uma análise política e do indivíduo complexa, compreende-se que a metodologia qualitativa, focada em um levantamento bibliográfico extensivo.

A pesquisa se distinguirá em dois momentos diferentes. No primeiro momento, será discutida as abordagens sobre processo decisório e a mudança em política externa: o primeiro capítulo abordará a APE e as Relações Internacionais, a unidade de decisão autoritativa e o líder dominante e o processo decisório em política externa na China. O segundo capítulo englobará a posição do líder no governo chinês, considerando os impactos históricos e culturais do confucionismo e do comunismo, será discutida também a posição de Xi Jinping como líder predominante e unidade de decisão autoritativa. O terceiro capítulo abordará os objetivos tradicionais de PE chinesa, fazendo uma comparação entre a abordagem da primeira metade do século XXI e a do governo de Xi, em seus aspectos de continuidade, mudanças e contradições com os seus predecessores.

No segundo momento, o trabalho se dedica à construção de dois estudos de caso. Uma análise da concretização da política do governo de Xi Jinping no caso do mar do sul da China e da Iniciativa *Belt and Road*, pois “o estudo de caso [...] permite a análise detalhada de um fenômeno complexo, que se mistura ao seu próprio contexto. Nele, utiliza-se várias fontes de evidências, com revisão bibliográfica e análise de documentos abertos sobre o programa” (KUSS, 2020, p. 298). Aqui esta ferramenta tem o objetivo de testar em termos práticos as inferências levantadas pela análise teórica.

É importante ressaltar que embora a pesquisa esteja centrada nos anos 2013-2022 (que corresponde ao governo Xi), a comparação é feita com Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao. Isso se deve à continuidade do pensamento de política externa com o que foi proposto na reforma e abertura, no final do século XX, assim permitindo uma comparação mais justa e um diagnóstico mais preciso da relação entre líder e política externa chinesa.

Outra questão importante para a construção deste desenho são os estudos de caso escolhidos. A disputa territorial no Mar do Sul da China é uma questão considerada fundamental nos objetivos de política externa chinesa, é um caso histórico que envolve uma miríade de atores regionais e globais. A iniciativa *Belt and Road*, por sua vez, é um projeto de extrema importância, representando o novo governo e posição chinesa no âmbito internacional, assim como seu futuro e legado. Os casos escolhidos facilitam medir a postura chinesa ao longo do tempo, no presente e futuro próximo, a sua construção de agenda e preferências, assim como sua interação com outros atores.

2 PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICA EXTERNA

2.1 Análise de Política Externa e às Relações Internacionais

A política externa pode ser entendida como uma política pública que se encontra em construção permanente partindo de influências domésticas e externas (sistêmicas e de outros Estados e atores), constituindo uma importante ligação entre os campos das Relações Internacionais e da Ciência Política (KUSS, 2020). Ela abrange a fronteira entre as esferas interna e externa de um Estado e resulta de alianças de atores e grupos ativos domésticos e internacionais, envolvendo processos de barganha e compromisso que afetam os interesses destes (CARLSNAES, 2017).

Os atores e estruturas, e as interações entre eles, estão sempre presentes e são cruciais para a formação e postura de política externa. Hudson (2005), aponta que a contribuição mais importante do campo da APE para o aparato teórico das Relações Internacionais é identificar o ponto de interseção entre os campos materiais e ideológicos que influenciam o comportamento do estado: os tomadores de decisão humanos. Esta forma de compreender a ação como orientada para o agente e específica para o ator permite que se compreenda a variabilidade que existe na política externa para qualquer combinação possível de condições materiais e estruturais (HUDSON, 2005). Ao ser considerado o fator humano é possível compreender a mudança, a criatividade, a persuasão e a responsabilidade presentes nas relações internacionais.

Considerando a lógica weberiana da influência da estrutura na ação social, pode-se compreender a política externa como um processo complexo de interação entre diversos atores, inseridos em contextos estruturais distintos em um processo dinâmico de influência mútua (WEBER, 2019). Logo, enquanto as escolas tradicionais de relações internacionais (Realismo e Liberalismo) consideram o Estado como o principal ator, na APE, a unidade de análise mais importante são os tomadores de decisão que agem intencionalmente em nome das políticas que representam (CARLSNAES, 2017). Quanto às estruturas, estas se encontram nos mais diversos níveis e exercem variados graus de influência na formulação da PE:

As estruturas – políticas, culturais, psicológicas, econômicas, nacionais, regionais, globais, tecnológicas, ideacionais, cognitivas e normativas, para citar algumas das mais importantes – são onipresentes nas sociedades em todos os lugares, existindo em vários graus em todos os níveis, desde o grupos tribais mais isolados ao sistema global como um todo. Nem todos são igualmente importantes para a formulação de política externa, mas muitos são vitais e centrais para entender e explicar suas manifestações (CARLSNAES, 2017, p.114 texto traduzido)³

A relação dinâmica entre atores e estruturas faz-se necessária uma análise que os integre. Carlsnaes (2017) sugere um processo em três partes: 1) dimensão intencional, dá a razão (ou razões) específica para o objetivo de uma determinada política; 2) dimensão disposicional, foca nos sistemas de crenças, percepções e visões de mundo que motivam os tomadores de decisão a terem certos objetivos; 3) dimensão estrutural, contexto subjacente às dimensões psicológicas e cognitivas dos indivíduos, engloba os “fatores estruturais - domésticos e internacionais, sociais, culturais, econômicos, materiais ou ideacionais [...] que [...] influenciam, condicionam ou de outra forma afetam – seja por constrangimento ou por habilitação – valores humanos, preferências, humores e atitudes” (CARLSNAES, p.126, 2017, texto traduzido)⁴.

Deste modo, embora nesta pesquisa ainda se tenha um foco intenso no ator, os contextos e estruturas em que ele se insere não serão desconsiderados, sendo efetuada uma abordagem multinível, considerando aspectos teóricos e empíricos. Por conseguinte, este primeiro capítulo se dedicará a dar o embasamento teórico para o resto do trabalho.

2.2 A Unidade de Decisão Autoritativa e o Líder Dominante

Dada a relevância e centralidade da figura do tomador de decisão, se faz necessário compreender o seu grau de influência individual no processo decisório em política externa. A Unidade de Decisão Autoritativa (UDA) como Líder Predominante (LP) é definida por Valerie M. Hudson (2019) e Margaret G. Hermann (2001b) como uma pessoa que possui a “capacidade de comprometer os recursos da sociedade e, no que diz respeito ao problema

³No original: Structures—political, cultural, psychological, economic, national, regional, global, technological, ideational, cognitive, and normative, to name some of the most important—are omnipresent in societies everywhere, existing in various degrees on all levels from the most isolated tribal groupings to the global system as a whole. Not all are equally important to foreign policy making, but many are vital and central to understanding and explaining its manifestations.

⁴No original: Structural factors—domestic and international, social, cultural, economic, material, or ideational [...] that [...] influence, condition, or otherwise affect—either by constraint or by enabling—human values, preferences, moods, and attitudes.

específico que está sendo enfrentado, o poder de tomar uma decisão que não pode ser revertida prontamente” (HERMANN, 2001b, p. 84, texto traduzido).⁵

As autoras definem diversas variáveis sob as quais a unidade decisória será o LP. Primeiramente, é necessário que seja analisado o regime político no qual este líder está inserido, afinal diferentes regimes irão ofertar poderes e restrições díspares aos soberanos. Se um regime político possui uma pessoa a qual - por lei ou prática geral - é conferida a autoridade para investir ou barrar recursos governamentais no tocante a prática da PE e está no topo da hierarquia do mecanismo de formulação de política externa do país, e detém o controle da força (mecanismos coercitivos), essa pessoa poderá ser considerada um líder predominante.

Em segundo lugar, é preciso definir se o líder tem - ou não - interesse em lidar com a política externa. Embora seja importante destacar que certas situações podem compelir até um líder desinteressado a se envolver em assuntos de política externa, seja por questões pessoais ou contextuais, o que leva à terceira condição: situações de crise, inevitavelmente, serão tratadas pelo alto escalão do governo - afinal são essas esferas que possuem a autoridade e o arcabouço legal e estrutural para tomar decisões referentes a sobrevivência do país. Igualmente, situações que representam diplomacia de alto nível (“*summit diplomacy*”) também impulsionam um cenário que favorece a atuação do Líder Predominante como UDA.

As necessidades de coordenação e planejamento a longo prazo podem ser consideradas a quarta variável. Isto ocorre, geralmente, quando há - por parte de outros atores - dificuldade de ler as informações oferecidas para que seja dado um direcionamento à política externa, ou em casos onde há necessidade de criação de doutrinas e abordagens estratégicas extensivas para questões específicas que perdurarão no futuro.

Outras variáveis irão considerar questões mais “pessoais/particulares” de cada líder. A quinta, pede que seja considerado se o líder possui treinamento diplomático e o nível deste treinamento. Hermann argumenta que, aqueles que possuem treinamento prévio, aprenderam a subordinar suas características pessoais às exigências diplomáticas da situação em mãos, Já os não treinados, tendem a confiar mais em visões de mundo pessoais em qualquer resposta de política externa (HUDSON; DAY, 2019).

⁵No original: “ability to commit the resources of the society and, with respect to the specific problem being confronted, the power to make a decision that cannot be readily reversed”.

A sexta condição indica que se observe as áreas de interesse e expertise do líder, pois especialização em uma área pode levar um líder que não se encaixe nos padrões de LP a tomar a frente e o controle de determinadas decisões. Se um líder tem interesse especial em uma área específica, ou em política externa em geral, ele tenderá a exercer um maior controle sobre esta agenda, procurando submetê-la e moldá-la conforme seus interesses e visão.

A sétima variável pede que seja analisado o estilo de liderança, ou seja, se é um líder proativo que gosta de tomar controle e participar, ou trata-se de um líder que prefere delegar funções e possui um papel mais coordenativo. Ainda no escopo do estilo de liderança podemos encontrar a oitava e final variável: o papel que ele desempenha nos grupos ou órgãos responsáveis pela determinação da PE.

Hermann define que a Unidade de Decisão Autoritativa é um Líder Predominante quando “um único indivíduo tem o poder de fazer a escolha sobre como um estado vai responder a um problema de política externa, ele ou ela se torna a unidade de decisão e atua como um líder predominante” (HERMANN, 2001b, p. 84, texto traduzido)⁶. Desta forma iremos analisar na próxima sessão o processo decisório do governo chinês e qual o papel do líder neste contexto.

2.3 Processo Decisório em Política Externa do Governo Chinês

A República Popular da China (RPC) se encontra sob o comando ininterrupto do Partido Comunista da China (PCC) desde a derrota, em 1949, das forças nacionalistas de Chiang Kai-shek. Atualmente o seu corpo de filiados conta com mais de 96 milhões de pessoas (STATISTA, 2021), o que o consagra como o segundo maior partido político do mundo.

Os braços do PCC se estendem por todas as organizações oficiais e semi-oficiais, abrangendo universidades e empresas estatais. Membros do partido também fazem parte de empresas privadas (inclusive nas estrangeiras) e, em praticamente, todas as organizações da sociedade civil, o que, dependendo do ranking do membro (atual ou antigo, caso seja aposentado) pode trazer grandes benefícios para a capacidade dessas organizações de conseguir realizar suas agendas. Em questões organizacionais é necessário que cada integrante

⁶No original: “When a single individual has the power to make the choice concerning how a state is going to respond to a foreign policy problem, he or she becomes the decision unit and acts as a predominant leader”.

pertença a um ramo, célula ou qualquer outra unidade específica do PCC, de forma que possa participar de atividades rotineiras exigidas (LAWRENCE; MARTIN, 2013).

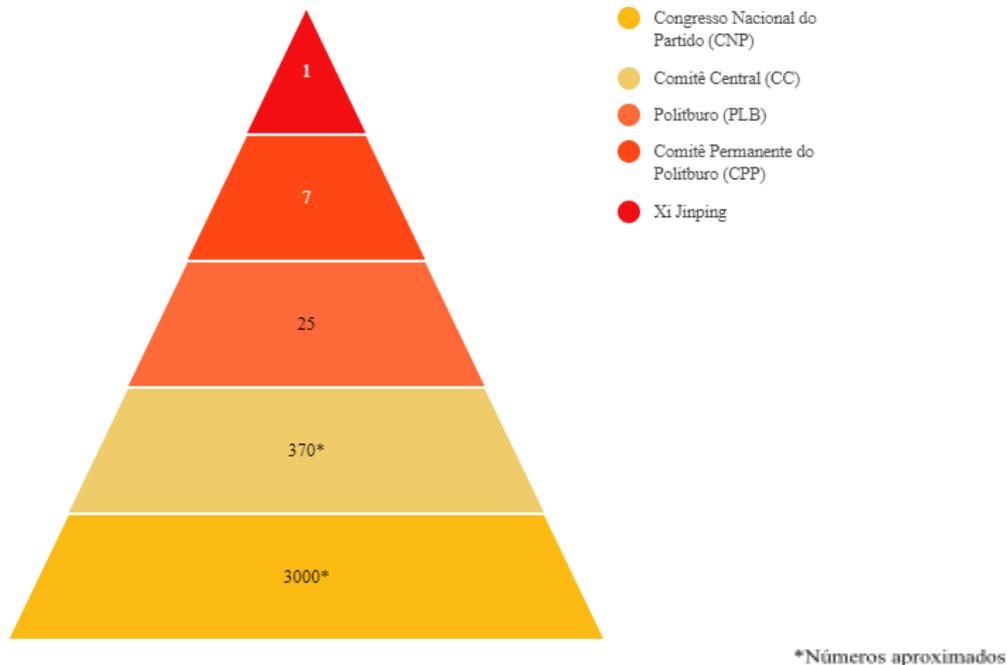
Embora o Partido inequivocamente detenha exclusivamente o poder político na China, ao longo dos anos, tem se mostrado flexível o suficiente para se adaptar às mudanças da sociedade chinesa, assim consolidando sua posição. A quinta geração de líderes do PCC (líderes nascidos por volta dos anos 50) se destaca por uma exposição maior ao sistema internacional e por seus elevados níveis educacionais (LANTEIGNE, 2019). O regime chinês não é monolítico ou monopartidário em termos estritos; na verdade, possui estruturas que favorecem tanto uma liderança coletiva, quanto a de um líder central. Existem outros oito partidos políticos, utilizados para denominar o atual regime chinês como um “sistema de colaboração multipartidário” (LAWRENCE; MARTIN, 2013).

O domínio que o PCC exerce sobre a Sociedade e o Estado se sustém em quatro pilares: o controle da força, principalmente do Exército de Libertação Popular; o controle do aparato de segurança interna; o controle sobre a indicação de pessoal em instituições que permeiam todo o escopo da sociedade chinesa; e o controle da mídia.

De acordo com Lawrence e Martin (2013), embora exista um aparato estatal separado do partido, é nas estruturas organizacionais do PCC que se encontram os verdadeiros polos de poder e os órgãos que comandam o sistema político, econômico e social da China. O alto comando do Partido Comunista Chinês tem no topo da hierarquia o Comitê Permanente do Politburo, seguido pelo Politburo, o Comitê Central e o Congresso do Partido. A estrutura do governo chinês é uma pirâmide bem definida (Figura 1), com organizações locais do PCC e unidades de trabalho na base, subindo para os níveis de condado, cidade e província e, eventualmente, para os escalões superiores do Partido com sede em Pequim.

Apesar desta centralização, um dos princípios que guiam a política chinesa tem sido a ideia de liderança coletiva e centralismo democrático no interior do Partido. Desde que tratadas através da estrutura e das normas do partido, opiniões divergentes têm sido cada vez mais aceitas. A diversidade tem sido uma preocupação do PCC desde a época de Deng Xiaoping, onde se iniciaram as reformas para que fossem suavizados os critérios para a entrada de novos membros (GILLEY, 2019). Hoje um número significativo de membros mais jovens possui diferentes origens e experiência considerável no exterior, trazendo para o seio do partido e da política chinesa ideias e modelos internacionais.

Figura 1 - Estrutura do PCC



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com, Lawrence e Martin (2013), Fernandes (2014), Heilmann e Shih (2017), United States (2021), a organização do Partido se dá da seguinte forma:

O Comitê Permanente do Politburo (CPP) é a entidade política e decisória mais importante do partido. O CPP é composto por sete homens, hierarquicamente organizados em ranking de 1 ao 7, sendo o mais alto posto de comando o do Secretário Geral do Partido. Cada um dos sete é responsável por portfólios específicos e serve paralelamente como comandante de outros componentes cruciais do sistema político chinês. O CPP se reúne semanalmente.

O Politburo (PLB), contendo 25 membros (incluídos os do CPP), é o próximo órgão na hierarquia do PCC. Ele é responsável por organizar as principais reuniões nacionais para a discussão das grandes questões políticas cruciais, mas não se reúne regularmente.

O Comitê Central (CC), o principal órgão de coordenação do Partido, é formado por cerca de 370 membros, dos quais aproximadamente 200 membros permanentes e 170 suplentes. O CC é responsável por eleger os membros do Politburo, do CPP e do Secretariado Geral do Partido (composto por sete membros que servem o Politburo e o CPP), e por apontar

os integrantes da Comissão Militar Central do Partido (CMCp). O órgão mantém reuniões anuais.

O Congresso Nacional do Partido (CNP) é composto por cerca de 3000 delegados responsáveis por eleger os membros do Comitê Central e aprovar o relatório ao Congresso do Secretário Geral do Partido (SGP), o qual indica os posicionamentos do Partido e apresenta um esboço da agenda do Partido para os próximos cinco anos. Se reúne a cada 5 anos.

Membros do CPP e do PLB são responsáveis por comandar diversos outros órgãos da burocracia do PCC. A Comissão Central de Disciplina e Inspeção, um órgão fundamental para a política chinesa, é comandada pelo membro do Comitê Permanente de ranking 6. O Departamento Organizacional, o Departamento de Propaganda e a Comissão Central de Políticas e Lei, são chefiadas por membros do PLB.

Um dos braços mais importantes do Partido é o Exército de Libertação Popular (ELP), comandado pela Comissão Militar Central do Partido (CMCp) e a Comissão Central do Estado (CMCe), ambos compostos pelos mesmos integrantes e comandados pelo Secretário Geral do Partido (SGP). Os estudos apontam que o poder de facto de comando das forças armadas chinesas se concentra na CMCp.

Embora a decisão de que o exército fizesse parte do PCC, e não do Estado como em outros países, seja crucial para a manutenção do poder do Partido (JOSH, 2023). Também foi tomada a decisão estratégica de remover militares dos mais altos órgãos decisórios do sistema (notadamente o CPP), subordinando a CMCp completamente ao alto escalão do PCC. Contudo, isto não remove a importância e a influência do ELP nos altos escalões da política (LIMA, 2020).

Urge ressaltar que, embora as linhas entre o Partido e o Estado sejam nebulosas de muitas maneiras e o comando político e o poder decisório estejam concentrados nos órgãos do PCC, a China possui desde o final dos anos 70 um aparato estatal “separado”. O Estado é responsável por gerir a administração rotineira do país, e sua função básica é implementar e executar as políticas definidas pela elite política do PCC (LAWRENCE; MARTIN, 2013).

Os funcionários empregados nas mais diversas instituições estatais são tidos como servidores públicos e não precisam ser parte do Partido Comunista, não obstante, todos os níveis do sistema estatal são permeados por membros do Partido, marcadamente nos altos cargos de comando. O mais elevado cargo do Estado é o de Presidente, ocupado pelo Secretário Geral do Partido, e o órgão central do Estado é o Conselho Estatal (CE), chefiado

pelo Premier, o segundo em ranking no CPP. Os próximos na linha de comando são 5 Vice Premires e 5 Conselheiros de Estado. Dentre os Conselheiros se encontra o Ministro das Relações Exteriores. Subordinados ao CE se encontram ministérios e comissões. Assim como no exército, os mais altos órgãos do Estado não se comparam aos do Partido, colocando-os em uma posição hierárquica inferior, subordinado ao poder decisório do PCC (LAWRENCE; MARTIN, 2013).

Dado o panorama da complexa organização política da China, é necessário que se entenda como se configura o aparato decisório de Política Externa e, nesse sistema, a Unidade de Decisão Autoritativa.

Primeiramente, na área de relações exteriores, existem três órgãos fundamentais: o Departamento Internacional do Partido, que lida principalmente com outros regimes comunistas; o Ministério de Relações Exteriores (MRE), que cumpre funções semelhantes aos seus análogos; e o Escritório de Assuntos sobre Taiwan. Outros componentes importantes dos mecanismos de política externa são os *Leading Small Groups* (LSG), utilizados para a coordenação dos mais distintos interesses do Estado e do Partido, além de serem ferramentas para a implementação de diretivas centrais. Contudo, fora os mencionados acima, o sistema decisório da PE chinesa é composto por uma miríade de outros atores, com áreas de interesse, atuação e posição hierárquica divergentes, convergentes e sobrepostas (JAKOBSON; MANUEL, 2016).

Isto posto, pode-se observar que:

Quase todos os membros dos órgãos encarregados de implementar qualquer política são, em primeiro lugar, membros do PCC. O poder do Partido é primordial. O órgão mais alto do Partido está mais alto do que o órgão mais alto do Estado; o Partido ultrapassa todos os setores do Estado, incluindo departamentos governamentais; o Partido controla o uso da força por meio do Exército de Libertação do Povo (PLA), que é um braço armado do Partido e não um exército estatal convencional, e o Partido controla os mecanismos consultivos do Estado, que são projetados para refletir a opinião popular. (JAKOBSON; MANUEL, 2016, p. 102, texto traduzido)⁷

Dentre todos os órgãos mencionados do sistema chinês - incluindo o Ministério de Relações Exteriores - aquele com o maior poder decisório em questões de política externa,

⁷No original: Almost all members of the bodies charged with implementing any policy are first and foremost members of the CPC. The Party's power is paramount. The Party's highest body ranks higher than the highest State body's rank; the Party outranks all sectors of the State, including government departments; the Party controls the use of force through the People's Liberation Army (PLA), which is an armed wing of the Party rather than a conventional state army, and the Party controls the consultative mechanisms of the state, which are designed to reflect popular opinion.

sendo responsável por cuidar das agendas primordiais de PE, situações emergenciais e crises internacionais, é o Comitê Permanente do Politburo:

O CPP supervisiona as decisões consequentes que afetam os principais relacionamentos da China, incluindo os Estados Unidos, Japão, Rússia e Coreia do Norte. O CPP também tem que lidar com emergências e crises internacionais, como escaramuças de fronteira ou incidentes internacionais. (JAKOBSON; MANUEL, 2016, p. 103, texto traduzido)⁸

A centralidade do CPP e do Secretário Geral do Partido (o único membro do Comitê Permanente que possui atribuições específicas no campo da Política Externa) como unidade decisória de PE fica clara quando se pensa em como políticas são realizadas e nas hierarquias contidas dentro do sistema político chinês, onde ordens são dadas e executadas de forma vertical, nível-a-nível (FU et al, 2007). Desta maneira, ao existirem diversos atores com rankings iguais e com áreas de interesse que se sobrepõem ou entram em conflito, o único órgão que possui poder para coordenar a política externa é o CPP, que se localiza no ápice da hierarquia (inclusive, vale ressaltar que todos os membros do Politburo superam hierarquicamente os oficiais mais sêniores do MRE).

Outro fator fundamental para se compreender o sistema político e decisório de PE chinesa é o papel que a lei tem para o Partido. Em um relatório para o Congresso estadunidense, de 2013, Lawrence e Martin apontam que o governo do PCC utiliza a lei de forma instrumental, ou seja, o governo do Partido é apoiado pela lei e não regido por ela; desta forma, a lei é apenas um instrumento de governança. Apesar de terem sido feitos esforços para uma maior regulamentação e institucionalização da política chinesa, pode-se observar ainda um grande grau de desregulamentação do poder nos níveis mais altos de comando, incentivando modos não oficiais de fazer política, personalização e criação de facções e coalizões que formam uma burocracia não submetida a arbitragem legal, tornando a luta por poder fortemente baseada em ligações pessoais e na troca de favores.

Os autores apontam que, apesar do PCC ser a instituição política dominante na China, tendo sua liderança mencionada cinco vezes no preâmbulo da Constituição do Estado, o Partido e sua burocracia não são mencionados em nenhum dos artigos da Constituição, deixando uma base jurídica obscura para a extensão dos seus poderes (LAWRENCE; MARTIN, 2013). Da mesma maneira, no tocante a política externa:

⁸No original: The PSC oversees consequential decisions affecting China's major relationships, including the United States, Japan, Russia and North Korea. The PSC also has to deal with emergencies or international crises, such as border skirmishes or international incidents

Não há orientação na Constituição chinesa sobre como os diferentes atores da política externa devem interagir uns com os outros, ou quais deveriam ser os objetivos da política externa da China. A China quase não tem legislação que obrigue as ações dos formuladores de decisões de segurança nacional. (JAKOBSON; MANUEL, 2016, p. 108, texto traduzido)⁹

Fu et al (2007) destaca que o sistema político da China, em teoria, possui os três ramos: legislativo, executivo e judiciário. Entretanto, na prática, o sistema judiciário funciona mais como um ramo do executivo, do que como um órgão regulatório independente. O legislativo, no que lhe concerne, apenas recentemente passou a visto como uma potencial fonte de controle das operações dos outros ramos. Desta forma, não há uma estrutura regulatória sólida de freios e contrapesos, para regulamentação do governo.

Desta forma, o sistema político chinês tem uma natureza altamente personalista, o que não apenas torna a liderança política extremamente vulnerável a fraturas e conflitos, mas, também, torna as políticas e programas do partido altamente politizados (GUO, 2019).

A falta de regulação e cultura organizacional mais sólidas, as constelações de atores e grupos, a organização hierárquica do sistema e da implementação de políticas, combinadas com a primazia dada ao sistema chinês para a manutenção de uma liderança estável e coerente, independente das circunstâncias, é indicativo de outro fator fundamental da construção do sistema político chinês: a importância do Líder Predominante.

Embora possa ser considerado que a organização governamental chinesa favorece a formação de uma liderança coletiva, que desde os anos 90 descentraliza o poder dos altos escalões do PCC, de forma que as decisões de nível internacional sejam tomadas por meio de consultas ministeriais e burocráticas, recebendo influência de atores periféricos e lobbies (LANTEIGNE, 2019). É possível perceber que Xi está disposto a desempenhar um papel mais pessoal nos assuntos internacionais, tornando o grau de liderança coletiva menos perceptível. Guo (2019), defende que a fragmentação de poder não é preferida, sendo muitas vezes estabelecida quando o Líder Central falha em consolidar seu poder ou quando ele é considerado fraco ou incompetente pelos demais membros do governo, adentraremos mais nesse aspecto no próximo capítulo.

⁹No original: There is no guidance within the Chinese Constitution as to how different foreign policy actors should interact with each other, or to what the goals of China's foreign policy should be. China has almost no legislation binding the actions of national security decision makers.

3 A POSIÇÃO DO LÍDER NO GOVERNO CHINÊS

Para que se comece a tentar compreender a política chinesa, é preciso primordialmente que se busque compreender o contexto em que ela se insere. No mundo pós-imperialista, globalizado e multipolar de Estados Nação, a cultura tem um papel de primazia na formação de motivações e imperativos na política (inter)nacional (HUDSON; DAY, 2019). Sobretudo, ao ter em vista realizar uma análise de política externa que entende o Estado, não como uma entidade hermética, mas como formado por indivíduos que possuem poder de ação.

A cultura pode ser compreendida como a linha de base subjacente a todas as decisões e ações efetuadas, a lente consciente ou subconsciente que determina a cognição e a interpretação do indivíduo perante o mundo que o cerca. Cultura é um conceito com múltiplas facetas, Hudson e Day (2019) o caracterizam como sendo simultaneamente um dos conceitos mais fáceis e difíceis de compreender, sua facilidade vindo da vivência diária com ele e sua dificuldade vindo da sua amplitude. Neste trabalho, a teremos definida como: conjunto duradouro de crenças, atitudes e valores em um contexto nacional, regional ou organizacional (LIU, 2017).

Desta forma, para tentar verificar e compreender o papel de Xi Jinping como Unidade de Decisão Autoritativa (como será feito na última sessão deste capítulo), é preciso que se faça um estudo do papel do líder no nexo cultural chinês. Para isso, as próximas duas sessões irão se debruçar, brevemente, sob duas correntes de pensamento fundamentais para que se compreenda a China contemporânea: o Confucionismo e o Comunismo, centrando-se na forma em que estas escolas influenciam na percepção chinesa do papel do líder na sociedade.

3.1 O Líder Confuciano

Quando se adentra nos caminhos da Sinologia (estudo da China por estrangeiros) pode-se observar uma relação quase intercambiável entre cultura tradicional chinesa e confucionismo. O Confucionismo tem sua base nas cerimônias e ritos estabelecidos na dinastia Zhou, na corte de Zhou Gong, irmão do imperador de Wu do reino de Shang, cerca de 500 anos antes do nascimento de Confúcio (551–497 a.C.). Contudo, só chegou a ser oficialmente aceito 300 anos depois da morte do Mestre, no século III a. C. durante a dinastia

Han. Em 132 a.C. durante o reinado do imperador Shun, o confucionismo foi aceito como a única escola de pensamento oficial do governo (FU et al., 2007).

Com o fim da dinastia Han, o confucionismo perdeu seu posto como filosofia principal de atividades intelectuais, sendo substituído pelo taoísmo e o budismo, só voltando a assumir seu posto como principal corrente filosófica do estado durante a dinastia Tang. Durante este período o confucionismo se tornou mais secular e institucionalizado, passou a ser utilizado nos exames imperiais para burocratas (o que perdurou até a queda da dinastia Qing em 1911), tornando-o integral a identidade política chinesa (ZHAO, 2018).

Confúcio era, acima de tudo, um educador. A sua filosofia, no que lhe concerne, partia do princípio de que o aprendizado e a prática dos ritos era o veículo para adquirir a sabedoria, a virtude e se tornar “Humano” (*Renqing*) (MA, 2018). Para ele, os problemas sociais e o caos eram fruto da ignorância, apenas pelo estudo poder-se-ia desenvolver a moral e, por meio dela, as pessoas poderiam ser corretas, sábias e viver em uma sociedade harmônica (BUENO, 2014). Assim, a “salvação” no confucionismo não era associada a nenhuma intervenção divina, mas a ação direta do indivíduo de autoaperfeiçoamento através do conhecimento e dos ritos.

Cabe o esclarecimento de que, para o confucionismo, “humanidade” pode ser compreendida como a capacidade de amar. Contudo, diferente das definições ocidentais desta palavra, o amor confuciano se define melhor pela tradução da palavra “amar” no chinês arcaico “cuidar, zelar, não renunciar a”, em algumas traduções dos Analectos, este termo foi traduzido como bondade ou benevolência (SINEDINO, 2012). O “amor” confuciano é hierárquico e respeitoso, seguindo o princípio de não fazer com os outros aquilo que não gostaria que fizessem consigo mesmo.

Zhonggong perguntou sobre a Humanidade. O Mestre disse: “Ao sair de casa [para trabalhar], é como se estivesse indo receber um hóspede importante. Ao comandar o povo, é como se realizasse um grande sacrifício. Aquilo que não se quer para si próprio, não se deve fazer aos outros. Quando no país, sem ódio. Quando em casa, sem Ódio” (CONFÚCIO, 12.2, 2012, p. 356).

Fu et al. (2007), Liu (2016) e Zhao (2018), ressaltam que as doutrinas confucionistas defendem cinco virtudes constantes como guias para o comportamento do indivíduo: benevolência; retidão; propriedade; sabedoria, e fidelidade.

Benevolência é tida como o senso de que todos devem praticar a compaixão e evitar buscar pagamento pelo auxílio prestado. Pode ser considerada a ideia central do

confucionismo, sendo simultaneamente o valor mais básico e o supremo estado moral. O princípio fundamental da benevolência é amar e zelar pelas pessoas (LIU, 2016; ZHAO, 2018).

A retidão foca no autocontrole, pensamento racional e integridade, é o princípio norteador para as ações diante das adversidades e da tentação. Propriedade refere-se às normas e ritos de conduta adequada que “regulam todos os aspectos das interações humanas conforme a posição na família e na sociedade”¹⁰ (HSU et al. *apud* ZHAO, 2018, p.5, texto traduzido). Ela dita as normas de comportamento, lealdade e respeito que se espera que se prestem aos outros, orientando-se pelos antigos ritos e hierarquia social (LIU, 2016).

Sabedoria é o fundamento que guia e sustenta todas as virtudes, somente através dela estas poderiam ser compreendidas e aplicadas, ela é ferramenta utilizada para determinar as ações adequadas e morais. Fidelidade pode ser compreendida como a lealdade, honestidade e integridade de coesão entre palavras e ações (LIU, 2016).

Ideologicamente, existem quatro virtudes principais: 1) sistema de classes, entendido como a manutenção dos ritos e da hierarquização social; 2) obediência, e por consequência piedade filial; 3) doutrina do meio, que pode ser compreendida como a busca por equilíbrio e harmonia, visto que os extremos seriam fatores de desordem e desestabilização, e 4) Humanidade (SINEDINO, 2012).

As reformas confucianas conseguiram na sociedade chinesa o que apenas os sábios-religiosos conseguiram na ocidental: reformas amplas e abrangentes que conseguiram articular a sociedade em um novo sistema (BUENO, 2014). A escola de pensamento confuciana foi extremamente bem sucedida em suas reformas, de forma que hoje pode ser considerada parte fundamental do nexos cultural entre diversos países asiáticos. Na China em específico, o confucionismo pode ser considerado uma das raízes mais fortes na sustentação e formação da sociedade chinesa atual.

O foco do confucionismo em interações sociais e nos ritos fez com que ele permeasse todos os aspectos das interações sociais chinesas, criando uma hierarquia e uma série de deveres e obrigações que deveriam nortear as cinco relações cardinais: governante e governado; pai e filho; marido e mulher; anciãos e jovens, e entre amigos. Para o confucionismo a “arte política” significa possuir e aplicar um conjunto de qualidades morais.

¹⁰ No original: regulating all aspects of human interactions according to one's position and rank in family and society.

No que lhe concerne, o objetivo da política visava a estabilidade das relações sociais (SINEDINO, 2012). A doutrina pressupunha uma sociedade harmônica coordenada por uma rede de relações estratificadas entre os indivíduos e as classes, hierarquizada por um sistema meritocrático (BUENO, 2012) baseado no estudo.

Considerando o enfoque confuciano na estabilidade das relações sociais, Sinedino (2012), argumenta que não existem relações mais estáveis do que as entre pais e filhos. Nos *Analectos* de Confúcio existem várias passagens que descrevem os deveres para com os pais. Ainda nesse aspecto, é enfatizado que em certa medida as relações entre governantes e devem espelhar as relações entre pais e filhos, o governante deve ter a majestade e benevolência de um pai e os subordinados devem ser leais e obedientes como um filho.

Ji Kangzi perguntou: “Como fazer com que o povo se torne Respeitoso, Leal e Trabalhador?”. O mestre respondeu: “Se [o governante] mantiver uma expressão grave e distante das pessoas, [o povo] será Respeitoso. Se for Filial, se for Paternal, [o povo] será Leal. Se der oportunidade aos bons e ensinar os de menor potencial, [o povo] será trabalhador (CONFÚCIO, 2.20, 2012, p. 56)

Desta maneira, a liderança tradicional chinesa pode ser definida como patriarcal e paternalista. A família, pode ser concebida como a unidade básica para a organização de toda a sociedade (LIU, 2016). Explicitada a importância da família e seus impactos na sociedade, é preciso ser esclarecido o conceito de ser um “bom filho”. Contrário a abstração que o termo traz no pensamento ocidental, para os chineses este conceito é concreto e pode ser definido pelo que se chama de “Piedade Filial” (SINEDINO, 2012), que se caracteriza pela obediência, respeito e lealdade absolutas que os filhos devem ter para com os pais.

Liu (2016), ressalta que a piedade filial pode ser concebida como um fundamento da benevolência e da humanidade, pode ser considerada critério implícito de liderança: um líder precisa ser filial para ser socialmente aceito e ser considerado “moral”. Para Bueno (2014), a piedade filial é um elemento primordial para coordenar os indivíduos e sua relação com o governo.

Os laços interpessoais podem ser assim concebidos como parte fundamental das relações sociais chinesas. Estes laços podem ser melhor definidos pelo termo *Guanxi*, ao invés de sua tradução literal “relação”, uma vez que implica as nuances mais específicas de reciprocidade e responsabilidade, e representa a ligação entre as pessoas baseadas nas suas relações sociais (FU et al., 2007).

A *guanxi* é necessária para a sobrevivência em sociedade. Em especial no contexto confuciano, onde o governo e regulamentação das relações sociais é baseado na virtude e na moral dos indivíduos e governantes, não pelas leis. O que é permitido é definido pelo indivíduo em um determinado contexto, em um determinado momento, regido pela responsabilidade, moral, virtude e benefícios mútuos (FU et al., 2007; LIU, 2016).

Ao entender o indivíduo por meio de sua posição social, essas correntes de interesses são associadas a grupos sociais, de forma que o valor dos interesses do grupo se tornam infinitamente mais importantes que os do indivíduo. Dado seus massivos impactos na sociedade e seu papel nos sistemas de exames imperiais, entende-se como o confucionismo tenha sido e ainda é uma filosofia fundamental para o pensamento político chinês.

Se por um lado as famílias eram a base do equilíbrio social, por outro o dever do governo era de efetuar o “Mandato do Céu”. Este mandato constitui um dever moral e cósmico, condicionado a capacidade do seu executor de seguir o “caminho do meio” e de arcar com os árduos deveres e responsabilidades de trazer ordem e harmonia ao mundo (BUENO, 2014).

O confucionismo enfatiza poder, autoridade e ordem social. A raiz da moral está nas normas sociais e nos códigos de comportamento que designam a todas as pessoas o seu lugar na sociedade e os seus deveres: “o duque de Jing, do país de Qi, perguntou a Kongzi sobre [como] governar. Kongzi respondeu: ‘O governante deve ser como um governante, o ministro como um ministro, o pai como um pai, o filho como um filho’” (CONFÚCIO, 2.11, 2012, p. 370). Assim sendo, embora o “mandato do céu” garanta enormes poderes àquele que o detém, ele é subordinado a habilidade e capacidade ética do líder (ZHAO, 2018). A liderança ética inclui benevolência, altruísmo, sabedoria e humanidade.

Para manter o “Mandato do Céu” o “Filho do Céu” deve conseguir manter a harmonia da China. Espera-se que ele governe as pessoas pelo exemplo, com altruísmo e sabedoria, para promover a virtude na sociedade. Confúcio define a natureza humana como inclinada para a “humanidade”. Portanto, ao ter-se em postos de proeminência homens virtuosos, a sociedade tomaria seus comportamentos como guia e os espelhariam: “usar a virtude para governar um país pode ser comparado com a Estrela do Norte, que ocupa o seu lugar enquanto as outras estrelas giram ao seu redor” (CONFÚCIO, 2.1, 2012, p.28). Desta forma, ao filho do céu, “compete-lhe, na qualidade de imperador, exceder a todos em virtude. Assim o povo o imitará por todo o império e ele será ainda mais ilustre” (CONFÚCIO apud BUENO, 2014, p. 69).

Confúcio acreditava que a virtude e os ritos conseguiriam instaurar uma espécie de autogoverno (SINEDINO, 2012), uma vez que cada um saberia quais seriam seus deveres e seus direitos na sociedade, e por si buscariam a harmonia. A moral e o governo eram intrinsecamente interligados, a virtude teria uma capacidade de alcance e abrangência maior que qualquer lei e punição, pois poderia ser verdadeiramente internalizada pelo indivíduo.

Caso o povo seja guiado pelo governo e [seu comportamento] uniformizado pelas punições, [ainda é possível que o povo] escape [das punições] e não tenha decoro. Caso o povo seja conduzido pela virtude e disciplinado pelos Ritos, não apenas terá decoro, mas também se tornará Correto (CONFÚCIO, 2.3, 2012, p. 31).

Chong e Fu (2020), definem a liderança humana e moral do confucionismo como um processo que garante que os humanos se desenvolvam a longo prazo, “se as pessoas boas administrarem o país por 100 anos, é possível sobrepujar a brutalidade e eliminar a pena de morte” (CONFUCIO, 13.11, 2012, p.397). A arte do governo consiste nas boas práticas e manutenção da ordem, os subordinados seguem o que o governante faz, assim como um filho segue o seu pai. O líder confuciano pode ser considerado uma figura paterna, sábia e virtuosa, restaurador da ordem celeste e acadêmico respeitado: “a virtude do Homem Nobre é como o vento; a virtude dos Homens Pequenos é como grama, esta há de se dobrar” (CONFÚCIO, 12.19, 2012, p.375).

Diferente do herói ocidental, cuja individualidade o destaca do grupo e o coloca acima dos humanos, no confucionismo a virtude é construída na coletividade. A liderança nesse sistema trabalha para promover o coletivo e a harmonia no grupo (SINEDINO, 2012). O Líder é uma figura proeminente e fundamental, ele é o detentor do mandato do céu e pai da nação, parte dele o exemplo a se seguir: “Se Tudo Sob o Céu está em ordem, os Ritos, a Música e as expedições punitivas partem do Filho do Céu” (CONFÚCIO, 16.2, 2012, p. 505).

Quanto ao ato da governança, destaca-se que o Filho do Céu, em sua condição de Homem Nobre, não governava em um vácuo. Era esperado que dele que se cercasse de outros homens sábios, que iriam auxiliá-lo a realizar o Mandato do Céu:

O Homem Nobre tem ‘três reverências’: reverência ao mandato do Céu, reverência aos grandes homens, reverência as palavras dos homens sábios. Os Homens Pequenos não conhecem o mandato do Céu, portanto, não o reverenciam, menosprezam os grandes homens e fazem pouco das palavras dos homens sábios (CONFÚCIO, 16.8, 2012, p. 512).

Para Confúcio, o desenvolvimento de um país está associado a capacidade de seus governantes em entender o exercício do poder como um dever de maior complexidade. Deste

modo, embora ultimamente seja o dever do Líder de guiar a nação, ele para isso precisaria estar aberto a ouvir os ministros sábios:

[O duque Ding] disse: ‘É possível provocar a ruína de um país com uma frase?’. Kongzi respondeu: ‘[Em geral,] não se pode esperar tal coisa de meras palavras. [Mas] as pessoas dizem: ‘Não tenho alegrias em ser governante, exceto dizer algo e ninguém se opor’. Se [tal governante] é bom e ninguém se opõe, isso não é bom? Se [tal governante] não é bom e ninguém se opõe, [isso] não está próximo de provocar a ruína de um país com uma frase?’ (CONFÚCIO, 13.15, 2012, p. 402).

No século XIX, após 2 mil anos servindo como ideologia de Estado e como base dos exames para participação do corpo burocrático no governo, o confucionismo entrou em um período de decadência. No século XX, ao ser considerado uma ideologia feudal, antiquada, opressora e que impedia o avanço do povo, foi duramente suprimido, sendo substituído pela ideologia revolucionária Maoísta. Entretanto, ainda na década de 1980, foi possível observar o início de uma ressurgência do confucionismo na sociedade chinesa.

Segundo Vasconcelos (2017), o reavivamento do confucionismo no governo de Deng Xiaoping foi incentivado pela necessidade de uma herança nacional crítica, neste contexto intelectuais chineses, filiados ou não ao PCC e ao próprio Ministério da Educação, passaram a se envolver mais com os ‘estudos nacionais’. Neste contexto, a valorização e o estudo do confucionismo não tinha foco na superação do Maoísmo, “mas se estudava a tradição chinesa como forma de estimular nacionalmente um clima em que a China fosse vista como capaz de fazer grandes coisas, sua tradição apenas comprovando tal fato” (VASCONCELOS, 2017, p. 162).

No século XXI, com as mudanças drásticas da sociedade chinesa, ligadas a queda da relevância dos ideais revolucionários e a crise de legitimidade do PCC, tornou-se indispensável a necessidade de reformular e redefinir uma identidade moral nacional¹¹, que trouxessem um senso de união interno e legitimidade externamente. Se para o confucionismo, o caos era derivado da derrocada da cultura e da virtude, o momento de inquietação social e de crise de identidade pelo qual a China passava (e passa), após os desastres da Revolução Cultural e drásticas mudanças sociais, se provou perfeito para no discurso oficial ressurgirem os valores tradicionais confucianos.

O resgate do Confucionismo é um importante elemento na administração do país, num momento em que o governo chinês tem afrouxado o controle estatal, em vários níveis da sociedade, dada a dimensão e o dinamismo do crescimento econômico chinês. Por essa razão, o emprego do Confucionismo como um fator de integração e

¹¹ Conjunto de valores mantidos coletivamente pelo povo chinês que formam sua identidade como cidadãos (ZOGLMANN, 2019)

controle social torna-se fundamental [...] papel ao qual o Confucionismo se presta perfeitamente bem, posto que, em sua essência, essa [ordem social] é sua premissa fundamental (BUENO, 2016, p 3).

O momento de fragmentação ideológica achou no confucionismo o reforço à autoridade e legitimidade através das tradições. Independentemente da sua rejeição durante o período revolucionário, após milênios sendo parte integral da organização político-social chinesa, o confucionismo e seus princípios são inegavelmente parte intrínseca do tecido cultural chinês (BUENO, 2016), unindo todos os chineses de uma forma mais profunda que qualquer ideologia ocidental.

O fato do confucionismo ser de origem puramente chinesa também torna-se um atrativo para o governo. Uma vez que a China deseja se estabelecer como potência, faz-se necessário que o país tenha uma ideologia própria, forte e influente, que lhe garanta local de fala e influência no palco internacional (VASCONCELOS, 2017; ZOGLMANN, 2019). Compreende-se assim a razão pela qual o governo se voltou para a filosofia para forjar sua nova identidade nacional, misturando tradição e modernidade.

O confucionismo (com o taoísmo e o budismo) foram definidos por Xi Jinping como as “culturas tradicionais” que devem preencher o vazio ético não englobado pelo comunismo, por atuarem em campos muito mais profundos e “espirituais” (XI apud BELL, 2016). Caberia a estas tradições exercer controle social de forma mais pervasiva, impedindo, por exemplo, o florescimento da corrupção (BELL, 2016). Deste modo, o confucionismo tem sido cada vez mais incluído nas falas do governo, o Secretário chegou a invocar valores confucionistas em um discurso sobre os padrões éticos e o treinamento moral dos membros do Partido (BELL, 2016).

Zolgmann (2019), ressalta que outro aspecto importante para o retorno do confucionismo na segunda década do século XXI, é a necessidade pessoal de Xi Jinping de criar para si uma identidade legítima como um Grande Líder. Ela argumenta que, se Mao Zedong obteve sua legitimidade através da revolução e Deng Xiaoping pelas reformas que enriqueceram a China, no atual cenário de desaceleração econômica e crise de legitimidade, Xi tomou a decisão de se comparar com o passado distante e idealizado, criando uma imagem distinta e positiva, em relação a seus predecessores. Afastando-se da sombra dos líderes anteriores e de comparações que seriam danosas a estabilidade interna e externa do seu governo, simultaneamente se colocando em posição de igualdade com eles.

Independente da viabilidade deste argumento em específico, é possível conceber, como apontado por Bell (2016), que em uma sociedade com herança confuciana, existe uma grande probabilidade de que os líderes políticos continuem a ter o mais alto nível social. Segundo o autor, esta herança afeta como as pessoas concebem o governo, dando elevada importância ao ideal de meritocracia política e no apoio ao “discurso da tutela”, que dão preferência a líderes políticos de alta qualidade e com características paternalistas.

3.2 O Líder Comunista

O comunismo, assim como muitos outros “*ismos*” entra na China durante um período de inquietação. O país se encontrava assolado por conflitos sociais (inter)nacionais, com o imperialismo e invasões estrangeiras, indo ao encontro de um sistema dinástico imperial em decadência. Contudo, foi este cenário que possibilitou que novas ideias, vindas de fora, lentamente adentrassem e se espalhassem, incentivando contestações ao modelo de governo, sociedade e ao domínio de potências estrangeiras.

Neste contexto, e tendo como precedente o sucesso da revolução comunista na Rússia, e a subsequente fundação da União Soviética, compreende-se a força de atração que o comunismo possuía naquele momento. A ideologia se adequava perfeitamente às necessidades de uma sociedade que buscava dismantelar antigos regimes e sistemas de crença “feudais” e que, simultaneamente, devido aos horrores e opressões imperialistas, não via nas potências capitalistas ocidentais um modelo a ser seguido.

O comunismo adquiriu popularidade entre intelectuais e jornalistas, que começaram a formar grupos de estudo sobre o Marxismo em Shanghai e Beijing. Li Dazhao (1889–1927), foi fundador da primeira sociedade para o estudo das teorias Marxistas do país, situada na universidade de Peking e Chen Duxiu (1879–1942), formou um grupo semelhante em Shanghai. Foram figuras cruciais para a fundação do Partido, quando em junho 1920 decidiram criar, com base nestas associações, um partido comunista (The Academy of Contemporary China and World Studies, 2022b).

Em 1921, agentes do Comintern (Internacional Comunista) de Moscou entraram em contato e ajudaram na organização final do Partido Comunista Chinês, participando como observadores do primeiro Congresso Nacional do Partido Comunista da China, em 23 de julho do mesmo ano. No Congresso, foi decidido que o novo partido seria nomeado “Partido

Comunista da China” e adotado o Programa do Partido Comunista da China. O Programa se assemelhava a uma constituição partidária, contendo disposições quanto centralismo democrático e disciplina. Definiu como objetivo político do partido empreender a revolução social e, a liderança do movimento dos trabalhadores, como tarefa central (The Academy of Contemporary China and World Studies, 2022b).

Schoppa (2019) relata a conturbação dos primeiros anos do Partido, devido à situação caótica da China sob o comando dos senhores de guerra. Em razão dos poucos membros que o compunham (entre 50 e 60), Moscou incentivou que o PCC se juntasse ao Kuomintang (KMT), o que resultou em uma frente unida entre os dois partidos. Durante este período os soviéticos basicamente comandaram a frente.

O autor aponta que em meados dos 1920s, a interferência soviética nos assuntos chineses, começou a gerar desgosto em um KMT crescentemente polarizado. Estas tensões chegaram a seu estopim com a morte de Sun Yat-sen em 1925, desencadeando disputas sangrentas entre os braços de direita e esquerda do KMT, assim como com o Partido Comunista. Em 1926, a frente se desintegrou e iniciou-se o período do Terror Branco (1927–28), onde o general Chiang do KMT matou centenas de comunistas e causou o deslocamento de milhares.

No início do século XX, de 80 a 85% da população chinesa era composta de camponeses, apenas uma parte muito pequena era composta por trabalhadores urbanos. Assim, se o sucesso da revolução era se voltar para as massas, seria preciso que fossem feitas adaptações. Em 1927, Mao Zedong conclui, em seu “Relatório de uma investigação sobre o movimento camponês em Hunan”, que a capacidade comunista para resistir as forças contra-revolucionárias se encontrava nos redutos camponeses revolucionários (SWEARIGEN, 1971).

Em 1928, ele conclui que devido a esta situação especial da China, a existência do poder vermelho se daria por cinco fatores: a condição de país semicolonial (nem colônia, nem imperialista); bases camponesas relativamente livres da influência do KMT; capacidade de resistir dependente a situação revolucionária geral; existência de um Exército Vermelho formidável; e, a dependência do PCC para definir o sucesso da revolução (SWEARIGEN, 1971). Mao acreditava veementemente na necessidade de se adaptar o comunismo as realidades chinesas para que este fosse bem-sucedido:

‘Nem Gorki [...], nem Stalin. . . sabiam alguma coisa sobre camponeses’, disse ele. ‘Não há sentido em confundir Kulaks com as pessoas atingidas pela pobreza dos países subdesenvolvidos. E não existe marxismo abstrato’ Mao acrescentou: ‘Mas apenas o marxismo concreto, adaptado às realidades concretas da China, às árvores - tão nuas como as pessoas porque as pessoas estão ocupadas comê-las’ (MAO apud SWEARIGEN, 1971, p. 176, texto traduzido)¹²

A influência de Mao cresceu muito entre os anos 1929 e 1933. A sua estratégia, orientada para base territorial agrária e para o campo, permitiu o crescimento do Exército Vermelho e do território Soviético na China. O que poderia ser considerado um grande contraste, em um cenário onde as elites do Partido perdiam espaço nos ambientes urbanos, devido aos avanços e represálias do Kuomintang (SWEARIGEN, 1971). Em 1935 ele assumiu o posto de liderança do PCC. Tiewes (2019), considera que o sucesso revolucionário de Mao foi resultado de sua ideologia e política pragmáticas. Em 1945, no sétimo Congresso Nacional do PCC, o Pensamento de Mao Zedong foi estabelecido como pensamento orientador e incorporado à constituição.

Segundo Swearigen (1971), o Maoísmo contribuiu com três inovações para a teoria Comunista. Primeiro, a base de suporte camponesa, que foi de extrema importância para o sucesso e permeabilidade do comunismo na China. Segundo, a revolução de quatro-classes e dois estágios, cuja estratégia era, em primeira instância, unir uma frente formada pelas baixas camadas da sociedade: proletariado; campesinato; intelectuais e pequenos/médios capitalistas, para enfrentar os dois maiores inimigos da revolução: o imperialismo e o feudalismo. Completo este estágio, os comunistas iriam expurgar dos rankings revolucionários, todos os elementos não confiáveis e aliados temporários.

A terceira contribuição seria sua estratégia militar, fundamentada na formação de uma guerrilha baseada no campo, de onde teria espaço para crescer e se fortalecer o suficiente para tomar as cidades. Em “*A Single Spark Can Start a Prairie Fire*” (1965), Mao resume sua doutrina militar na seguinte fórmula: o inimigo avança, nós recuamos; o inimigo para, nós assediamos; o inimigo se cansa, nós atacamos; o inimigo recua, nós perseguimos (MAO apud SWEARIGEN, 1971).

¹² No original: “Neither Gorki [...] nor Stalin . . . knew anything at all about peasants,” he said. “There is no sense in confusing kulaks with the poverty-stricken people of the underdeveloped countries. And there is no such thing as abstract Marxism/” Mao added, “but only concrete Marxism, adapted to the concrete realities of China, to the trees—as naked as the people because the people are busy eating them.

No âmbito mais ideológico, alma do Maoísmo se cristaliza em três princípios básicos: buscar a verdade nos fatos¹³, linha de massa e independência. Para Mao, sem investigação não havia direito de falar, deste modo, buscar a verdade dos fatos é o requisito básico para entender e mudar o mundo, todas as ações e decisões do Partido devem partir da realidade, integrando e adaptando a teoria com a prática (THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES, 2022a). As pretensões teóricas devem ser sempre testadas e adaptadas para a realidade da situação. O foco deve estar nas condições chinesas concretas. Mao, considerava o marxismo-leninismo como uma flecha, cujo significado estava em acertar o alvo da revolução chinesa (TIEWES, 2019).

A linha de massa é a chave do sucesso do PCC e o princípio básico de todo o seu trabalho, dedicando-se a atender as necessidades das pessoas comuns e estruturar suas políticas conforme elas. Finalmente, o princípio da independência se refere ao caminho próprio trilhado pelo Partido, onde o desenvolvimento da nação deve ser ancorado nas realidades da China e do povo chinês (THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES, 2022a).

Mao permaneceu no poder até sua morte em 1976. Ele conseguiu restaurar a dignidade nacional ao derrubar o sistema social explorador, expulsar as potências estrangeiras e lançar a construção econômica, restaurando a paz e a ordem social. Em virtude dos seus grandes feitos, conseguiu consolidar seu poder como pai da nação e fundador de uma nova era na China (TEIWES, 2019).

Grandes conquistadores não necessariamente são grandes governadores. A capacidade de governo quase absoluta de Mao vinha não apenas da sua fama e pensamento, como também na sua forma de liderar. Tiewes (2019), afirma que uma de suas maiores conquistas no início do seu governo, foi a criação de uma liderança unificada com ele como centro. Este processo se baseou, não na destruição de inimigos, mas na captação de apoio amplo, ao posicionar talentos em posições estratégicas e se valer deles.

O governo da China após 1949 se baseou nos moldes organizacionais soviéticos. De acordo com, Heilmann, Shih e Heep (2017), o Partido se estabeleceu como uma organização

¹³ For the early period of communist China, the thoughts of Chairman Mao can be illuminating. Seeking truth from facts is the fundamental principle for dealing with problems. This requires Chinese leaders to lead based on facts instead of theoretical thinking since Mao believed that practice is the source of true knowledge (LIU, 2016, p. 10).

centralizada e hierárquica de controle e mobilização política. Seus comitês e células servem como órgãos absolutos de decisão e supervisão em todos os setores do sistema. Isso faz com que exista concentração de poder, uma vez que não há uma divisão clara entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Os membros do partido ocupam os principais pilares de controle do sistema político e de segurança, com destaque a polícia e forças armadas.

Conforme o modelo soviético, o governo da China tem, no Centralismo Democrático, um princípio fundamental para guiar e organizar o exercício das responsabilidades organizacionais e a estrutura de governança (CHINA, 2014). Segundo o artigo 3 da constituição:

As instituições estatais da República Popular da China devem praticar o princípio do centralismo democrático [...] Todos os órgãos administrativos, fiscalizadores, judiciais e procuradores do Estado serão criados pelos congressos populares e serão responsáveis perante eles e sujeitos à sua supervisão. A divisão de funções e poderes entre as instituições estatais centrais e locais deve honrar o princípio de dar plena atuação à iniciativa e motivação das autoridades locais sob a liderança unificada das autoridades centrais (CHINA, art. 3, 2019a, texto traduzido).¹⁴

Embora o Maoísmo seja um desvio do modelo soviético e do Marxismo-Leninismo tradicionais, ele é parte importante de uma característica da forma de organização política comunista do século XX: o culto ao líder. Quando associamos o fator organizacional centralizador com a importância inflada da figura do líder, são criadas as circunstâncias perfeitas para concentração exacerbada do poder decisório e de formação de agendas nas mãos de um indivíduo.

Ress (2004), define que, o culto ao líder, é um sistema estabelecido baseado na veneração de um líder político, ao qual se espera que todos os membros da sociedade submetam-se. Cria-se, assim, um mecanismo deliberadamente construído e administrado para a integração do sistema político em torno da persona do líder, que visa construir sua legitimidade investindo em ideias carismáticas, eventos, instituições, cargos particulares e personalidade. Isto posto, é possível afirmar que: “cultos de líderes, como cultos religiosos, tentam criar um ponto de referência para todo o sistema de crenças, centrado em um homem, a personificação da doutrina” (RESS, 2004, p.7 , texto traduzido)¹⁵.

¹⁴ No original: The state institutions of the People’s Republic of China shall practice the principle of democratic centralism [...] All administrative, supervisory, adjudicatory and procuratorial organs of the state shall be created by the people’s congresses and shall be responsible to them and subject to their oversight. The division of functions and powers between the central and local state institutions shall honor the principle of giving full play to the initiative and motivation of local authorities under the unified leadership of the central authorities.

¹⁵ No original: Leader cults, like religious cults, attempt to create a point of reference for the whole belief system, centred on one man, the embodiment of the doctrine.

Deste modo, o autor indica que este tipo de sistema é particularmente útil em situações onde um regime não consegue legitimar seu governo, seja pelas tradições ou por meios de autoridade legal-racional. Assim sendo, o governo pode recorrer a três estratégias de legitimação: apelo simbólico ou afetivo, apoio ideológico e pragmático, desempenho.

Tal qual na Rússia, a tomada de poder pelos comunistas na China foi um processo revolucionário e violento, que se deu em um contexto de extrema instabilidade política, econômica e social. Neste cenário, o culto ao líder servia a três propósitos: legitimar o grupo governante através da figura do líder; regulamentar e neutralizar os conflitos e a instabilidade no estado; administrar as relações entre governantes, governo e sociedade (RESS, 2004).

Elencados os fatores acima, o culto ao líder, também pode ser racionalizado em bases pragmáticas, quando são consideradas as características específicas da cultura política dos estados em que se manifesta (RESS, 2004). Na China, vinda de uma cultura política imperial centralizada, faz sentido que o sistema marxista-leninista tenha sido utilizado como contraponto e substituto do sistema feudal-confuciano. O país se via novamente sob um governo com sistemas hierárquicos de poder e obediência à autoridade, nada mais natural do que, tal qual durante o confucionismo, grandes líderes assumissem o papel de reguladores da sociedade.

A partir dos anos 50, a política de Mao passou a tomar uma direção cada vez mais revolucionária e totalitária. Este quadro fez com que, ao fim de sua carreira, ele deixasse para o seu sucessor, uma China abalada em quase todos os aspectos, com uma população empobrecida e faminta, e o governo (e suas instituições), profundamente danificados pelo Grande Salto Adiante¹⁶ e a Revolução Cultural¹⁷. Este cenário permitiu que Deng Xiaoping,

¹⁶ [2] Although quickly assuming the utopian goal of a rapid transition to communism, the underlying objective of the Great Leap program was economic development at a rate far exceeding anything achieved in world history. This goal had broad support among the populace, officials down to the grassroots, and high-ranking leaders whose doubts were mitigated by faith in the Chairman. But the economic strategy was deeply flawed. The extreme reliance on mass mobilization devalued expert knowledge that might have moderated outlandish targets and methods. [1] While precise contours are not and cannot be known given incomplete and unreliable official records and continuing political sensitivity, the Great Leap Forward was without doubt Mao's and the CCP's greatest catastrophe. Demographic efforts to estimate "unnatural deaths" due to starvation generally place the number from around twenty-five million to as high as the mid-forty millions. Moreover, when depressed birth rates are taken into account, the total "lost population" is estimated at between fifty million and seventy-six million. "Unnatural deaths" also resulted from beatings and other forms of violence as cadres enforced Great Leap policies; the numbers are unclear but significant, perhaps in the hundreds of thousands (TEIWES, 2019, p. 92, ordem dos parágrafos modificada pela autora).

¹⁷ While ostensibly seeking revolutionary purity with such Delphic instructions as "fight self," "make revolution," and "destroy the old and establish the new," Mao's destruction of predictable authority structures left

que havia sido afastado do Partido por suas visões reformistas, assumisse o poder em 1978 (GILLEY, 2019).

Na Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do PCC, no final do mesmo ano, a China comemorou o início da nova era de reforma e abertura. A abordagem de Deng teve em vista sanar as deficiências do Maoísmo, visando "emancipar a mente, buscar a verdade dos fatos e unir-se como um em olhar para o futuro"(THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES, 2022c, texto traduzido)¹⁸. A forma de fazer política não deveria mais ficar presa a ideais revolucionários extravagantes, em seu lugar, foi dada a primazia ao desenvolvimento econômico.

Este curso de ação foi justificado na doutrina marxista ortodoxa, em sua premissa de que a história, inevitavelmente, passaria por estágios de desenvolvimento. Deng classificou a China como estando no estágio inicial do socialismo, que vem imediatamente depois da derrota do domínio capitalista. Neste contexto, para o socialismo existir em plena capacidade, seria absolutamente necessário que se utilizassem elementos do capitalismo, de forma que o país pudesse se desenvolver o suficiente para que se possa chegar nos outros estágios da transição socialista (JOSEPH, 2019).

No 12º Congresso Nacional do Partido (1982), Deng mencionou pela primeira vez a construção do socialismo com características chinesas. Em 87, no 13º Congresso Nacional, elaborou a teoria sobre o estágio primário do socialismo e as diretrizes para a construção do socialismo com características chinesas neste estágio. A teoria é descrita pelo Partido como o segundo passo histórico na adaptação do marxismo à realidade Chinesa, levando a uma série de mudanças importantes, como: mudança do foco da luta de classes para o desenvolvimento, a reforma e abertura, e a adoção da economia de mercado socialista (CHINA, 2018a).

Enquanto o socialismo com características chinesas representavam a prioridade econômica da Teoria de Deng, os Quatro Princípios Cardinais podem ser descritos como sua

many people, notably rebel activists who supported him, struggling to maintain their own self-interests in fluid and threatening circumstances [...] the formal launching of the movement with the issuing of the "Circular of the Central Committee of the Communist Party of China on the Great Proletarian Cultural Revolution" on May 16, 1966. This document, known as the May 16 Directive, declared an all-out struggle against "those representatives of the bourgeoisie who have sneaked into the party, the government, the army, and various cultural circles" and were "counterrevolutionary revisionists" whose aim was to "seize political power and turn the dictatorship of the proletariat into a dictatorship of the bourgeoisie." [...]The Red Guard [...] provided some of the Cultural Revolution's most riveting images, for example, excited adoration of Mao during the summer of 1966 rallies at Tiananmen Square, and the cruel abuse of campus authorities, including professors, and leading party-state officials paraded through the streets in dunce hats (TEIWES, 2019, p. 100-101, 103).

¹⁸ No original: "Emancipate the Mind, Seek Truth from Facts, and Unite as One in Looking to the Future."

essência política. Em 1992, eles foram escritos na constituição do Partido e 1993 na constituição da China. Segundo ele, era necessário segui-los para a reforma produzir modernização socialista, em vez de promover o capitalismo (JOSEPH, 2019). Assim, os quatro princípios são definidos como: 1) seguir o caminho do socialismo; 2) defender a ditadura democrática popular; 3) defender a liderança do Partido, e 4) defender o marxismo-leninismo e o pensamento do partido (THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES, 2022c).

Seguindo a linha da modernização e reforma, Jiang Zemin, o sucessor de Deng, lançou seu pensamento sobre os “Três Representantes” em 2000. Em junho de 2001, no aniversário de 80 anos do Partido, o pensamento de Jiang foi oficializado como “Teoria dos Três Representantes”. No ano de 2002, juntou-se ao marxismo-leninismo, Pensamento de Mao Zedong e Teoria de Deng Xiaoping, como o pensamento orientador do PCC. A Teoria prega que o Partido deve sempre representar as tendências de desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China, a orientação da cultura avançada da China e os interesses fundamentais da esmagadora maioria do povo chinês (CHINA, 2018b).

Hu Jintao, que assumiu o poder depois de Jiang, seguiu uma linha mais populista em resposta às políticas de crescimento a todo custo que aconteceram no governo anterior. Ainda em 2002, durante o 16º Congresso Nacional, ele apresentou o conceito de Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento, que tinha em vista resolver alguns problemas da sociedade chinesa decorrentes do seu crescimento acelerado, como a desigualdade social, desemprego, devastação ambiental e serviços públicos inadequados. A resolução destas questões seria responsável pela criação de uma “sociedade socialista harmoniosa” (JOSEPH, 2019).

A Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento de Hu, define o desenvolvimento abrangente, equilibrado e sustentável, como uma tarefa principal a ser cumprida pelo Partido para o rejuvenescimento do país. Ela define que a principal missão do PCC e do Estado é servir, salvaguardar e promover os interesses fundamentais do povo, respeitando-o como os principais atores do país. Assim, é necessário proteger seus direitos, interesses, buscar a prosperidade para todos e promover seu desenvolvimento integral. No 17º Congresso Nacional, em 2007, ela foi incluída na Constituição do PCC. Em 2012, No 18º Congresso, foi designada como um pensamento orientador do Partido. Em 2018, foi inscrito na Constituição

chinesa, fortalecendo seu posto como diretriz na vida política e social na China (THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES, 2022d).

Neste contexto, não é surpreendente que Xi tenha lançado o Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era. Entretanto, a forma e a velocidade com as quais este pensamento foi adotado são marcadamente diferentes de seus predecessores. Primeiramente, ele foi acionado em ambas as Constituições (do Partido e da China) durante o governo de Xi, respectivamente em 2017 e 2018. O que até então não havia ocorrido. Em segundo lugar, ao associar o seu nome pessoal a ideologia, o Secretário Geral parece ter se igualado ao Pensamento de Mao e a Teoria de Deng. Finalmente, ao declarar que seu pensamento pertencia a uma “nova era”, afirmou sua liderança como de importância histórica para o partido e para a nação (JOSEPH, 2019).

3.3 A Posição de Xi Jinping Como Líder Predominante e UDA

A presença de um Líder Dominante pode ser considerada um fator fundamental e tradicional da construção do sistema político chinês. Embora a atual organização governamental chinesa favoreça a formação de uma liderança coletiva, é possível argumentar que esta forma de governo não é a preferida, sendo estabelecida geralmente diante de uma falha do Líder Central em consolidar seu poder, ou quando este é considerado fraco e/ou incompetente. Desta forma, a presença de um grande líder, sábio e carismático, é inseparável da formação do Estado e do pensamento político chinês, seja pela tradição confuciana ou comunista.

O livro *“The Politics of the Core Leader in China: Culture, Institution, Legitimacy, and Power”*¹⁹, Guo (2019), será utilizado como base teórica para esta sessão. Sua análise abrangente e profunda, sobre o impacto do líder para a política chinesa, é inestimável para compreender a atual posição ocupada por Xi na hierarquia de poder.

Guo (2019), retrata que a existência da figura do líder central é crucial para a manutenção do poder e do prestígio do Partido. Espera-se dela, a garantia de estabilidade e prosperidade (da nação e do PCC), através do exercício de poder e autoridade.

No regime político chinês, a regulamentação e coordenação dos atores burocráticos internos é de responsabilidade do Líder Supremo. É ele que exerce domínio sobre eles através

¹⁹ A política do líder central na China: cultura, instituição, legitimidade e poder.

de sua autoridade formal, ideológica, pessoal e carismática. Além do comando e influência fundados em mecanismos coercitivos e regulatórios (como exército, polícia e comissões regulatórias). Desta forma, é através da coordenação de um líder central que o regime prospera e os problemas gerados pela falta de institucionalização dos atores são contornados (RESS, 2004).

Para a estabilidade do regime chinês e para a sua sobrevivência, é imprescindível que o Líder Supremo garanta a disciplina e controle eficazes sobre os quadros e facções do Partido; contenha e combata efetivamente a corrupção; garanta que programas políticos e sociais sejam executados; mantenha unidade, estabilidade e coesão social (RESS, 2004; GUO, 2019). A promoção da prosperidade econômica é um elemento fundamental para este fim. O Líder central não é apenas uma figura política, mas se trata de um líder nacional cujos poderes não podem ser comparados ou substituídos, sendo um exemplo da unidade nacional, harmonia, sabedoria e moral.

Vácuos legais na regulamentação do alto escalão do poder chinês, permitem que o líder consolide sua posição através do acúmulo de funções e do exercício do domínio sobre os outros atores do governo. Isso se deve a manutenção de elementos e sistemas soviéticos na regulamentação das instituições estatais, que perduram desde a primeira constituição da China em 1954. Alguns exemplos disso são: até hoje o PCC é o principal responsável pela liderança política e ideológica; os poderes do governo central interferem com a liderança regional; existe rejeição a limitações políticas ao poder entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, a fim de preservar a centralização do poder (HEILMANN; RUDOLF, 2017)

Ao contrário de regimes democráticos, onde os poderes e a legitimidade da liderança são previstos e limitados pela lei e por instituições reguladoras, no governo chinês o cargo oficial nada mais é do que uma plataforma inicial (SWAINE, 2015; GUO, 2019). O Líder Supremo chinês só adquire essa posição se valendo das suas habilidades individuais para garantir seu controle sobre o maquinário do governo e das demais elites existentes, concentrando o poder e cultivando subordinados leais em funções estratégicas (GUO, 2019).

A presença de um líder central é típica da cultura chinesa, vindo de milênios de governos dinásticos comandados por imperadores detentores do “Mandato do Céu” e seguidores da filosofia confuciana do “Rei Sábio” responsável por manter a harmonia (LIMA, 2020). A preferência por um líder forte não mudou quando o PCC assumiu o poder, mas se consolidou através das práticas dos regimes comunistas que prezavam pelo monopólio do

partido sobre o poder e a supremacia política (GUO, 2019, LIMA, 2020). Essas características podem ser vistas claramente nos mandatos de Mao e Deng, com governos altamente personalistas, poderes praticamente incontestáveis, baseando sua legitimidade nos ideais comunistas e no culto de personalidade.

O desastre político que foi o massacre de Tiananmen, combinado com as mudanças sociais causadas pela abertura política e a reforma econômica, puseram o PCC em uma situação de contestação e declínio, não apenas no campo ideológico, como também na sua legitimidade como governante da China. O crescimento econômico, que se iniciou no final do século XX, veio acompanhado do crescimento da desigualdade, degradação ambiental, corrupção desenfreada de funcionários do partido e crescente influência de ideias ocidentais na sociedade chinesa (LIMA, 2020). Para sanar esta crise, o PCC tentou promover uma “liderança coletiva”, criando um sistema informal de freios e contrapesos em seu sistema político, aumentando a transparência nos processos de nomeações, recrutamentos e promoções de membros, que garantisse uma “democracia intrapartidária” (GUO, 2019).

A liderança coletiva foi introduzida com dois propósitos: auxiliar o líder central, executando suas ordens ou servindo como um grupo consultor. Em especial em casos quando o líder não ocupava oficialmente essa posição e conduzia um governo “por trás da cortina”. Um exemplo disso foi Deng, que ainda comandava o partido mesmo quando quem oficialmente estava no comando era Jiang. Em segundo lugar, manter o governo funcionando, na ausência de um líder central ou na presença de um líder incompetente, e servir como o campo de batalha político que possibilite o surgimento de um novo líder central (GUO, 2019; LIMA, 2020).

Sangkuk Lee (2017), aponta que durante a era da “Reforma e Abertura”, existia uma forte pressão na elite política para a institucionalização dos seus poderes, após as crises causadas pelo Grande Salto Adiante e pela Revolução Cultural. Pedia-se a regulação dos jogos burocráticos, das normas, responsabilidades, poderes e regulamentos políticos dos quadros do Partido Comunista Chinês (PCC). Havia o intuito de criar, através desta institucionalização, um ambiente onde o poder político fosse determinado pela posição oficial e pela responsabilidade (autorizados por instituições formais) e não por carisma, prestígio ou troca de favores, encerrando assim o culto de personalidade.

Deng Xiaoping, em seu discurso sobre a Reforma do Sistema de Liderança Partidária e Estatal de 1980, enfatizou os esforços da liderança chinesa em iniciar reformas institucionais

vigorosas que garantissem que o exercício do poder não pudesse ser excessivamente centralizado e concentrado nas mãos de poucos indivíduos que agem arbitrariamente (LEE, 2017).

Apesar das repetidas reformas, o sistema chinês, permanece deficiente em mecanismos institucionais efetivos para regular as relações burocráticas entre elites políticas. A falta de um líder dominante que coordene as interações entre os mais diversos atores políticos, se provou propícia para o surgimento de conflitos intra facções e para a troca de favores e corrupção desenfreados (LIMA, 2020).

Neste cenário, começaram a ser feitas cada vez mais críticas ao sistema de “liderança coletiva” e de divisão de trabalho. Funcionários e especialistas administrativos chineses apontaram-no como a raiz da má governança e desempenho administrativo da China. Criando um cenário de egoísmo e disputa entre ministérios, ineficácia no processo decisório político e irresponsabilidade de funcionários e procrastinação da reforma (GUO, 2019, LIMA, 2020).

Em agosto de 2012, o 'Buscando a Verdade' (Qiu Shi, 求是), periódico oficial de teoria do PCC, argumentou que o sistema de poder descentralizado levou a danos ao interesse nacional, irresponsabilidade política, ineficácia do sistema governamental e corrupção de funcionários públicos (LEE, 2017). Esse ambiente levou o Partido a uma crise de legitimidade²⁰.

Neste cenário, diante da necessidade de escolher um sucessor para Hu Jintao, as elites do partido precisavam de um líder que assumisse um papel regulador e dominante. Ele precisaria assegurar a disciplina e controle efetivos sobre os membros do partido, além, da promoção da prosperidade econômica e, principalmente, a garantia da unidade e estabilidade do regime. O consenso inicial entre as lideranças de terceira (Jiang) e quarta (Hu) geração para a futura liderança do partido era Li Keqiang e Bo Xilai (LIMA, 2020).

Li era o protegido de Hu, e Bo um representante proeminente dos “príncipes”, uma das principais facções no governo chinês, composta pelos descendentes de líderes importantes do PCC durante a revolução, os filhos de revolucionários são conhecidos como vermelhos de

²⁰ “The party’s ruling status is not inherent to the party, nor does it hold good once and for all,” Xi said. “Possessing something in the past does not mean possessing it today, and possessing something today does not mean possessing it forever.” It is due to a sense of urgency and a profound feeling of concern in these times that our party has so distinctively put forward the important thinking on strengthening the party’s ruling capability.” (JINPING; Xi, 2016, p.439)

segunda geração²¹. Xi, apesar de também ser um “príncipe”, inicialmente era apenas considerado para preencher uma posição no CPP, ele não tinha a popularidade ou a família proeminente de Bo (GUO, 2019).

Essa configuração, entretanto, não sobreviveu às crescentes tensões entre as facções de Jiang Zemin e Hu Jintao. O Partido precisava de um Líder que pudesse gerar consenso entre as facções e não ser manipulado por elas. A facção de Jiang jamais aceitaria a liderança de um candidato indicado por Hu, sendo necessário então que fosse promovido um “príncipe” para o posto (GUO, 2019).

A necessidade do novo líder emergir dentre a realeza da segunda geração vermelha se baseava em vários fatores: primeiramente, ele precisaria ser aceito pela elite do partido e pelos veteranos aposentados. Em segundo lugar, apenas um dos “príncipes” teria prestígio suficiente para fazer os outros membros da sua facção se submeterem a sua autoridade e para discipliná-los. Em terceiro lugar, a posição de segunda geração vermelha lhe permitiria um maior legitimidade para a reafirmação dos valores ideológicos comunistas e nacionalistas. Finalmente, um “príncipe” também seria capaz, através do seu prestígio, de ter mais influência sobre o exército (GUO, 2019, LIMA, 2020).

Nesta conjuntura, Bo Xilai parecia o mais promissor. Contudo, pouco antes do 18º Congresso do Partido em 2012, ele foi removido do Partido sob a acusação de abuso de poder, corrupção, séria violação disciplinar e tentativa de estabelecer um "reino" politicamente independente em Chongqing (de onde era Secretário do Partido) (LEE, 2017, LIMA 2020). Assim, Xi Jinping, um “príncipe” influente, que manteve uma imagem positiva como um oficial honesto, apoiado vastamente pelos veteranos aposentados e elites atuantes, posicionando-se como um meio-termo entre as facções de Jiang e Hu, se mostrou como a melhor opção (GUO, 2019).

A posição de Xi Jinping com “príncipe” não lhe permitiu apenas uma vantagem ideológica, mas também prática. Devido à influência e conexões do seu pai, Xi Zhongxun, ele pôde ganhar experiência desde sua juventude nos trabalhos internos do PCC em seus mais diversos níveis, recebendo orientação cuidadosa de veteranos, amigos e aliados ao seu pai (LIMA, 2020).

²¹ Dependendo do grau de parentesco, o título pode ser vermelho de (n) geração. Ex: o neto de um revolucionário é um vermelho de terceira geração.

Logo após a sua graduação, trabalhou como secretário do vice premier Geng Biao. Embora Geng tenha sido transferido do Exército de Libertação Popular, para o cargo de Secretário Geral do CMC antes de Xi começar a trabalhar como seu secretário, ele ainda cuidava de assuntos internacionais para além de suas obrigações com o exército (LIMA, 2020). Os anos que passou ao lado de Geng, foram fundamentais para treiná-lo na forma de lidar com assuntos referentes às relações internacionais e também lhe deram a plataforma necessária para compreender o funcionamento do alto escalão do PCC e do poder militar. A posição de secretário, lhe era permitiu acesso aos documentos mais importantes e a aprender como as decisões eram tomadas pelo Politburo e as lideranças do ELP (GUO, 2019). Além disso, essa posição lhe permitiu criar contatos e relações com o alto comando do exército, que lhe seriam extremamente úteis quando futuramente tentasse se estabelecer como Líder Central do Partido.

Apesar da boa reputação e da sua posição como “príncipe”, Lee (2017) enfatiza que muitos acreditavam que Xi seria o líder mais fraco desde a fundação da República Popular da China. Tanto em virtude da “liderança coletiva” e da “responsabilidade compartilhada”, quanto por seu *network* mais fraco dentre as elites políticas quando comparado ao de seus concorrentes. Contudo, uma série de fatores permitiram que ele se tornasse o líder mais poderoso a assumir o comando da China desde Deng Xiaoping.

Em seu primeiro ano de mandato como o Secretário Geral do Partido e Presidente da RPC, Xi conseguiu assumir o controle de praticamente todos os órgãos de liderança mais importantes (Partido, Estado e Exército) e dominar a agenda política de forma inequívoca. Esse rápido acúmulo de poder, em um período curto de tempo, se deve não apenas a aquiescência do alto escalão do PCC, em função da crise de legitimidade pela qual o partido passava. Mas também a composição do Comitê Permanente do Politburo (CPP) e da rapidez em estabelecer um círculo interno de homens de confiança e de promover associados de longa data para posições-chave (LI, 2014).

A facção de Jiang Zemin, a qual ajudou a promover Xi como sucessor de Hu Jintao, conseguiu representação esmagadora no CPP eleito no 18º Congresso do Partido, garantindo 6 das 7 vagas, sendo Li Keqiang, como protegido de Hu, a única exceção (LIMA, 2020). Essa configuração garantiu a Xi a maioria de aliados e, dentre eles, dois eram seus confidentes (Yu Zhengsheng e Wang Qishan), formando o que ficaria conhecido como o “Triângulo de Ferro”, considerado o epicentro do núcleo de poder (LI, 2014).

Wang foi um ator-chave na consolidação do poder de Xi e na implementação da sua agenda política. Seu domínio em assuntos referentes a economia é reconhecido internacionalmente, assim como a sua reputação de “chefe dos bombeiros”²², a qual adquiriu ao ser reconhecido como um líder confiável e competente para lidar com crises e emergências (LIMA, 2020).

Sua presença foi instrumental para lidar com as três crises com as quais Xi Jinping se deparou a assumir o poder: o julgamento de Bo Xilai, a desaceleração da economia e o aumento da corrupção (LI, 2014). Desta forma, é possível compreender a nomeação de Wang para a posição de chefe da Comissão Central para Disciplina e Inspeção (CCDI), o portfólio mais difícil e importante do CPP.

O modo com que Wang lidou com o julgamento de Bo, também rendeu um enorme apoio do público chinês aos dois líderes. Três fatores foram importantes para isto: se concentrar apenas nas questões de corrupção, e não nos aspectos imorais do comportamento pessoal de Bo; divulgar detalhes do julgamento e de procedimentos do tribunal nas redes sociais, promovendo uma imagem de transparência; e, finalmente, o veredito de prisão perpétua a Bo, um político de alto nível e figura proeminente da facção de Jiang, o que conseguiu passou a mensagem ao público de que ninguém estava acima da lei e, as políticas anticorrupção, não foram impulsionadas por relações de facção (LI, 2014, LIMA, 2020).

Outros membros importantes do Politburo, considerados confidentes de Xi, eram Li Zhanshu²³, diretor do Escritório Geral do PCC e Zhao Leji,²⁴ Diretor do Departamento de Organização Central. Ambos possuíam papéis fundamentais: Li, monitorando as operações do círculo de tomada de decisão e Zhao, como responsável pelas nomeações de pessoal, apontando milhares de cargos seniores no partido, governo, forças armadas, empresas estatais e outras instituições importantes (LI, 2014).

Mais um fator determinante para a concentração de poder de Xi foi a criação de *Small Leading Groups* (LSGs) e de comissões, chefiados por ele, que tratassem de questões

²² Knowing that Wang maintained such a great reputation among the Chinese public, former Secretary of the Treasury Timothy Geithner presented him with an authentic New York City Fire Department hat during Wang’s visit to the United States in 2011. (LI, 2014, p. 10)

²³Li Zhanshu, Xi’s old friend from when both were secretaries in adjoining counties in Hebei and former head of the General Office. (FEWSMITH, 2018, p. 2).

²⁴Membro proeminente da “Shaanxi Gang”, facção política da qual Xi faz parte e supostamente possui grau de parentesco com ele.

fundamentais. Isso colocou o centro de tomada de decisão e de controle de agendas importantes do CPP para a suas próprias mãos (LIMA, 2020).

Em 2017, como indicado por Cheng Li (2017), estavam sob seu comando *Small Leading Groups* (SLG) cruciais, alguns dos quais já chefiados por ele desde antes de assumir o poder, sendo estes: o Grupo de Liderança Central para Assuntos de Taiwan (desde 2012); o Grupo de Liderança Central para o Aprofundamento Abrangente de Reformas (desde 2013, posteriormente transformado em Comissão); o Grupo de Liderança Central para Relações Exteriores e Segurança Nacional (desde 2013, posteriormente transformado em Comissão); o Grupo Liderança Central para Trabalho Financeiro e Econômico (desde 2013); o Grupo de Liderança Central de Segurança de Rede e Tecnologia da Informação (desde 2014); e o Grupo de Liderança Central do CMC para o Aprofundamento das Reformas da Defesa Nacional e Militar (desde 2014).

Xi justificou a centralização de poder no seu pronunciamento nas notas explicativas para a “Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China Sobre Algumas Questões Importantes Relativas ao Aprofundamento Abrangente da Reforma”:

Precisamos estabelecer uma plataforma forte para coordenar nosso trabalho de segurança. Para este propósito, estabelecer um conselho de segurança do estado para fortalecer a liderança unificada da segurança nacional no nível central tornou-se uma questão urgente [...] Aprofundar a reforma de forma abrangente é um projeto de engenharia de sistemas complicado, que requer mais de um ou vários departamentos para realizar. Portanto, a liderança em um nível mais alto deve ser estabelecida para esse propósito. (XI, 2014, texto traduzido)²⁵

Segundo Lee, o princípio da divisão do trabalho “foi significativamente anulado pelo estabelecimento de duas organizações centrais de coordenação: o Grupo Central de Liderança para o Aprofundamento Abrangente de Reformas (AAR) e a Comissão Central de Segurança Nacional (CCSN)” (LEE, 2017, p. 332, texto traduzido)²⁶. Desta forma, Xi conseguiu dominar áreas inteiras da política através desses organismos. O AAR, delimita e decide as principais diretrizes, políticas, agendas e reformas nos setores econômico, político, cultural, social e ecológico, e até mesmo no sistema partidário. Sua posição no CMC, no sistema de Assuntos

²⁵ No original: We need to establish a strong platform to coordinate our security work. For this purpose, establishing a state security council to strengthen unified leadership of national security at the central level has become an urgent matter [...] Deepening reform comprehensively is a complicated systems engineering project, which requires more than one or several departments to carry out. Therefore, leadership at a higher level should be established for this purpose.

²⁶ No original: The principle of division of labor has been significantly nullified by establishing two central coordination organizations: the Central Leading Group for Comprehensively Deepening Reforms (CDR) and the Central National Security Commission (CNSC).

Políticos e Jurídicos, e o *SLG* em segurança na Internet lhe dão controle sobre o exército e as informações (LEE, 2017; LIMA 2020). Assim, Xi tem influência direta em “assuntos partidários (organização, ideologia e disciplina), assuntos administrativos (economia, sociedade, cultura, ecologia, saúde), assuntos jurídicos (legislação e jurisdição) e assuntos militares” (LEE, 2017, p. 336).

Durante o 19º Congresso do Partido, Xi conseguiu implementar várias mudanças políticas e institucionais, marcando o início de uma nova era na política chinesa. Foi feita uma revisão na Constituição; instituições foram criadas e modificadas; ocorreu uma consolidação da concentração de poder no Partido em detrimento do Estado; e continuou com a promoção de inúmeros aliados do presidente a cargos-chave. Como enfatizado por Fewsmith:

O 19º Congresso do Partido [...] marcou a culminação de um processo de cinco anos no qual Xi Jinping remodelou tanto o pessoal da liderança do PCC quanto às normas pelas quais ele opera. Olhando para as pessoas que compõem o CPP, o Politburo mais amplo, o Secretariado, o CMC e o Comitê Central, é evidente que Xi trouxe mudanças mais extensas do que qualquer outro congresso do partido na era da reforma. Xi passou a dominar a política chinesa de uma maneira que nenhum outro líder, com a possível exceção de Deng Xiaoping, foi capaz de fazer na era das reformas (FEWSMITH, 2018, p.17, texto traduzido)²⁷.

Primeiramente, é preciso ser observada a composição do Comitê Permanente do Politburo e do Politburo. Onze membros deveriam se aposentar por idade; destes, 5 pertenciam ao CPP. Esta regra foi mantida, sendo assim o novo quadro do Comitê Permanente foi formado por: Xi Jinping e Li Keqiang; Li Zhanshu e Zhao Leji, aliados de Xi; Wang Yang, associado com a facção de Hu Jintao e parte dos “príncipes”; Hang Zheng, protegido de Jiang Zeming e Wang Huning que trabalhou próximo a Hu e Xi como conselheiro político e, o mais importante, não possui uma base política própria. A presença de representantes de diferentes facções no CPP não diminui a dominação de Xi sobre o órgão, em vez disso, poderia ser considerada um prêmio de consolação e um aceno de reconhecimento da importância/poder desses grupos (FEWSMITH, 2018, LIMA 2020).

Nos rankings regulares do Politburo, um número grande de lugares teve que ser preenchido: 15 no total. Seguindo a atual configuração do órgão, 9 membros são elegíveis para compor o CPP no 20º Congresso; destes, 7 são associados próximos de Xi, assegurando

²⁷ No original: The 19th Party Congress [...] marked the culmination of a five-year process in which Xi Jinping has reshaped both the personnel of the CCP leadership and the norms by which it operates. Looking at the people who make up the PBSC, the broader Politburo, the Secretariat, the CMC, and the Central Committee, it is evident that Xi has brought about more extensive change than any other party congress in the reform era. Xi has come to dominate Chinese politics in a way that no other leader, with the possible exception of Deng Xiaoping, has been able to do in the reform era.

seu domínio político sobre o Partido (FEWSMITH, 2018, LIMA 2020). Existem quatro municípios cujos Secretários convencionalmente fazem parte do Politburo: Beijing, Chongqing, Tianjin e Shanghai. Destes municípios, três são liderados por protegidos de Xi e Li Hongzhong. Tianjin, foi um dos primeiros Secretários Provinciais a decretar Xi como o “líder central” em 2016 (FEWSMITH, 2018, LIMA 2020).

Quanto à composição do Secretariado, o órgão mais importante para a implementação das decisões do CPP, dos 7 membros, 3 são considerados próximos a Xi, um trabalhou próximo a ele nos últimos anos e outro é próximo a Wang Qishan (FEWSMITH, 2018). Dezesete membros permanentes do Comitê Central foram investigados e removidos dos cargos antes mesmo do Congresso (e outros 17 membros suplentes também foram removidos por corrupção). No total, 94 dos 205 membros permanentes precisaram ser apontados para o Comitê, dando a Xi Jinping um enorme poder para moldar o organismo (FEWSMITH, 2018, LIMA, 2020).

As mudanças trazidas por Xi se estenderam ao exército. Mais de 100 oficiais do alto escalão das forças armadas foram acusados de corrupção desde que as reformas no setor militar foram anunciadas em 2015. Em 2016, 4.885 membros do exército foram sujeitos a campanha anticorrupção e outros 300 mil foram afetados pela redução da força (MULVENON, 2017, LIMA, 2020).

No 19º Congresso, dos 8 lugares abaixo dos cargos de chefe e dos dois vice chefes que compõem a Comissão Militar Central, 7 precisaram ser preenchidos. Nessa ocasião, apenas um membro da configuração do 18º Congresso manteve seu cargo e outro foi promovido a vice chefe; dos demais, 4 se aposentaram por idade e 2 foram detidos para investigação. Atualmente, a CMC possui apenas 4 membros regulares, dos quais 2 foram promovidos do Comitê Central, como de costume, e os outros dois foram extraordinariamente promovidos aos cargos que ocupam (FEWSMITH, 2018, LIMA, 2020).

A campanha “salvaguardar o centro e seguir os comandos”, foi importante para consolidar a posição de Xi com as forças armadas. Considerada uma iniciativa excepcionalmente voltada para o poder pessoal do Secretário Geral, ela estreita mais as relações do Líder com os militares, do que entre eles e o partido (MULVENON, 2017).

Na reorganização do Exército de Libertação Popular, Xi se estabeleceu como Comandante-chefe do Centro de Operações Conjuntas da CMC. Por meio de extensa propaganda, tem buscado estabelecer a lealdade absoluta do ELP a ele. O Diário do Exército

Popular em 2015 enfatizou a necessidade absoluta de proteger e obedecer à autoridade do CCP, do CMC e de Xi, devendo responder resolutamente aos apelos de Xi, cumprindo as demandas estabelecidas por ele, executando absolutamente as tarefas por ele confiadas (MULVENON, 2017; LIMA, 2020). Esta tendência a personalização e concentração do poder de comando pode ser observada claramente em outro artigo do Diário do Exército Popular em 2016:

“O que é a verdadeira lealdade?” (什么是真正的忠诚) [...] os militares que são verdadeiramente leais ao "Comitê Central com o camarada Xi Jinping como o núcleo" (以习近平同志为核心的党中央) são marcados por sua propensão "inabalável" para "seguir firmemente os comandos do Comitê Central do Partido, a Comissão Militar Central e o Presidente [Xi Jinping]" (坚决听从党中央、中央军委和习主席指挥). (MULVENON, 2017, p.3, texto traduzido)²⁸.

A campanha para “seguir as ordens” instaurada no 19º Congresso do Partido, pode ser considerada uma operacionalização desta orientação. Em última instância, o aparato de propaganda do governo está trabalhando para convencer o público e o próprio partido de que ter Xi como o núcleo da liderança é fundamental para a manutenção da autoridade central do partido e sua união. Fazendo com que a concentração de poder nas mãos de Xi se torne não um interesse individual, mas uma questão fundamental para o partido e o povo, ligada aos interesses de desenvolvimento a longo prazo do país e do governo (MULVENON, 2017).

Ao manter a regra de aposentadoria por idade²⁹, Xi conseguiu eliminar, sem esforço, rivais em posições-chave e teve oportunidade de ocupar estes cargos com seus aliados e protegidos. Wang Qishan³⁰, seu aliado político chave e amigo de longa data, foi um dos membros do Politburo que teve que se aposentar, entretanto, a manutenção da regra não significou a queda desse ator tão importante do campo de Xi. Wang conseguiu se manter como Vice Presidente da RPC. Com a dominação dos principais órgãos do governo, após o

²⁸No original: “What is True Loyalty?” (什么是真正的忠诚) [...] military personnel who are truly loyal to “the Central Committee with Comrade Xi Jinping as the core” (以习近平同志为核心的党中央) are marked by their “unwavering” propensity to “firmly follow the commands of the Party Central Committee, the Central Military Commission and the Chairman [Xi Jinping]” (坚决听从党中央、中央军委和习主席指挥).

²⁹ Sessenta e oito anos.

³⁰ “Wang Qishan is one of the most important figures in Xi’s inner circle, and this position allows him to retain a formal position,” said Wu Qiang, a former lecturer in political science at Tsinghua University in Beijing who now works as an independent researcher. “Even in the United States, the vice president is usually ceremonial, there just as backup,” Mr. Wu said. “But Wang Qishan will add substance to the role of vice president. [...] Party insiders and experts have said Mr. Xi wants Mr. Wang to act as a counselor, possibly helping to watch economic policy and anticorruption efforts and manage ties with the West, especially with the United States. (BUCKLEY, 2018)

19º Congresso, Xi conseguiu impor mudanças que o ajudariam a consolidar sua posição, e fortaleceriam o Partido em relação aos outros órgãos do sistema chinês.

Em janeiro de 2018, Xi submeteu ao Comitê Central a proposta de abolir o limite constitucional de dois termos de 5 anos para os cargos de presidente e vice-presidente da RPC. A proposta foi aprovada em março pelo Congresso Nacional do Povo. Outras revisões constitucionais foram também aprovadas, dentre elas a adoção o “Pensamento de Xi Jinping para uma Nova Era do Socialismo com Características Chinesas”. A justificativa foi a necessidade de estabilidade para atingir os objetivos de tornar a China uma sociedade moderadamente rica em 2021 (centenário do PCC) e um país rico e poderoso em 2049 (centenário da RPC) (CABESTAN, 2019; LIMA, 2020).

Ainda no início de 2018 foi lançado o “Plano de Aprofundamento da Reforma nas Instituições do Partido”. O plano se dividia em 8 partes, e lançava 60 reformas nos mais diversos atores do sistema político: reorganizando órgãos do Comitê Central do Partido; do Conselho Estatal; do Congresso Nacional; da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês; polícia; militares; forças de segurança; organizações de massa e organizações locais (LIMA, 2020).

Estas reformas tinham como objetivo simplificar e racionalizar, aumentando assim a eficiência, as diversas linhas de comando do governo chinês e das suas burocracias. Por outro lado, também serviram para consolidar o papel de Xi Jinping e da gestão do Partido, preservando a autoridade e a liderança centralizada e unificada do Comitê Central do Partido, com Xi Jinping como núcleo (CABESTAN, 2019).

Outras reformas introduzidas foram: a transformação dos quatro *SLGs* de Aprofundamento de Reformas, Cibersegurança, Finanças e Economia, e Assuntos Internacionais, em comissões chefiadas por Xi. Criação três novas comissões: a Comissão Estadual de Supervisão, Comissão Central para Governança Integral Baseada na Lei (comandada por Xi) e a Comissão Central de Auditoria (comandada por Xi). Fusão de diversos órgãos do Estado e do Partido. Reforço das competências de departamentos-chave da Comissão Central responsáveis por gerir diretamente as atividades de muitos órgãos do Estado, com enfoque nas áreas de Organização, Propaganda e Frente Unida de Trabalho. Foram abolidos o Grupo Central de Proteção de Direitos e Interesses Marítimos (LSG chefiado por Xi) e a Comissão Central de Gestão Integral da Estabilidade Social, ficando as

atividades do primeiro sob a Comissão de Assuntos Internacionais, e do segundo, sob a Comissão Central Política e Jurídica (CABESTAN, 2019).

Assim, compreende-se que Xi Jinping se encontrava no cume da hierarquia chinesa de do Partido e do Estado, ocupando os cargos de Secretário Geral do Partido e Presidente da República Popular da China. Também está no ápice do poder militar, em 2012 assumiu o posto de Presidente do Comitê Militar Central (CMC) e, em 2013, do Comitê Nacional de Segurança (CNS); em 2016 acumulou a posição de Comandante-chefe do Centro de Comando de Operações Conjuntas do Exército de Libertação do Popular, e é Presidente do Comitê Central para o Desenvolvimento da Integração Militar e Civil desde 2017. Para além destes cargos, ele é comanda e participa de diversos *Small Leading Groups* (SLG) e Comissões que tratam de assuntos cruciais da política chinesa (CABESTAN, 2019; LIMA, 2020).

Se durante o 19º Congresso Nacional Xi acumulou poderes, no 20º, que ocorreu em outubro de 2022, ele cimentou sua posição como Líder Dominante. Na instância foi destacada importância ímpar do seu papel na liderança da China, e pedido a todos os membros do partido, que entendessem profundamente a necessidade de estabelecer a posição chave de Xi no Comitê Central (BOGUSZ, 2022). Isto foi consolidado em emendas da constituição do Partido, que definiram os “Dois Estabelecimentos” e as “Duas Salvaguardas”:

O centralismo correto deve ser praticado; todos os membros do Partido devem manter firmemente em mente a necessidade de manter a integridade política, pensar em termos gerais, defender o núcleo de liderança e manter o alinhamento e defender firmemente a autoridade e a liderança centralizada e unificada do Comitê Central com o camarada Xi Jinping no centro, de modo a assegurar a solidariedade, a união e a ação focada de todo o Partido e garantir a implementação pronta e eficaz das decisões do Partido (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2022, texto traduzido)³¹

A ênfase a obediência à liderança do Partido com Xi em seu centro é destacada no parágrafo 2 do artigo 3 da constituição, referente as obrigações dos quadros do Partido:

Fortalecer a consciência da necessidade de manter a integridade política, pensar em termos gerais, seguir o núcleo de liderança e manter o alinhamento com a liderança central do Partido [...] e defender a posição central do camarada Xi Jinping no Comitê Central do Partido e no Partido como um todo e defender a autoridade do Comitê Central e sua liderança centralizada e unificada (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2022, texto traduzido)³².

³¹ No original: Correct centralism must be practiced; all Party members must keep firmly in mind the need to maintain political integrity, think in big-picture terms, uphold the leadership core, and keep in alignment, and firmly uphold the authority and centralized, unified leadership of the Central Committee with Comrade Xi Jinping at the core, so as to ensure the solidarity, unity, and concerted action of the whole Party and guarantee the prompt and effective implementation of the Party's decisions.

³² No original: Strengthen consciousness of the need to maintain political integrity, think in big-picture terms, follow the leadership core, and keep in alignment with the central Party leadership [...] and uphold Comrade Xi

No seu terceiro mandato como Secretário Geral do Partido, quebrando o precedente estabelecido por Deng, Xi conta com a absoluta maioria no Politburo. O Comitê Permanente do Politburo, agora é composto apenas por aliados de Xi: Wang Huning e Zhao Leji, os únicos membros do quadro anterior que permaneceram. Li Qiang, um associado de longa data, dos tempos em que Xi era o Secretário do Partido em Zhejiang. Cai Qi, o parceiro mais antigo de Xi, que vem trabalhando com ele desde 1995, durante o período que foi Vice Secretário do Partido em Fujian. Ding Xuexing³³, o membro mais jovem do CPP, trabalhou sob o comando de Xi em Shang Hai e apontado como seu secretário pessoal em 2013, conhecido como um homem modesto que segue as ordens do seu superior. Li Xi, amigo e aliado de longa data, era assistente pessoal do patrono do pai de Xi Jinping (MAAN, 2022).

Maan (2022), destaca que fator importante que liga a maioria dos novos membros do CPP, além de sua proximidade com o Secretário Geral, é que nenhum deles, com a exceção de Zhao e Wang, tem ligação com as facções que dividem o PCC. Ou seja, nenhum deles possui poder independente da ligação com Xi Jinping.

Além disso, as primeiras mudanças no quadro de funcionários do aparelho de Estado foram realizadas na sessão do Comitê Permanente, o que promoveu o aumento da presença de apoiadores de Xi nestas estruturas. Quanto a força militar, O Secretário Geral manteve autoridade total sobre a Comissão Militar Central (CMC) do Comitê Central. Esta remodelação de pessoal, permitiu que Xi obtivesse o controle total e direto sobre o Partido e todo aparato estatal da RPC (BOGUSZ, 2022).

Os resultados do 20º Congresso vêm do acúmulo massivo de poder e posições estratégicas na política nacional, externa e militar ao longo dos anos. Xi, inegavelmente, consolidou sua posição como um Líder Central do Partido e do Estado, preenchendo os cargos mais importantes com seus aliados e simpatizantes.

Dado a proposta teórica sugerida neste trabalho, é possível afirmar que Xi Jinping se enquadra em 6 das 8 variáveis que determinam a UDA como Líder Predominante: inserção em regime político que favoreça um líder predominante; esboçar interesse em participar ativamente na política externa; possuir treinamento diplomático; ter interesse e expertise em áreas fundamentais para a PE; ser um líder proativo, possuir e exercer um papel dominante na

Jinping's core position on the Party Central Committee and in the Party as a whole and uphold the Central Committee's authority and its centralized, unified leadership.

³³ Há rumores de que Ding está sendo treinado para ser o sucessor de Xi.

unidade decisória mais importante para a PE chinesa: o Comitê Permanente do Politburo. Desse modo, podemos definir Xi como Unidade Decisória Autoritativa da Política Externa Chinesa.

4 A POLÍTICA EXTERNA NA ERA DE XI JINPING

4.1 Os Objetivos da Política Externa Chinesa

Qualquer tentativa de compreender a diplomacia chinesa contemporânea deve ser iniciada com uma contemplação do seu contexto histórico e tradicional. Nesse aspecto, um fator importante, senão o mais importante, é a visão da nação chinesa de si e de seu lugar no mundo.

Diferente dos impérios do Ocidente e Oriente Médio, para os chineses não havia o impulso de converter bárbaros aos seus costumes, nem havia glória em conquistar terras longínquas e além-mar. Para o povo chinês, a China era a terra prometida, e ela já lhes pertencia. Cabia a eles a tarefa de preservá-la e protegê-la de ameaças externas e tumultos internos (KISSINGER, 2011).

A China foi por 18 séculos a nação mais rica do mundo (KISSINGER, 2011). O país passou séculos, senão milênios, sem interagir com nenhuma outra nação com força ou desenvolvimento socioeconômico comparável. A China já era a China antes mesmo do estabelecimento das famosas cidades-estado gregas. O período dos Estados Combatentes, fundamental para a definição do estado chinês, ocorreu entre 475 a.C. e 221 a.C. Este período histórico seria correspondente ao período ocidental que se estendeu do Tratado de Westfália (1648), ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945). A formação do estado chinês se iniciou com a queda de um governo dinástico milenar e resultou no evento crucial da unificação chinesa (KISSINGER, 2011).

Ao compararmos a China com as nações vizinhas, ainda em sua infância ou fragmentadas, ou com os povos “bárbaros”, nômades ou distantes demais para aprender os valores chineses, a China não se via como *uma* civilização, mas como *a* civilização em si (LIMA, 2020). O Reino do Meio (com sua vasta extensão territorial, imensa riqueza, população e desenvolvimento social e tecnológico) era autossuficiente, e em sua vastidão era considerado “Tudo Sob o Céu”. Na visão chinesa a harmonia poderia ser conquistada, mas não o mundo, a China em si, era o mundo que já lhes pertencia (KISSINGER, 2011; LIMA, 2020).

Não era papel do Imperador governar bárbaros e, aqueles que fossem “humanos”, naturalmente perceberiam a grandeza da China e se adequarem à civilização chinesa. Ao

pensar no mito de fundação da nação, a China não é criada ou descoberta pelo Imperador Amarelo, ela é unificada por ele: um líder forte que consegue controlar os príncipes rivais e trazer a harmonia (LIMA, 2020).

Assim, é possível inferir que a maior questão política externa chinesa não se encontrava em conquistas de terras ou povos vizinhos. Embora a invasão por nações vizinhas fosse uma preocupação, esta era mitigada pelo enorme poder chinês e pelo senso de excepcionalismo, que posicionava a China como a verdadeira civilização. Desta maneira, é natural que as preocupações políticas se voltem para dentro, dado o quadro de conflitos internos extremamente violentos e períodos tumultuosos de separação, uma das grandes questões políticas da China sempre foi a manutenção da harmonia, coesão social e união dentro de suas fronteiras (LIMA, 2020).

Uma boa parte dos conflitos mais brutais experimentados pelo País, foram decorrentes de colapsos internos do sistema chinês, que resultaram em períodos de caos social e fragmentação política. Estes períodos poderiam se estender por séculos e gerar perdas humanas proporcionais às sofridas durante as Grandes Guerras.

Os períodos de divisão e união ocorriam em um padrão cíclico. O Romance dos Três Reinos, clássico épico publicado no século XIV, e um dos livros preferidos de Mao, já dizia: “O império, há muito dividido, deve se unir; há muito unido, deve se dividir. Tem sempre sido desse modo” (GUANZHONG apud KISSINGER, 2011). Esses períodos de fragmentação social eram considerados de desvio e desordem, anomalias causadas pelo colapso da cultura e dos ritos.

Neste contexto é possível compreender a adoção do Confucionismo como filosofia social e de Estado, por tratar-se de uma ideologia secular, feita por e para os chineses e sua sociedade, que se preocupava, acima de tudo, com a manutenção da harmonia social. Confúcio visava organizar o mundo caótico de uma China fragmentada em prol de uma harmonia superior. Para esse fim, ele pregava sobre uma sociedade hierárquica, onde cada um tinha o seu lugar e o seu dever para com o todo, seja no âmbito familiar, com os conceitos de piedade filial, ou no âmbito governamental, que devia ser um governo humano dirigido por um Rei Sábio. O confucionismo, como forma de união ideológica e o modo de organização social, passou a ser um vínculo inquebrável entre o povo chinês (LIMA, 2020).

Para o pensamento tradicional chinês, o mundo não poderia ser conquistado, apenas a harmonia. Esta crença foi concretizada por Sun Tzu na “Arte da Guerra”, uma obra sobre

pensamento estratégico onde a real vitória está, não no campo de batalha, mas na realização dos objetivos políticos (KISSINGER, 2011). A política chinesa é, por tradição, pragmática e preza por vantagens relativas. Cada movimento é pensado e planejado cuidadosamente, medindo custos e ganhos, vitórias imediatas e absolutas, perdem lugar para vantagens de longevidade estratégica.

Embora as Relações Internacionais também se utilizam de recursos de força tradicionais para lidar com as ameaças externas. O uso estratégico de recursos diplomáticos e econômicos, fora do campo de batalha, para os chineses, seria muito importante para guiar e realizar a política externa.

A China almeja historicamente projetar a sua imagem de grandiosidade e criar laços, seja por vias comerciais ou políticas. Valia-se dos seus amplos recursos econômicos, sociais e culturais, para que os povos vizinhos se submetessem a sua grandiosidade por vontade própria. Através deste processo eles iriam absorver a cultura chinesa ou, no mínimo, seriam desencorajados de criar relações hostis (LIMA, 2020).

O País tinha um vasto leque estratégico para lidar com aqueles que insistissem em optar pela hostilidade sem necessariamente entrar em batalha. Sun Tzu, exemplifica em seu trabalho como os chineses se utilizavam de ataques à estratégia inimiga e as suas alianças, ao utilizar suas fraquezas e rivalidades políticas contra eles. Impedir que coalizões se formassem no seu entorno era uma preocupação e tática chinesa, afinal, ao se unirem, “formigas podem comer um elefante” (KISSINGER, 2011).

Mesmo no período do governo de Mao, que buscava uma ruptura com a tradição chinesa, é possível perceber a presença do pensamento tradicional na sua forma de agir politicamente. A manutenção, por Mao, de uma distância segura dos “diabos estrangeiros”, enquanto estabilizava a situação interna, e sua relutância em permitir que a China ficasse cercada, por qualquer potência ou combinação de potências. A sua busca por projetar uma imagem de força através do desempenho de um papel internacional que estava além de suas forças objetivas. São modos remanescentes da tradição política chinesa (KISSINGER, 2011; LIMA, 2020).

A estratégia tradicional de usar “bárbaros contra bárbaros” foi fundamental para o jogo político chinês durante a guerra fria, em suas relações com os EUA e a URSS. Embora Mao fosse inegavelmente um líder revolucionário, dedicado à revolução mundial, pronto para encorajá-la sempre que possível, qualquer furor revolucionário ficaria em segundo plano

diante daquilo que era necessário à sobrevivência da China e do Partido (KISSINGER, 2011, LIMA, 2020).

Este senso de pragmatismo na política externa chinesa apenas se solidificou durante a era de Deng Xiaoping. Isso se deu em resposta a crises e mudanças nas conjunturas nacionais e internacionais da época. Os problemas sociais, as reformas, o desastre nacional (e internacional) do massacre de Tiananmen, combinados ao colapso da União Soviética, fizeram com que fosse adotada uma postura de PE mais discreta e cautelosa. A política externa passou a ser primariamente um instrumento para o desenvolvimento, tendo em vista evitar custos políticos ao se envolver em compromissos internacionais (KEITH, 2017).

Neste contexto, Deng criou a Abordagem de 24 caracteres³⁴: “observar com calma; assegurar nossa posição; lidar com os assuntos com calma; esconder nossas capacidades e esperar nosso tempo; ser bom em manter um perfil baixo; e nunca reivindicar liderança” (DENG, 2000, texto traduzido)³⁵. Mais tarde, a política externa de Deng, seria mais comumente resumida em “esconder as capacidades e ganhar tempo”. Esta abordagem de política externa realista defensiva, pragmática e instrumentalista para o desenvolvimento econômico, se tornou o novo guia da postura de PE chinesa até a primeira década do século XXI.

Devido ao seu contexto histórico, e como se encara a história, pode ser concluído que a forma de pensar e fazer política externa na China, tem influências que antecedem em milênios o Partido Comunista (embora não sejam menos influenciadas por ele). Estas influências são mais evidenciadas nos interesses centrais chineses.

O debate oficial sobre os interesses centrais chineses só se iniciou nos anos 90, em um contexto doméstico. Apenas anos mais tarde, em 2003–2004, passaram a ser mencionados com frequência por fontes oficiais (SWAINE, Michael D., 2011). Em 2009, Dai Bingguo, na época Conselheiro de Estado, definiu a formulação mais difundida e aceita dos interesses vitais chineses: “acima de tudo, preservar o sistema e a segurança do estado chinês; depois disso, soberania nacional e integridade territorial; e, em terceiro lugar, sustentar o desenvolvimento estável da economia e da sociedade” (DAI apud TSANG, 2020, p.307, texto

³⁴ 冷静观察, 韬光养晦, 站稳脚跟, 沉着应付, 朋友要交, 心中有数.

³⁵ Observe calmly; secure our position; cope with affairs calmly; hide our capacities and bide our time; be good at maintaining a low profile; and never claim leadership.

traduzido)³⁶ Essa definição dos interesses vitais chineses é vastamente aceita e difundida (JAKOBSON, 2013³⁷; KELLY et al., 2014³⁸; WEISSMANN, 2015³⁹).

Durante o governo de Hu Jintao, em 2011, foi publicado “*O Livro Branco para o Desenvolvimento Pacífico*”, pelo Escritório de Informação do Conselho Estatal. Este livro foi mais um marco fundamental para o estabelecimento dos interesses vitais de política externa chinesa (LIMA, 2020). Ele representa a visão de Estado sobre os interesses vitais nacionais, e os definiu como: “soberania estatal; segurança nacional; integridade territorial e reunificação nacional; sistema político da China estabelecido pela Constituição; estabilidade social geral, e as salvaguardas básicas para garantir o desenvolvimento econômico e social sustentável” (CHINA, 2011, texto traduzido)⁴⁰. No documento foi dada a ênfase que estes interesses centrais, seriam defendidos firmemente pelo governo.

Ao ser feito um comparativo com o contexto histórico acima, podemos observar a busca, em primeiro lugar, pela harmonia interna⁴¹; a manutenção da integridade territorial; e a preservação do regime chinês, sempre foram objetivos centrais para a PE chinesa.

O tradicionalismo, entretanto, não é o suficiente para definir os objetivos políticos. O governo de Partido-Estado, comandado pelo PCC, também é uma fonte inegável de influência. Uma das maiores diferenças entre a China e as demais potências, em sua abordagem de política externa, é o papel central dado a política doméstica dado a construção

³⁶ No original: ‘foremost, preserving China’s basic state system and state security; after this, national sovereignty and territorial integrity; and in third place, sustain stable development of the economy and society’

³⁷ Officially, China defines its foreign policy objectives as follows: first, domestic political stability; second, sovereign security, territorial integrity and national unification; and third, China’s sustainable economic and social development. (JAKOBSON, 2013, p. 4)

³⁸ The discussion of “core national interests”, a phrase that has gained currency since roughly 2004, provides the highest-level formulation of the interests underpinning Chinese strategic thought. These core interests have been variously defined by different Chinese leaders, but all include some variation of the following three goals: 1. preserving China’s basic state system and national security (i.e., maintaining CCP rule); 2. the protection of national sovereignty and territorial integrity; 3. the continued stable development of the Chinese economy and society. (KELLY, 2014, p. 11)

³⁹ The foremost foreign policy objective is domestic political stability, which in turn is a necessity for the survival of one-party rule. Both are dependent on a combination of two key factors: continuing domestic economic growth and nationalism. The foreign policy is also closely linked to the Chinese self-perception, both its self-superiority/self-inferiority dualism and its multitude of confusing (overlapping) identities about what China is and should be (WEISSMANN, 2015, p. 151)

⁴⁰ No original: China is firm in upholding its core interests which include the following: state sovereignty, national security, territorial integrity and national reunification, China’s political system established by the Constitution and overall social stability, and the basic safeguards for ensuring sustainable economic and social development.

⁴¹ The Chinese people have always cherished a world view of “unity without uniformity,” “harmony between man and nature,” and “harmony is invaluable.” This belief calls for the fostering of harmonious family bond, neighborhood harmony and good interpersonal relationships. Under the influence of the culture of harmony, peace-loving has been deeply ingrained in the Chinese character (CHINA, 2011)

de agendas internacionais. Embora esta tendência tenha raízes tradicionais, através da luta chinesa para preservar a harmonia interna. Em uma releitura desta premissa, o Partido substitui o soberano detentor do mandato do Céu, e tenta difundir a narrativa que a harmonia interna só poderá ser mantida através da preservação do sistema político do PCC (LIMA, 2020).

Segundo Tsang (2020), a perspectiva chinesa de PE pode ser explicada através das teorias de *innerpolitik*, que apontam fatores internos, como ideologia política e econômica, identidade nacional, política partidária e socioeconômica, como determinantes para o comportamento dos países no âmbito internacional. No caso chinês, a sua abordagem internacional seria determinada, acima de tudo, pelo sistema político. Pois o Partido, como centro do sistema de Centralismo Democrático, torna-se muito mais do que o governo ou partido no poder, ele assume a propriedade do país ou Estado, detendo monopólio sobre a narrativa nacional e como os interesses nacionais são, oficialmente, definidos (TSANG, 2020).

O autor explica que os interesses de política externa chineses possuem quatro características distintas. Primeiro, centralidade da sobrevivência do regime do PCC no cálculo dos interesses nacionais da China. Segundo, abordagem instrumentalista para as organizações internacionais, cooperação, leis, normas e laços econômicos. Terceiro, nacionalismo centrado no partido, que tem em vista instalar nos cidadãos chineses, a crença de que a restauração da grandeza da China e, por consequência, seu lugar de direito no mundo, só podem ser alcançados sob a liderança do Partido. Quatro, aderência a uma visão realista neoclássica do lugar do país no sistema internacional e seu poder material relativo no avanço do interesse nacional.

Campbell (2013), ressalta que, na construção da narrativa dos interesses vitais e objetivos centrais da PE chinesa, aquilo que está omitido ou vago, é tão importante quanto aquilo que está explicitado:

As autoridades chinesas geralmente fazem declarações [vagas] de interesses essenciais[...] focadas na soberania nacional e integridade territorial, para promover os objetivos da política externa. [...] as autoridades chinesas usam essas declarações para sinalizar aos Estados Unidos e a outros países que a China não deseja se comprometer em questões políticas específicas. Ocasionalmente [...] indicaram que Pequim estaria disposta a usar a força para proteger os interesses centrais da China (CAMPBELL, 2013, p.3, texto traduzido)⁴²

⁴² No original: Chinese officials usually make core interest declarations [...] focused on national sovereignty and territorial integrity, to advance foreign policy objectives [...] Chinese officials use these declarations to signal to the United States and other countries that China is unwilling to compromise on particular policy issues. Occasionally [...] have indicated Beijing would be willing to use force to protect China's core interests.

Zeng et al. (2015), fez um estudo ao estado da arte do debate sobre os interesses vitais na academia chinesa. O trabalho conclui que, mesmo após o lançamento do Livro Branco de 2011, o conceito de “interesses vitais” permanece vago e aberto a interpretações. Dos 108 artigos acadêmicos investigados, apenas 23,1% definiam claramente quais eram os interesses vitais chineses, e havia uma tendência clara de seguir o discurso oficial do governo. Antes de 2011, referindo-se a Dai e depois de 2011, ao Livro Branco.

É possível concluir que, na formação de seus objetivos de política externa, a China ainda se inspira fortemente em seu pensamento político tradicional. Por outro lado, devido a sua dinâmica política de Partido-Estado, a preservação do regime de governo sob o PCC, pode ser considerada o ponto de partida para abordagem do governo chinês sobre os seus interesses centrais.

Esta situação cria um cenário político de simbiose entre o Partido e os interesses nacionais. A manutenção da estabilidade, segurança nacional e crescimento econômico são pilares para sustentar o governo, em simultâneo, a preservação do regime de Estado-Partido do PCC, é apontada como a responsável por criar um sistema onde esses pilares existam.

4.2 A Política Externa de Xi Jinping

Quando Xi Jinping assumiu o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista Chinês, ele se deparou com uma China, paradoxalmente, muito diferente e semelhante a de seus predecessores. O país passava por uma grande mudança socioeconômica, assumindo o posto de uma das maiores economias do mundo, com uma sociedade cada vez mais rica e conectada, experienciando acessibilidade como nunca vista as informações domésticas e influências estrangeiras.

Neste contexto, Xi, teve que lidar com uma crise de legitimidade agravada por três questões urgentes. A crise de corrupção, associada ao escândalo envolvendo Bo Xilai e outros membros proeminentes do partido. Ineficiência no aparato de governança do Partido, relacionada ao complexo e extenso corpo de burocracias, facções e interesses que compõem seus mais diversos níveis. A sensação de que o país estava à deriva, perdendo oportunidades de assumir um posto de maior proeminência no cenário global (FEWSMITH, 2018). O

Presidente, não apenas, prontamente lidou com essas questões, como se utilizou delas para consolidar seu lugar como “núcleo” do poder.

A crise de legitimidade do governo do Partido não é nova. O fim do período revolucionário combinado com a queda da União Soviética, a estabilização da nação, as mudanças socioeconômicas trazidas pela reforma e abertura de Deng Xiaoping, e o desastre de Tiananmen nos anos 80, fizeram com que a China mudasse sua perspectiva sobre si mesma e seus objetivos.

A ideologia comunista perdeu vigor necessário para justificar o poder do PCC. Este quadro fez com que, o crescimento econômico e o nacionalismo, obtivessem maior ênfase como fontes de legitimidade para o seu poder. Desde 1989, o Partido tem trabalhado incessante e cuidadosamente para lançar as bases para tal estratégia. Medidas como campanhas governamentais, educação patriótica, propaganda, censura, protestos apoiados pelo governo contra o Japão e os Estados Unidos reforçam uma narrativa de vitimização nacionalista (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016; LIMA, 2020).

A estabilidade do sistema chinês e a concentração de poder nas mãos do PCC, se mostravam cada vez mais precários diante das crises. A possibilidade de um inevitável desaceleramento da economia apenas tornava a situação mais sombria. O agravamento da crise de legitimidade também foi intensificado por uma parte significativa da elite política e intelectual, que era adepta da narrativa de que a década do governo de Hu Jintao havia sido uma década perdida.

Segundo Fewsmith (2018), embora não se possa negar que a década de Hu e Wen tenha sido testemunha de imensos avanços, para a população e muitos intelectuais chineses, é inegável que esta década testemunhou a intensificação ou criação de problemas. Além disso, muitos defendiam que em muitas instâncias tenha ocorrido uma perda de terreno no que diz respeito a questões fundamentais, como a estrutura econômica, meio ambiente, e segundo Deng Yuwen, ex-editor-adjunto do *Study Times* da Escola Central do Partido, esta década também foi o palco da falência ideológica e da reforma política.

Considerando a necessidade urgente de contornar a crise de legitimidade e, por consequência, os pilares nos quais essa legitimidade se justifica: nacionalismo e prosperidade econômica. Fica evidente a importância das relações internacionais, não apenas para a estabilidade do governo de Xi, mas para a segurança do *status quo* do PCC na sua totalidade. Outro fator importante que liga as relações exteriores à legitimidade e o nacionalismo chinês,

é a memória viva do Século de Humilhação, da dominação estrangeira e das perdas territoriais (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016; LIMA, 2020).

Hanson et al. (2020), destaca que, principalmente sobre a liderança de Xi, o PCC tem evidenciado cada vez mais o seu dever como guia da nação e executor das reformas. O Partido exerce um controle estrito sobre o país por meio de sua ideologia e sistema estrutural. Criando e defendendo interesses nacionais centrais da China, intimamente centrados na sua própria segurança política. O Secretário Geral, no que lhe concerne, tem se mostrado cada vez mais como comandante, arquiteto e executor das reformas e da nova era, isto pode ser evidenciado pelo seu discurso e seu pensamento, compilado em quatro volumes intitulado a “Governança da China”.

4.2.1 O Pensamento de Política Externa de Xi Jinping

Xi assumiu o cargo com a enorme responsabilidade de reverter o quadro de crise deixado por Hu Jintao. Já em sua fala aos novos membros do Comitê Central, no início do seu mandato em janeiro de 2013, o Secretário Geral enfatizou a necessidade de desenvolver e defender o socialismo com características chinesas, não apenas como ideologia, mas como guia de prático de ação, não esquecendo ou negando duas eras do socialismo chinês: a pré-reforma (a era de Mao) e o pós-reforma (a era de Deng) (XI, 2019; LIMA, 2020).

A divisão das eras políticas em dois períodos, interligados e inseparáveis, foi um detalhe importante e revelador das intenções de Xi para o seu governo. Esta colocação indicou não apenas que havia chegado o fim da era de Deng, mas também que ela estabeleceria a base para a era de Xi. O novo governo foi intitulado como "nova era" (新时代), enquanto o período de Deng tem sido frequentemente descrito como o "novo período" (新时期), esta diferenciação de títulos mostra uma divisão clara entre os dois momentos históricos (FEWSMITH, 2018).

A escolha da exposição “*The Road to Renaissance*”, no Museu de História Nacional, como para a primeira aparição pública de Xi após ser nomeado como Secretário Geral, em 29 de dezembro de 2012, foi de simbologia significativa para a construção da narrativa do novo governo. A exposição conta o histórico de exploração e vitimização da China pelas potências ocidentais, que só chegou ao fim quando o Partido Comunista restabeleceu o orgulho e a glória da nação, colocando-a de pé novamente (LIMA, 2020).

Esta exposição se mantém como um lembrete e uma advertência. Lembra o Partido de manter seu senso de missão e vigilância, no seu papel de resguardar para que a China não se torne, uma vez mais, um peão do imperialismo econômico ocidental (FEWSMITH, 2018). Assim, Xi, ainda na alvorada do seu governo, tomou decisões assertivas para defini-lo como o início de uma nova era na história chinesa, definindo as bases ideológicas que serviriam como guia para a nova fase histórica da China: o Socialismo com Características Chinesas; o Sonho Chinês; a Comunidade com Destino Comum; Diplomacia de Potência, e fortalecimento militar.

Ainda nesta visita, o Secretário Geral, declarou que a realização da grande renovação nacional, é o maior sonho do povo chinês na história moderna. Nasce aí o “Sonho Chinês”, declarado oficialmente como um ideal que se estende por gerações, reflete os interesses nacionais, e é abraçado por todos os cidadãos. Este conceito se tornaria um pilar para a política de Xi Jinping, e um dos conceitos norteadores mais importantes de seu regime e pode ser definido como:

Em essência, o sonho chinês é um compromisso de trazer prosperidade e felicidade ao país, à nação e ao povo. Para tornar o sonho realidade, a China deve seguir seu próprio caminho para o desenvolvimento, elevar o espírito chinês e aumentar a coesão nacional. O Sonho Chinês é um sonho de paz, desenvolvimento, cooperação e prosperidade para todos, beneficiando não apenas o povo chinês, mas também os povos do resto do mundo (CHINA, 2019c, texto traduzido)⁴³

Durante o 18º Congresso Nacional, foram anunciados os dois objetivos centenários que irão reger o Partido pelas próximas décadas. O primeiro objetivo, é a construção de uma sociedade moderadamente próspera, e dobrar o PIB per capita de 2010 da China, até o centenário do Partido Comunista. O segundo objetivo corresponde à construção de um país socialista moderno, que atinja o nível de um país moderadamente desenvolvido; próspero; democrático; culturalmente avançado; harmonioso e bonito, até a celebração do centenário da República Popular da China em 2049 (CHINA, 2017; CHINA, 2019b). Estes objetivos centenários ambiciosos, cristalizam a visão do sonho chinês.

A construção dessa “nova era”, com Xi como núcleo, passou a ser o foco ideológico e de liderança do Partido. O sonho chinês e o futuro brilhante da China eram dependentes do

⁴³ No original: In essence, the Chinese Dream is a commitment to bringing prosperity and happiness to the country, the nation and the people. To make the dream come true, China must follow its own path to development, elevate the Chinese spirit, and boost national cohesion. The Chinese Dream is a dream of peace, development, cooperation and prosperity for all, benefiting not only the Chinese people but also the people of the rest of the world.

comando do Secretário Geral e do governo do PCC, o que fica evidenciado em sua definição oficial:

O esforço para realizar o Sonho Chinês só terá sentido se corresponder com o anseio do povo chinês por uma vida melhor. Realizar o Sonho Chinês é uma promessa solene que o Comitê Central do PCC, com Xi Jinping em seu núcleo, fez a toda a nação. É uma declaração política que incorpora a responsabilidade histórica e a missão do PCC e do Estado. Constitui uma parte importante da manutenção e desenvolvimento do socialismo chinês na nova era (CHINA, 2019c, texto traduzido).

No 19º Congresso do CCP, Xi revelou suas mensagens ideológicas mais amplas e as implicações para a agenda doméstica e internacional do PCC. De acordo com Stanzel (2019), este foi um momento definidor não apenas para os próximos 5 anos, mas sim para os próximos 33 anos, encerrando a reforma como a conhecíamos e marcando o início de uma nova era. A nova China seria mais forte e assertiva, se esforçando para moldar a ordem global conforme os seus interesses nacionais e sua visão de mundo (LIMA, 2020).

Dois grandes indicadores da nova era, são o foco no socialismo com características chinesas para uma nova era, e a definição da “contradição principal”. O “novo” socialismo, pode ser considerado continuidade e desenvolvimento do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao e da teoria de Deng. Ele representa o resultado constante da adaptação do marxismo com a prática e realidade chinesa. E deve ser considerado o guia de ação para todo o Partido e o povo, para a realização da grande revitalização da nação chinesa (XI, 2017; XI, 2019).

A estratégia fundamental para persistir e desenvolver a nova versão do socialismo chinês se divide em 14 aspectos: liderança do Partido em todos os trabalhos; povo como centro; aprofundamento integral da reforma; novos conceitos de desenvolvimento; posição do povo como dono do país; administração integral do país conforme a lei; sistema de valores-chave do socialismo; garantia e melhoria da vida do povo no processo de desenvolvimento; coexistência harmoniosa entre o ser humano e a Natureza; visão holística sobre a segurança nacional; liderança absoluta do Partido sobre o Exército Popular; princípio de "um país, dois sistemas"; promoção de uma comunidade de destino comum da humanidade, administração integral do Partido com disciplina rigorosa (XI, 2017).

Quanto à "contradição principal", o método marxista trabalha e compreende o mundo através das contradições, faz-se fundamental entender este conceito para que se compreenda a percepção do país e suas prioridades. Deste modo, cada fase de desenvolvimento social pode

gerar e ser definido por uma contradição principal, que caracteriza as questões urgentes do período em que se encontra, e determina a linha de trabalho do partido (HEILMANN; SHIH; HEEP, 2017; CHINA; 2017, STANZEL, 2019). Ela se torna um diagnóstico fundamental para a produção de políticas e a promoção da causa socialista.

Entre 1921 e 1937, a principal contradição foi entre a classe explorada e os opressores. No período de 1937 a 1945, o conflito entre China e Japão estava na primeira linha. Em 1945 a 1978, novamente o conflito de classes toma a frente. De 1978 em diante, a contradição passou a ser entre as necessidades materiais e culturais, e o desenvolvimento econômico desequilibrado (HEILMANN; SHIH; HEEP, 2017). Neste aspecto, e nas constantes alusões e lembretes de Xi, para que o passado não seja esquecido, podemos observar que a nova era, em seu conteúdo, ideologias e instituições, ainda tem sua base em estruturas e conceitos pré-existentes (STANZEL, 2017).

Um ponto importante que vinha sendo repetidamente enfatizado por Xi desde o 18º Congresso é a ideia de criação de uma “comunidade de destino comum”, no tocante a relação da China com outros países. Em 2014, na Conferência Central sobre Trabalho Relacionado às Relações Exteriores, Xi pediu à China que "desenvolva uma abordagem diplomática distinta, condizente com seu papel de país importante ...[e resuma] as práticas e experiências anteriores [para] conduzir a diplomacia com uma característica chinesa saliente e uma visão chinesa.” (POH; LI, 2017, p.86, texto traduzido).

Em 2017, no relatório do congresso nacional, o sonho chinês é inseparavelmente ligado ao contexto internacional. Xi afirma que a realização do sonho chinês é dependente de um ambiente internacional pacífico e uma ordem internacional estável. Equilíbrio interno e externo são os pilares para o desenvolvimento pacífico, assim como a estratégia de abertura baseada no benefício mútuo e nas relações ganha-ganha. Ele pede a adesão aos valores da justiça e dos interesses, e a adoção de um novo conceito de segurança comum, com uma abordagem integral, cooperativa e sustentável. O intercâmbio entre civilizações caracterizado pela harmonia na diversidade, onde há prioridade ao desenvolvimento verde. A China, neste contexto, deve atuar como construtora da paz mundial, contribuinte do desenvolvimento mundial e defensora da ordem internacional (XI, 2017).

Através desta abordagem, Xi coloca a frente o conceito de “diplomacia de grande potência com características chinesas”. Definido pelo ministro de relações exteriores Wang Yi como: a construção um novo tipo de relações internacionais com cooperação ganha-ganha; a

criação de uma rede global de parcerias; a busca por um sonho da Ásia-Pacífico; e a busca por uma visão da segurança asiática (POH; LI, 2017; LIMA, 2020).

Wang não deixou de ecoar Xi ao destacar a importância da manutenção das características chinesas na diplomacia, entendidas como: o apoio incondicional ao sistema social e ao caminho do desenvolvimento; defesa a uma política externa independente e pacífica; os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica: não interferência, defesa da razão, justiça e igualdade; a priorização do desenvolvimento interno, da reforma e da abertura (POH; LI, 2017; XI, 2018; LIMA, 2020).

Em 2018, na Conferência Central sobre Trabalho Relacionado às Relações Exteriores em Beijing, o pensamento de Xi Jinping sobre as relações exteriores foi estabelecido como o pensamento orientador da diplomacia chinesa. A abordagem de Xi se resume em 10 pontos:

- (1) fortalecer a liderança centralizada e unificada do PCCh no trabalho externo sob o princípio abrangente de defender a autoridade do Comitê Central do PCCh; (2) buscar a diplomacia de grandes países com características chinesas distintas para cumprir a missão de renovação nacional; (3) promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade como parte do esforço para preservar a paz mundial e buscar o desenvolvimento comum; (4) construir confiança estratégica no socialismo com características chinesas como força fundamental da China; (5) promover a Iniciativa do Cinturão e Rota sob o princípio de benefícios compartilhados por meio de diálogo e cooperação; (6) buscar o desenvolvimento pacífico baseado no respeito mútuo e na cooperação ganha-ganha; (7) forjar parcerias globais enquanto avança a agenda diplomática da China; (8) conduzir a reforma da governança global com base na equidade e na justiça; (9) salvaguardar a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento da China tendo como base os principais interesses nacionais; (10) nutrir um estilo distinto de diplomacia chinesa, combinando boas tradições e características da época (CHINA, 2020, texto traduzido)⁴⁴.

Dada a importância das relações exteriores para a China não apenas por questões de legitimidade, mas também, por questões pragmáticas de um país que quer ocupar sua posição de potência no mundo globalizado. O enfoque no fortalecimento chinês se reflete no posicionamento do Presidente sobre a sua missão. Ele declarou que desde 1949, o país vem passando por um processo de ascensão histórica: sob Mao (1949–1976), a China se ergueu;

⁴⁴ (1) strengthening the centralized, unified leadership of the CPC on external work under the overarching principle of upholding the authority of the CPC Central Committee; (2) pursuing major-country diplomacy with distinctive Chinese features to fulfill the mission of national renewal; (3) promoting the building of a community with a shared future for humanity as part of the effort to preserve world peace and pursue common development; (4) building up strategic confidence in socialism with Chinese characteristics as China's fundamental strength; (5) promoting the Belt and Road Initiative under the principle of shared benefits through discussion and collaboration; (6) pursuing peaceful development based on mutual respect and win-win cooperation; (7) forging global partnerships while advancing China's diplomatic agenda; (8) steering the reform of global governance based on fairness and justice; (9) safeguarding China's sovereignty, security and development interests with the national core interests as the bottom-line; (10) nurturing a distinctive style of Chinese diplomacy by combining fine traditions and features of the times.

sob Deng (1979–2012), enriqueceu; e sob Xi (12 em diante), irá se fortalecer (STANZEL, 2017; ZOGLMANN, 2019, CHINA, 2017; CHINA, 2019c).

Deste modo os objetivos de política externa chineses estão mais ambiciosos e detalhados do que nunca. Xi, tal como Mao, acredita que o poder político está no “cano de uma arma”. Esta afirmação pode ser comprovada pelo extenso foco que tem se dado ao poder militar em sua gestão. Enquanto prega o desenvolvimento pacífico e a posição da China como potência não hegemônica, promotora de um novo modelo de relações internacionais⁴⁵, o Secretário não esquece de enfatizar que: “jamais renunciaremos aos nossos direitos e interesses legítimos nem sacrificaremos os interesses vitais do nosso país” (XI, 2018, p. 545-546). Conforme o relatório do congresso nacional:

O objetivo do Partido para o fortalecimento das Forças Armadas na nova época é construir um Exército Popular que obedeça ao comando do Partido, seja capaz de vencer e tenha um bom estilo, bem como transformá-lo em um exército de primeira categoria mundial (XI, 2017).

No 19º Congresso nacional em 2017, o pensamento de Xi Jinping sobre o fortalecimento das forças armadas foi incluído na constituição do Partido, passando a ser definido como o princípio orientador da defesa e do desenvolvimento militar chinês. Em 2019, foi publicado na forma de um guia de estudo pelo Departamento de Trabalho Político da Comissão Militar Central (CMC). Nele são destacadas diretrizes para uma abordagem chinesa para fortalecer a defesa nacional e construir um exército forte e moderno, construído para responder às novas realidades da nova era e ajudar a concretizar o Sonho Chinês de renovação nacional (CHINA, 2021). As diretrizes responsáveis por conduzir o terceiro maior poderio militar do mundo são:

Construir um exército popular que obedeça ao comando do Partido, seja capaz de lutar e vencer e mantenha uma excelente conduta; defender a liderança absoluta do Partido sobre os militares; fortalecimento da consciência política; encorajar novos pensamentos e desenvolver estratégias sólidas para garantir que os militares sejam capazes de vencer guerras; perseguir a reforma e encorajar a inovação, que são a chave para a sua força; fortalecer a governança baseada na lei; melhoria do serviço logístico moderno; atualização de armamento e equipamentos; reforço das capacidades estratégicas integradas; fortalecer o desenvolvimento do Partido dentro das forças armadas; intensificar o desenvolvimento da liderança militar e a formação de talentos; e reforçando a ética e a disciplina e erradicando a corrupção (CHINA, 2021, texto traduzido)⁴⁶

⁴⁵ A nossa diplomacia de grande país com características chinesas deve promover tanto o estabelecimento de um novo modelo das relações internacionais como a formação de uma comunidade de destino comum da humanidade (XI, 2017).

⁴⁶ No original: upholding the Party's absolute leadership over the military; strengthening political awareness; encouraging new thinking and developing sound strategies to ensure that the military is able to win wars; pursuing reform and encouraging innovation, which are key to its strength; strengthening law-based governance;

Wang (2019) argumenta que, o foco nas relações internacionais demonstrado por Xi desde o início do seu mandato, é um diferencial entre ele e seus predecessores, Jiang e Hu, que se preocuparam mais com as questões domésticas durante os seus primeiros anos de governo. Xi, no que lhe concerne, gastou o mesmo, ou maior, tempo e energia nas questões de política externa e em suas viagens diplomáticas, do que nas questões internas. O autor destaca que “O Pensamento de Xi” foi aplicado primeiro às conquistas diplomáticas e não às suas realizações domésticas.

Assim sendo, compreende-se porque Xi se tornou o único líder, depois de Deng Xiaoping, a conseguir conseguiu fazer alterações radicais, tanto no cenário doméstico quanto nas relações exteriores, durante o seu primeiro mandato, principalmente ao considerarmos a tendência dos líderes chineses de dar às relações internacionais um papel secundário no esquema geral de governo (WANG, 2019, LIMA, 2020). Essa equiparação da política externa com a política interna, mostra a determinação e o capital político que o Secretário investiu na integração entre os dois domínios do governo.

4.2.2 Continuidades e Mudanças na Política de Xi Jinping

Seguindo as máximas confucianas e comunistas de observar a história e aprender com ela, ao se buscar a verdade dos fatos. É natural que a Era de Xi Jinping tenha marcantes continuidades e mudanças quando comparadas às anteriores. Isto posto, neste capítulo serão abordados os aspectos de continuidade, mudança e contradição na política externa da “Nova Era” de Xi Jinping.

Em linhas gerais, os aspectos de continuidade podem ser observados na manutenção do Pensamento de Mao, Teoria de Deng, Teoria dos Três Representantes e Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento, como diretrizes centrais para a ideologia do partido. A abordagem “desenvolvimentista” e pragmática para a política externa, que se iniciou na Reforma e Abertura, permanece um dos grandes guias da PE chinesa.

Este contexto fica evidenciado na contradição principal, e nos objetivos da Grande Renovação e construção do Sonho Chinês. Eles demonstram que, o desenvolvimento

improving modern logistic service; upgrading weaponry and equipment; bolstering integrated strategic capabilities; strengthening the Party development within the armed forces; enhancing military leadership development and talent building; and enforcing ethics and discipline, and stamping out corruption.

econômico, necessário para o desenvolvimento interno, continua sendo uma prioridade máxima da política internacional (QIN, 2014).

Para isto, na política de Xi ainda mantém a ênfase na manutenção de um ambiente externo amigável, na promoção de modelos ganha-ganha de cooperação, conducentes ao desenvolvimento econômico pacífico e de longo prazo (SWAINE, 2015). Com base nisso, no 18º Congresso Nacional, foi proposta a criação de um novo tipo de parceria de desenvolvimento global, mais equitativa e equilibrada (CHINA, 2020b). A nova forma de relações internacionais, mais tarde seria definida por Xi como:

Buscar a cooperação para benefício mútuo, promover a construção de uma nova forma de relações internacionais caracterizada pela cooperação e benefício mútuo, implementar uma estratégia mutuamente benéfica de abertura e aplicar a ideia de cooperação ganha-ganha em todos os aspectos de nossos negócios estrangeiros. cooperação em política, economia, segurança e cultura [...] A China permanece firme em seu compromisso de forjar uma nova forma de relações internacionais com respeito mútuo, equidade e justiça, e cooperação ganha-ganha. De todos esses elementos, a "cooperação ganha-ganha" é o núcleo e a base do "respeito mútuo, imparcialidade e justiça" (CHINA, 2020b, texto traduzido)⁴⁷.

Aspectos de continuidade com os governos dos últimos 30 anos também podem ser encontrados na permanência de um forte discurso anti-hegemônico, e na oposição às dinâmicas de rivalidade estatal do período da Guerra Fria (SWAINE, 2015; WEISSMANN, 2015). O discurso oficial defende resolutamente os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica: “respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; não agressão mútua; não interferência nos assuntos internos uns dos outros; igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica” (CHINA, 2014b, texto traduzido)⁴⁸.

As rupturas na abordagem de política externa chinesa podem ser resumidas, primariamente, em sua postura mais agressiva e assertiva, assim como o papel central que ocupam na agenda do partido e no pensamento de Xi. A China saiu de um contexto onde, uma das diretrizes para os assuntos internacionais, era “nunca reivindique liderança”⁴⁹, e passou a

⁴⁷ No original: Pursue cooperation for mutual benefit, promote the building of a new form of international relations characterized by cooperation and mutual benefit, implement a mutually beneficial strategy of opening up, and apply the idea of win-win cooperation in every aspect of our foreign cooperation in politics, economy, security and culture [...] China remains firm in its commitment to forging a new form of international relations featuring mutual respect, fairness and justice, and win-win cooperation. Of all these elements, "win-win cooperation" is the core and basis of "mutual respect, fairness and justice."

⁴⁸ No original: mutual respect for sovereignty and territorial integrity, mutual non-aggression, noninterference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, and peaceful coexistence.

⁴⁹ Zhou had advised the first Chinese diplomatic delegation to the UN that China will refrain from the abuse of its new veto power and will “never assume the air of a big power and interfere in the affairs of other countries.” China's new UN diplomats were told to be cautious and modest and sometimes bold when the circumstances called for it. They were to be disciplined and not panic in times of difficulty. They were to live up to the

pregar a construção de um novo modelo de relações internacionais, e diplomacia entre potências, sob sua liderança (WANG, 2019).

Evidências claras das diferenças da PE de Xi, podem ser observadas em seu papel ativo na construção de novas instituições internacionais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Fundo da Rota da Seda e a Iniciativa Cinturão e Rota. Este contexto é indicador do interesse chinês em criar “uma nova ordem mundial”, ou ao menos contestar as dinâmicas internacionais atuais (LIMA, 2020). Esta situação é intensificada pelo senso de que a China se encontra em uma conjuntura histórica única⁵⁰, fazendo com que fosse necessário abandonar a política de “esconder suas capacidades e ganhar tempo”, substituindo-a pela postura mais ativa, ousada e assertiva de “lutar por conquistas” (*fenfa youwei*) (CAMPBELL, 2016, LIMA, 2020).

De fato, a China se encontra em uma posição para executar sua visão de política externa e impactar o sistema internacional como nunca vista. Xi Jinping possui não apenas a vontade e o ímpeto, mas a capacidade de por em prática o seu pensamento de PE. Blackwill e Campbell (2016), apontam que, sua capacidade de implementar políticas, foi facilitada pela centralização do poder de formulação e execução das mesmas. Xi não poupa esforços e se vale de todos os instrumentos de política, brandos e duros, como recompensas econômicas, mobilização de militares e intimidação geoeconômica, para perseguir seus vários objetivos geopolíticos. Nesta capacidade, estaria um dos maiores diferenciais de sua política.

Outro ponto importante de mudança tom da política externa chinesa é o controle de Xi sobre as forças armadas. Embora Hu tenha demonstrado a sua postura firme sobre a defesa dos interesses vitais no Livro Branco de 2011, ele não possuía o controle político e militar forte o suficiente para executar em plenas capacidades as suas palavras (LIMA, 2020). No que lhe concerne, Xi esclareceu em suas falas que a China fará valer suas palavras quanto à proteção da defesa de seus interesses vitais:

"Seguiremos o caminho do desenvolvimento pacífico, mas nunca abriremos mão de nossos direitos legítimos e nunca sacrificaremos nossos interesses centrais nacionais", disse ele. engolirá o 'fruto amargo' de prejudicar nossa soberania, segurança ou interesses de desenvolvimento" (XI apud XINHUA, 2013, texto traduzido)⁵¹.

expectations of the Chinese people and the peoples of the Third World. They were to “. . . boost the morale of the world’s peoples and deflate the arrogance of the superpowers.” (KEITH, 2017, p. 19).

⁵⁰ “Never in the modern era has there been a more opportune time for China’s development.”(XI apud KAWASHIMA, 2019, p.137)

⁵¹ No original: “We will stick to the road of peaceful development, but will never give up our legitimate rights and will never sacrifice our national core interests,” he said. “No country should presume that we will engage in

A política do Secretário Geral no sudeste asiático segue a mesma linha do seu discurso suave e áspero. Se por um lado prega-se a “comunidade com destino compartilhado”, com suas aspirações idealistas e crescentes investimentos na região, como o caso da Iniciativa Cinturão e Rota. Por outro, tem sido tomadas medidas cada vez mais assertivas nas disputas territoriais, como no Mar do Sul da China (MSC). Xi afirmou que a China também está preparada para aumentar a capacidade da nação de salvaguardar os direitos e interesses marítimos, e agir resolutamente para executá-los (POH; LI, 2017).

Dado este contexto, é possível concluir que as maiores diferenças entre a PE da era de Xi e da Era de Deng, não se referem a mudanças na essência ou no conteúdo de seus objetivos gerais. As maiores discrepâncias se devem ao interesse e capacidade do líder, associadas ao momento histórico. De forma geral, a política da “nova era” ainda é fortemente ancorada nos objetivos tradicionais e vitais da política externa chinesa. A sua motivação principal ainda continua a ser a sua instrumentalização para a manutenção do sistema chinês liderado pelo PCC e a prosperidade econômica da nação, a diferença é que agora acrescentasse a este, a manutenção de Xi como centro do partido e do poder.

trade involving our core interests or that we will swallow the 'bitter fruit' of harming our sovereignty, security or development interest”.

5 A POLÍTICA EXTERNA DE XI NA PRÁTICA

Dada a exposição teórica construída neste trabalho, cabe neste último capítulo a exposição de como a política externa da era de Xi Jinping se manifesta na prática. Sendo assim, serão discutidos brevemente os casos da disputa territorial do Mar do Sul da China e sobre a Iniciativa Cinturão e Rota, em sua origem e significância política.

5.1 O Caso do Mar do Sul da China

A disputa pelo Mar do Sul da China é histórica, até o ano de 2023, pelo menos 5 países⁵² reclamam partes do território marítimo e de ilhas na região. Para a China, a região é uma área de importância estratégica, econômica, militar, energética e ideológica. O país reivindica cerca de 80 a 90% da área total do MSC, encompassada por uma linha de nove traços (Figura 2). Esta linha apareceu pela primeira vez em um mapa em 1947 e hoje é utilizada como prova histórica do pertencimento do território (ERBAS, 2022).

A área é uma cornucópia de riquezas: abriga 10% dos recursos pesqueiros mundiais; cerca de 11 bilhões de barris de petróleo e 17,6 trilhões de metros cúbicos de gás natural não explorados, e mais importante, aproximadamente 30% do comércio marítimo global transita pelo MSC (ERBAS, 2022). O controle da região abre a possibilidade para uma nova dinâmica regional e global. Neste contexto, compreende-se que a capacidade de exercer poder na área é fundamental para salvaguardar os interesses regionais e econômicos da China, principalmente dado a importância que o país dá ao transporte marítimo, responsável pelo escoamento de mais de 85% de todo o seu comércio exterior (TKACIK, 2018).

Segundo O'Rourke (2020), a China tem diversas disputas territoriais na região, contudo algumas são de expressiva maior significância. As ilhas Paracel, as quais ocupa, e reivindicadas também pelo Vietnã. Ilhas Spratly, reivindicadas em sua totalidade por China, Taiwan e Vietnã, e parcialmente por Brunei, Filipinas e Malásia, sendo ocupadas parcialmente por todas as partes da disputa, exceto Brunei. Scarborough Shoal, ocupado pela China desde 2012, reivindicado por Taiwan e pelas Filipinas.

⁵² E Taiwan.

Figura 2 - A linha de nove traços da China e as outras disputas territoriais.



Fonte: Scientific Figure on ResearchGate.

A recente onda de assertividade chinesa na região se iniciou durante o governo de Hu Jintao. Foi durante esta época que surgiram as primeiras falas indicando o MSC como um interesse vital chinês. Em 2009, foram enviadas duas *notes verbales* para a ONU com o mapa contendo a “linha de nove traços” (utilizada pela primeira vez para justificar as reivindicações territoriais marítimas). Foi declarada assim a soberania chinesa histórica e absoluta, sobre as ilhas do MSC e as zonas marítimas adjacentes. A fase de escalada de assertividade no período entre 2009 e 2011 foi considerada sem precedentes (ZHANG, 2020, LIMA, 2020).

Este ponto de inflexão para com as disputas territoriais pode ser encontrado na passagem do Livro Branco para o Desenvolvimento Pacífico (2011). Lá é explicitada a defesa firme, por parte do governo, aos interesses vitais, dentre os quais consta a soberania estatal; segurança nacional; integridade territorial, as salvaguardas básicas para garantir o desenvolvimento econômico e social sustentável, e a de reunificação territorial. Entretanto, este período de assertividade na região foi excepcional para o governo de Hu. Ele largamente ainda preferia uma política internacional mais focada no crescimento econômico e na

manutenção de um ambiente pacífico para o desenvolvimento chinês (BURCH, 2019). Este quadro, combinado sua autoridade e capacidade militar reduzidas, fez com que nenhuma medida mais ousada fosse tomada na região.

Sob o governo de Xi, a disputa se tornou mais acirrada e tomou outras proporções. A ascensão do nacionalismo como fonte de legitimidade para o governo do PCC, associado ao pensamento de política externa de Xi Jinping, em específico o item 9: “salvaguardar a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento da China tendo como base os principais interesses nacionais” (CHINA, 2020a, texto traduzido)⁵³. Fez com que o conflito tenha tomado uma vertente acentuadamente ideológica. A questão passou a ser não apenas competição por recursos, mas defesa de um território e uma zona de influência históricos chineses.

Este quadro permitiu medidas muito mais assertivas na região. Em 2013, a China iniciou uma recuperação massiva de territórios no MSC, entre dezembro de 2013 e junho de 2015, foram recuperados 2.900 acres de terra, através da construção de ilhas artificiais em sete recifes Spratly sob o controle chinês. Na segunda metade de 2015, foram construídos hangares, armas fixas, quartéis, edifícios administrativos e instalações de comunicação militares (ZHANG, 2020).

Entre 2013 e 2017, foram realizadas extensivas operações de dragagem em diversos postos avançados chineses no MSC. Elas foram responsáveis pelo aprofundando as instalações portuárias, capacitando os portos das novas bases a receber embarcações de calado profundo, como as responsáveis por reabastecimento, manutenção, tal como missões de inteligência, vigilância e reconhecimento. Aproximadamente 3.200 acres de terras foram criados nas Spratlys e nas Paracels através da recuperação de terras por dragagem. (GROSSMAN, 2020, LIMA, 2020).

A construção das ilhas artificiais marcou uma acentuada diferença entre as políticas de Hu e Xi. Durante os anos 2000, as propostas para a construção de ilhas no MSC enviadas pelo ELP, nem se quer alcançaram a mesa do presidente, foram todas barradas por Dai, sob o argumento de que “a hora ainda não havia chegado”. Esta negativa, entretanto, não coloca em questão *se* as ilhas seriam construídas, mas *quando* (ZHANG, 2020, LIMA, 2020).

⁵³ No original: safeguarding China's sovereignty, security and development interests with the national core interests as the bottom-line.

Com o início da Era de Xi, também veio a hora de agir. Esta máxima foi viabilizada por razões militares, econômicas e perceptivas. Militarmente, a China nos últimos anos, o que aumentou imensamente suas capacidades de projeção militar regional e global. O controle do MSC lhe forneceria a plataforma ideal para assumir posições-chave para a defesa do seu entorno estratégico e projeção de poder na região, possibilitando o desafio a hegemonia dos EUA na região. Economicamente, fora as riquezas naturais e o fluxo de comércio, o controle deste território seria fundamental para a redução da vulnerabilidade chinesa a bloqueios ao tráfego marítimo, militar e comercial (TKACIK, 2018).

A percepção de que a China está passando por uma janela de oportunidade única para realização de seus objetivos, é uma das grandes propulsoras da PE de Xi. O quadro de crescimento econômico e militar acelerados (e a necessidade de mantê-los), combinado com as crises no Ocidente e a necessidade de proteger o governo do PCC, geram a necessidade de ação e sucesso na política externa (TKACIK, 2018, LIMA 2020). Este contexto foi fundamental para decidir o curso de ação mais assertivo para a realização das no MSC.

As ações mais moderadas de Hu, e sua falha em manter uma postura firme e defender os objetivos chineses até o final, foram vistas como uma falha na proteção dos interesses e soberania chineses. Sentimento esse exacerbado pelo aumento de empresas estrangeiras explorando petróleo no MSC (SINAGA, 2015, LIMA, 2020). Esta conjuntura não apenas permitiram que Xi conduzisse uma política mais agressiva e nacionalista na área, mas praticamente exigiram esta postura dele. É possível afirmar que construção e ocupação das ilhas foi uma clara demonstração de sensibilidade política e ao senso de oportunidade.

A consolidação do poder de Xi Jinping, foi um fator decisivo para a mudança da postura chinesa no MSC. Isso se deve não apenas a melhora da coordenação política entre os mais diferentes atores de PE, como também aos impactos do seu estilo pessoal e agenda na configuração da política externa. A sua aprovação pessoal da construção das ilhas artificiais, ainda no primeiro ano de seu governo, sem antes passar pelo Ministério de Relações Exteriores, demonstra a importância, o peso e o alcance de suas decisões para as relações internacionais do governo chinês (YAMAGUCHI, 2016; ZHANG, 2020).

Outro fator que influencia a política assertiva de Xi na região é a crescente importância dada ao papel das forças armadas como executores das políticas da “Nova Era”. O que foi evidenciado no “pensamento de Xi Jinping para o fortalecimento militar”, onde o ELP deve assumir um papel ativo no avanço da PE. O Livro Branco de Defesa de 2019 da RPC,

destacou o caráter progressivamente global do poder militar chinês, estimulando o estabelecimento de parcerias estratégicas e a participação ativa na reforma do sistema de segurança e governança global (UNITED STATES, 2020)

O alinhamento explícito entre, política de defesa e as forças militares, em nome da política externa, é uma característica única desta era. Principalmente dada a ênfase ao discurso de desenvolvimento pacífico, anti-hegemônico e não-agressivo. Contudo, esta mudança pode ser justificada pela confiança na crescente capacidade do ELP de apoiar a política externa chinesa e pela necessidade deste alinhamento estratégico para que não se percam oportunidades para realizar os objetivos da “Nova Era” (UNITED STATES, 2020).

Burch (2019), destaca que para o discurso oficial do governo de Xi, as suas ações no MSC não configurem agressão, militarização ou infração ao direito internacional do mar. O ponto de vista oficial chinês, quanto a sua postura na disputa, pode ser resumido em um pronunciamento de 2018 de um porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, onde ele afirmou que “as atividades da China são ‘construtoras da paz’ e ocorrem nos ‘territórios da própria China, incluindo instalações de defesa nacional’, [...] essas ações são ‘necessárias para salvaguardar a soberania e segurança da China’”(BURCH, 2019, p. 7, tradução nossa)⁵⁴.

Dado este panorama, podemos observar que na disputa territorial do Mar do Sul da China, as facetas mais ásperas do pensamento político de Xi se manifestaram. Na Nova Era a China não hesitaria em contestar o sistema internacional e agir sobre esta contestação, se utilizando dos mais diversos recursos para isto. É possível compreender a lógica e a mensagem por trás das suas demonstrações de poder na região: a China é uma potência militar e deve ter seus interesses reconhecidos.

5.2 Iniciativa Cinturão e Rota

A “Iniciativa Cinturão e Rota” se refere à construção conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI, foi proposta por Xi Jinping pela primeira vez em 2013, em suas visitas ao Centro e Sudeste Asiático (CHINA, 2020c). Segundo sua definição oficial, a ICR se concentra na: coordenação de políticas; conectividade de infraestrutura e instalações; livre comércio, integração financeira e vínculos mais próximos

⁵⁴ No original: China’s activities are “peace-building” and occur in “China’s own territories, including national defense facilities,” [...] these actions are “necessary to safeguard China’s sovereignty and security”.

por meio de processos consultivos e esforços combinados. Assim sendo, seu objetivo é a construção de uma comunidade com interesses, responsabilidades e futuro compartilhados. O Cinturão e Rota é compreendido como um caminho para a paz, prosperidade e abertura, por meio de programas inovadores e engajamento amigável, que visam o benefício de todas as partes envolvidas (CHINA, 2020c).

Em seu discurso em setembro de 2013, intitulado “Promovendo Amizade entre Nosso Povo e Trabalhando Juntos para Construir um Futuro Brilhante”, na Universidade de Nazarbayev, Cazaquistão, Xi apontou o desenvolvimento de relações com os países da Ásia Central como uma prioridade diplomática. Em outubro do mesmo ano, declarou que a China estaria pronta para trabalhar com os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), para estabelecer um fundo de cooperação marítimo e realizar a construção conjunta da Rota da Seda Marítima do Século XXI (WANG, 2016). No documento “Visão e ações para a construção conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI”, publicado em 2015, Xi declarou que:

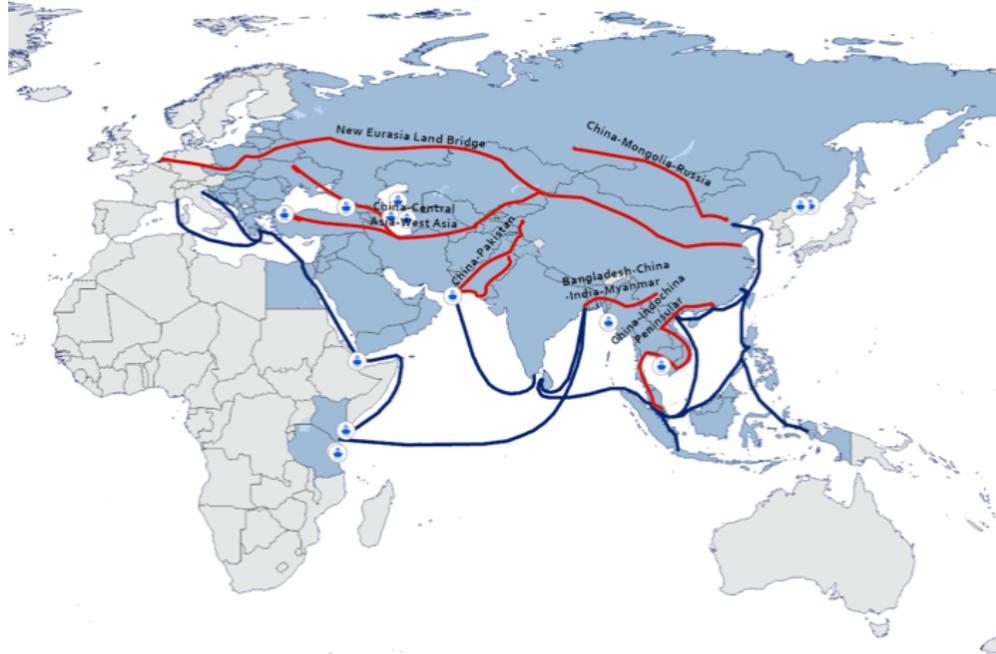
A iniciativa de construir conjuntamente o Cinturão e Rota [...] foi projetada para defender o regime global de livre comércio e a economia mundial aberta, no espírito de cooperação regional aberta. Destina-se a promover o fluxo ordenado e livre de fatores econômicos, alocação altamente eficiente de recursos e profunda integração de mercados; incentivar os países ao longo do Cinturão e Rota a alcançar a coordenação da política econômica e realizar uma cooperação regional mais ampla e aprofundada de padrões mais elevados; e a criação conjunta de uma arquitetura de cooperação econômica regional aberta, inclusiva e equilibrada que beneficie a todos (XI, 2015, texto traduzido)⁵⁵.

A construção conjunta do Cinturão e Rota é de interesse da comunidade mundial. O projeto tem dimensões trans-regionais e transcontinentais, abrangendo, Ásia, Europa e África. O Cinturão Econômico da Rota da Seda, é composto por três rotas que saem de Beijing: a Rota do Norte, com destino a Rússia, Alemanha e Europa do Norte; a Rota do Meio, composta principalmente de tubulações de óleo e gás, ligando a Xi'an, Urumqi, Afeganistão, Cazaquistão, Hungria e Países Baixos; finalmente, a Rota do Sul, compostas por rodovias transnacionais, ligando a Xinjiang, Paquistão, Irã, Iraque, Turquia, Itália e Espanha (WANG, 2016).

⁵⁵ No original: The initiative to jointly build the Belt and Road [...] is designed to uphold the global free trade regime and the open world economy in the spirit of open regional cooperation. It is aimed at promoting orderly and free flow of economic factors, highly efficient allocation of resources and deep integration of markets; encouraging the countries along the Belt and Road to achieve economic policy coordination and carry out broader and more in-depth regional cooperation of higher standards; and jointly creating an open, inclusive and balanced regional economic cooperation architecture that benefits all. Jointly building the Belt and Road is in the interests of the world community.

A ICR é o maior projeto de infraestrutura do mundo, ao abranger uma área de 40 milhões de km² (26% da superfície do planeta) (AHMED; LAMBERT, 2021), será responsável por mudanças acentuadas nos mapas geoeconômicos e geopolíticos nas próximas décadas. O desenvolvimento baseado em infraestrutura alimentará a industrialização das nações participantes ao longo das rotas da Iniciativa, contribuindo para o surgimento e ressurgimento de novas potências regionais e alianças continentais, levando a ordem internacional a pender para o eixo sino-asiático (AHMED; LAMBERT, 2021).

Figura 3 - Iniciativa Cinturão e Rota



Fonte: vermelho.org.br

A Rota da Seda Marítima do Século XXI, se inicia em cidades da costa chinesa e passa pelo MSC, em direção aos oceanos Índico e Pacífico. A rota abarca o Mar do Sul da China, Estreito de Malaca, Baía de Bengala, Mar Arábico, Golfo de Áden e o Golfo Persa. Por meio deste empreendimento, a China se posiciona no centro das trocas econômicas, comerciais e culturais entre os países da Europa, Ásia e África do Norte (WANG, 2016).

Respeitando a máxima chinesa de que “melhor um vizinho perto do que um parente longe” (XI, 2019, p. 346), Xi tem se valido da IBR para realizar e propagar a sua agenda

política para a Ásia⁵⁶. Ele insiste na manutenção de relações amistosas e pragmáticas, que fortaleçam o desenvolvimento de médio a longo prazo baseado nas realidades regionais. Para ele, a China e os países da Ásia Central estão passando por um momento crucial de oportunidades e desafios para o seu desenvolvimento. Os países então devem tirar proveito da congruência entre seus objetivos estratégicos⁵⁷, proximidade geográfica e complementaridade econômica para criar uma “comunidade de interesses comuns e destino compartilhado”(XI, 2019, p. 347).

Na África, um dos grandes projetos da ICR se destaca da estrada de ferro *Standard Gauge*, uma ferrovia de 480 km inaugurada em 31 de maio de 2017, conectando a capital do Quênia, Nairóbi, a cidade portuária mais importante do país, Mombaça. É planejado que se construa uma rede ferroviária que interligue não apenas as principais cidades do país mas também as economias continentais de Uganda, Sudão do Sul, Ruanda e Burundi. Um projeto semelhante planeja conectar portos na Tanzânia com os países mais próximos que não possuem litoral (Uganda, Ruanda e Burundi, ao lado do Congo) (JOHNSTON, 2019).

De acordo com Wang (2016), podem ser delinear três objetivos para a Iniciativa: 1) traçar um novo caminho para o crescimento mundial pós-crise financeira de 2008; 2) criar um novo balanço global, quebrando as tradições imperialistas de exploração e disparidades entre Oriente/Ocidente, Campo/Cidade, Sul/Norte; 3) por fim, a ICR, se propõe como um novo modelo para a cooperação regional, refletindo os ideais e aspirações comuns das sociedades, impulsionando a paz e o desenvolvimento mundiais. Segundo Ahmed e Lambert (2019) a ICR pode ser considerada uma nova forma de “*soft power*” (poder brando), não apenas em função destes objetivos, mas também por visar a conexão de pessoas com o propósito de “forjar uma ponte de amizade” entre as nações.

No 18º Birô do Comitê Central, Xi destaca que embora a Iniciativa tenha sido iniciada e promovida pela China, ela não é seu negócio exclusivo, mas sim uma plataforma de promoção de desenvolvimento mútuo. Onde a justiça fica acima dos interesses, as vantagens e comportamentos de curto prazo devem sempre abrir espaço para o quadro maior (XI, 2018).

O senso correto de justiça é fundamental para distinguir a ICR como um modelo único de relações internacionais. Ele explica que Iniciativa não é um meio de exercer dominação

⁵⁶ “A iniciativa “Cinturão e Rota”, que nasceu na Ásia, se baseia nela e deve beneficiá-la” (XI, 2018, p. 611).

⁵⁷ “Garantir um crescimento econômico estável e duradouro, construir um país rico, poderoso e próspero e concretizar o revigoramento da nação” (XI, 2019,p.347).

política e econômica, mas sim o instrumento pelo qual a China ativamente está exercendo seu papel como uma potência global responsável e responsiva.(KAWASHIMA, 2019). Neste aspecto, o foco da Iniciativa em infraestrutura, não apenas é um reflexo das vantagens competitivas da China, como também da necessidade de infraestrutura adequada para impulsionar o desenvolvimento. De forma que os países do “cinturão” possam usufruir de maiores investimentos estrangeiros concomitantes ao progresso da China em direção a seus próprios objetivos de desenvolvimento (JOHNSTON, 2019).

Apesar do discurso oficial, muitos indicam que esta abordagem nada mais é do que meio de promover as ambições da China e promover sua posição de grande potência. A integração regional é considerada um mecanismo valioso para a realização e consolidação dos interesses chineses e da sua posição como ator central nos assuntos regionais. Em prol desse objetivo, a China está disposta a preterir interesses econômicos de curto prazo em função dos interesses estratégicos de longo prazo (TKACIK, 2018). Segundo Ferreira e Duarte (2021), o poderio econômico chinês seria então, um instrumento de manutenção da estabilidade regional do entorno estratégico e a liderança chinesa na região.

Caso seja bem sucedida, a iniciativa poderá alavancar a economia chinesa e auxiliar na integração (e interdependência) econômica do país no continente asiático, sua região geoestratégica. Essa ascensão regional muito provavelmente será acompanhada por ações que determinam um “guia de comportamento”, ou seja, como os países devem se comportar no Leste Asiático . Caso ocorram, ações contrárias aos interesses chineses serão rechaçadas, e será difícil resistir à influência política, econômica e militar da China (FERREIRA; DUARTE, 2021, p. 424).

Independente do discurso, são inegáveis as vantagens que a ICR traz para a China. Zweig (2019), aponta três motivadores práticos para o lançamento da Iniciativa:

- 1) Facilitação da exportação do seu excesso de produção industrial, especialmente aço;
- 2) Criação de novos padrões globais baseados nas tecnologias chinesas em tecnologia da informação (5G), energia e, especialmente, ferrovias de alta velocidade, fazendo com que o mundo volte para a China devido a este componente potencialmente importante para desenvolvimento econômico global; finalmente,
- 3) Ao incorporar Xinjiang nas principais rotas de trocas com a Ásia Central, a Iniciativa promoverá um maior desenvolvimento econômico para a região de maior instabilidade na China.

Quanto a assuntos estratégicos regionais, o sucesso do Cinturão e Rota pode transformar a China no maior poder “hegemônico” regional, enfraquecendo grandemente a

influência dos Estados Unidos. A integração regional é uma meta, neste sentido, por reduzir a dependência asiática ao ocidente, em especial aos EUA. A integração garante a primazia regional chinesa, garantindo o seu poder de exercer uma influência maior sobre seus vizinhos e guardar seus interesses econômicos e estratégicos (TKACIK, 2018). Estes atrativos são fundamentais para a China buscar construir uma Ásia para asiáticos.

Em última análise, cabe ao povo da Ásia gerenciar os assuntos da Ásia, resolver os problemas de segurança da Ásia e garantir a segurança da Ásia. Os povos da Ásia têm capacidade e sabedoria para cooperar entre si para alcançar a paz e a segurança em toda a Ásia.[...] O desenvolvimento pacífico da China começa aqui na Ásia, permanece enraizado na Ásia e traz bênçãos para Ásia. (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.125, tradução nossa)⁵⁸

A IBR, assim, pode ser considerada a concretização do “novo modelo de relações internacionais” de Xi Jinping. Ela representa a materialização de cinco⁵⁹ das dez diretrizes propostas pelo Secretário Geral para guiar as RI da China. Sendo nomeada diretamente na quinta diretriz, onde é pedido a promoção da iniciativa Cinturão e Rota via benefícios compartilhados via diálogo e cooperação. Em seu discurso no Simpósio sobre a Promoção da Iniciativa Cinturão e Rota, em agosto de 2016, o Secretário Geral discursa que:

Somente um país poderoso e próspero pode abrir-se ao mundo com toda a confiança e a abertura pode promover o seu fortalecimento e sua prosperidade no futuro. Os êxitos da reforma e abertura obtidos pela 3ª sessão plenária do 11º Comitê Central do nosso partido comprovam plenamente que a abertura ao exterior é um importante motor do crescimento econômico do nosso país. A China já se tornou a segunda maior economia do mundo e o seu crescimento econômico entrou na nova normalidade. Para manter o desenvolvimento sustentável e saudável da nossa economia, devemos adotar uma visão global e uma abordagem holística sobre as situações nacional e internacional. É preciso elaborar uma estratégia geral de abertura multidimensional, abraçando o mundo com uma atitude ainda mais positiva e ativa (XI, 2018, p. 619).

A disputa territorial no MSC é uma forma de demonstração da consolidação do poder militar chinês e do domínio de Xi sobre ele. A Iniciativa Cinturão e Rota, no que lhe concerne, é o futuro da China. Ela representa o triunfo econômico das reformas e o novo papel chinês como construtor de instituições e sistemas internacionais. A ICR é o legado de Xi, seu

⁵⁸ No original: Ultimately, it is up to the people of Asia to manage Asia's affairs, solve Asia's security problems, and ensure Asia's security. Asia's peoples have the ability and wisdom to cooperate with one another to achieve peace and security throughout Asia [...] China's peaceful development starts right here in Asia, remains rooted in Asia, and delivers blessings to Asia.

⁵⁹ (3) Promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade como parte do esforço para preservar a paz mundial e buscar o desenvolvimento comum; (5) Promover a Iniciativa do Cinturão e Rota sob o princípio de benefícios compartilhados por meio de diálogo e cooperação; (6) Buscar o desenvolvimento pacífico baseado no respeito mútuo e na cooperação ganha-ganha; (7) Forjar parcerias globais enquanto avança a agenda diplomática da China, (8) Conduzir a reforma da governança global com base na equidade e na justiça.

sucesso ou fracasso está diretamente ligado aos principais objetivos e missões políticas do Secretário Geral e do Partido⁶⁰, em sua missão de fortalecer a China e realizar a grande revitalização da nação.

⁶⁰ Even if this centenary project appears to look ambitious, its realisation is indirectly reassured by the Chinese leadership's explicit and formal commitment to it as a top government priority. For instance, the BRI has been enshrined in the CPC's Charter as "Xi's signature foreign policy initiative", which means that "a failure could undermine the legitimacy of the party itself. After spending billions of dollars abroad, failure could lead to a challenge to Xi's authority" (AHMED; LAMBERT, 2021, p. 75)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da pergunta: como se dá o pensamento de política externa chinesa na Era de Xi Jinping e como ele se materializa? Para respondê-la foi dada a seguinte hipótese: se por um lado, houve um processo de ruptura com os seus predecessores, à medida que a PE se apresenta com uma faceta mais audaciosa e assertiva, onde Xi aparece como um líder dominante e figura personalista e centralizadora no processo decisório, por outro ainda se mantém claros aspectos de continuidade com os governos anteriores.

Neste trabalho foi averiguado que a política de Xi ainda é fortemente baseada no pensamento dos seus predecessores. Em inúmeros discursos ele pede, ao povo e aos quadros do partido, que guardem e sigam o Pensamento de Mao Zedong, a Teoria de Deng Xiaoping, a Teoria dos Três Representantes e a Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento. O legado socialista é um ponto importante para o governo atual. A política externa continua a ser utilizada como ferramenta de consolidação do desenvolvimento econômico e é gravemente influenciada por fatores domésticos. A permanência do Partido do poder ainda é uma das, se não, a maior, motivadoras das ações e decisões políticas.

Apesar das grandes semelhanças, a era de Xi Jinping possui diferenças marcantes ao sistema anterior. Primeiramente, o reconhecimento do atual governo como uma “Era”, já representa uma grande ruptura e coloca o Secretário Geral em uma posição elevada, comparada a Mao Zedong e Deng Xiaoping. Esta situação foi exacerbada pela progressiva concentração de poder em suas mãos desde que assumiu o controle do Partido. A inclusão do seu pensamento político na constituição, vinculado ao seu nome, foi também outro representante do papel diferente que ocupa, em comparação a Jiang Zemin e Hu Jintao.

As maiores diferenças do pensamento e da política externa de Xi Jinping são relacionadas a posição que a China ocupa no mundo, e a posição que ele ocupa como núcleo de poder do Partido-Estado. Esta situação o transforma em uma existência única. Antes dele, nenhum líder possuiu, simultaneamente, o interesse, o alto nível de controle sobre as agendas políticas (e os aparatos de poder para executá-las) combinado a uma posição de potência econômica e militar no sistema internacional.

Esta combinação de fatores, faz com que exista um senso de que a China passa por um momento único para defender seus interesses e realizar suas agendas. Esta conjuntura, incentiva Xi Jinping a ter uma postura significativamente mais agressiva e ousada, quando

comparada com os governos anteriores. Isso pode ser observado nas suas ações no Mar do Sul da China e na criação da Iniciativa Cinturão e Rota. Nesse sentido, é possível confirmar a hipótese aqui levantada, e afirmar que Xi Jinping é o líder com maior influência no campo das relações internacionais globais da história chinesa recente.

REFERÊNCIAS

AHMED, Faisal; LAMBERT, Alexandre. **The Belt and Road Initiative: geopolitical and geoeconomic aspects**. Taylor & Francis, 2021.

BELL, Daniel A. **The China Model**. Princeton University Press, 2016. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9781400883486/html?lang=de>. Acesso em: jun. 2023.

BLACKWILL, Robert D.; CAMPBELL, Kurt M. **Xi Jinping on the global stage: Chinese foreign policy under a powerful but exposed leader**. Council on Foreign Relations Press, 2016. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/196195/CSR74_Blackwill_Campbell_Xi_Jinping.pdf. Acesso em: mar. 2023.

BOGUSZ, Michał et al. OSW Commentary-China after the 20 CCP Congress: a new stage in Xi Jinping's revolution. **Policy Commons**. 2022. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/3177753/osw-commentary-china-after-the-20-ccp-congress/3976272/>. Acesso em: mar. 2023.

BUENO, André. Compreendendo o 'Novo Confucionismo': a possível transição do marxismo para o confucionismo na China Contemporânea. **Mundo Antigo**, v. 1, p. 127-138, 2012. Disponível em: <https://nehmaat.uff.br/revista/2012-1/artigo06-2012-1.pdf>. Acesso em: Jan. 2023.

BUENO, André. Sinologia e Confucionismo: A importância dos Estudos Confucionistas para a Compreensão da Civilização Chinesa. In: BUENO, André; NETO, José Maria. **Antigas leituras: visões da China Antiga**. 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5wOaDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=%5BLIVRO%5D+Antigas+leituras:+vis%C3%B5es+da+China+Antiga&ots=zKk3PDy v4w&sig=KUdP7YKsdxuJ9j9xdhfhll_7zVo&redir_esc=y#v=onepage&q=%5BLIVRO%5D%20Antigas%20leituras%3A%20vis%C3%B5es%20da%20China%20Antiga&f=false. Acesso em: Dez. 2022.

BUENO, André. Perspectivas para o novo Confucionismo. In: 7º Simpósio Eletrônico Internacional Sobre Política China, 2016. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://politica-china.org/areas/sociedad/perspectivas-para-o-novo-confucionismo>. Acesso em: jun. 2023.

BURCH, Evelyn Jo. **THE GEOPOLITICS OF POWER: UNDERSTANDING CHINA'S MILITARIZATION OF THE SOUTH CHINA SEA**. Tese de Doutorado - Angelo State University, 2019. Disponível em: <https://asu-ir.tdl.org/handle/2346.1/30938>. Acesso em: mar. 23.

CABESTAN, Jean-Pierre. Political changes in China since the 19th CCP Congress: Xi Jinping is not weaker but more contested. **East Asia**, v. 36, n. 1, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12140-019-09305-x>. Acesso em: mar. 2023.

CAMPBELL, Caitlin et al. China's "core Interests" and the East China Sea. **US-China Economic and Security Review Commission**, 2013. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China's%20Core%20Interests%20and%20the%20East%20China%20Sea.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

CARLSNAES, Walter. Actors, structures, and foreign policy analysis. **Foreign policy: theories, actors, cases**, v. III, p. 113-129, 2017. Disponível em: <https://www.oxfordpoliticstrove.com/view/10.1093/hepl/9780198708902.001.0001/hepl-9780198708902-chapter-6>. Acesso em: jun. 2022.

CHINA. [WHITE PAPER]. China's Peaceful Development. The State Council of People's Republic of China. 2011. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. Democratic Centralism. **Getting to Know China through Keywords**. 2014. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2014-11/18/content_34158606.html. Acesso em: mar. 2023

CHINA. The Five Principles of Peaceful Coexistence. **Getting to Know China through Keywords**. 2014b. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2014-11/18/content_34158658.html. Acesso em: mar. 2023

CHINA. The Four Cardinal Principles. **Getting to Know China through Keywords**. 2018a. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2018-10/29/content_68859702.html. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. Theory of Three Represents. **Getting to Know China through Keywords**. 2018b. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2018-10/29/content_68857368.html. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. [Constituição (1982)]. Constituição da República Popular da China. China. Congresso Nacional. 2019a. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/constitution2019/201911/1f65146fb6104dd3a2793875d19b5b29.shtml>. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. The Two Centennial Goals. **Getting to Know China through Keywords**. 2019b. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2019-04/17/content_74690698.html. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. The Chinese Dream. **Getting to Know China through Keywords**. 2019c. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2019-04/17/content_74690702.html. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. Xi Jinping Thought on Foreign Affairs. **Getting to Know China through Keywords**. 2020a. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2020-01/19/content_75629642.html. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. A New Form of International Relations. **Getting to Know China through Keywords**. 2020b. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2021-11/05/content_77853472.html. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. The Belt and Road Initiative. **Getting to Know China through Keywords**. 2020c. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2020-01/19/content_75629670.html. Acesso em: mar. 2023.

CHINA. Xi Jinping Thought on Strengthening the Military. **Getting to Know China through Keywords**. 2021. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2020-01/19/content_75629644.html. Acesso em: mar. 2023.

CHONG, Melody PM; FU, Pingping. Global leadership: An Asian perspective. **Journal of Leadership Studies**, v. 14, n. 2, p. 58-62, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Pingping-Fu-3/publication/343640255_Global_Leadership_An_Asian_Perspective/links/5f802923299b1b53e1858fd/Global-Leadership-An-Asian-Perspective.pdf. Acesso em: Dez. 2022.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Tradução, comentários e notas por Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DENG, Xiao Ping. Observe calmly; secure our position; cope with affairs calmly; hide our capacities and bide our time; be good at maintaining a low profile; and never claim leadership. In: Deng Xiaoping quoted in: **Office of the Secretary of Defense, Military Power of the People's Republic of China: A Report to Congress Pursuant to the National Defense**. 2000.

ERBAS, Yunus. The Conflict in the South China Sea: A Focus on a Possible Solution. **Beyond the Horizon**. 2022. Disponível em: <https://behorizon.org/the-conflict-in-the-south-china-sea-a-focus-on-a-possible-solution/>. Acesso em: mar. 2023.

FERREIRA, Marcos Alan SV; DUARTE, Marco Túlio Souto Maior. China e seus Riscos Geopolíticos pós COVID-19. **REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL**, v. 27, n. 2, p. 415-440, 2021. Disponível em: <https://revistadaegn.com.br/index.php/revistadaegn/article/view/1006>. Acesso em: jun. 2023.

FEWSMITH, Joseph. The 19th party congress: ringing in Xi Jinping's New Age. **China Leadership Monitor**, v. 55, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/clm55-jf-final.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

FU, Ping Ping et al. Chinese culture and leadership. In: CHHOKAR, Jagdeep; BRODBECK, Felix; HOUSE, Robert. **Culture and Leadership across the World**. Psychology Press, 2007. p. 911-942. E-book. Disponível em:

<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780203936665-38/chinese-culture-leadership-ping-ping-fu-rongxian-wu-yongkang-yang-jun-ye>. Acesso: Jan. 2023.

GILLEY, Bruce. Deng Xiaoping and His Successors (1976 to the Present). In: JOSEPH, William A. **Politics in China: an introduction**. Oxford University Press, New York, 2019, p. 125-153.

GLOBAL FIREPOWER. 2022 China Military Strength. Ranking: China. Disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=china. Acesso em: jul. 2022

GROSSMAN, Derek. Military build-up in the South China Sea. In: The South China Sea. Routledge, 2019. p. 182-200. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429331480-13/military-build-south-china-sea-derek-grossman>. Acesso em: 2023.

GUO, Xuezhi. **The Politics of the Core Leader in China: Culture, Institution, Legitimacy, and Power**. Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/politics-of-the-core-leader-in-china/3401C9529470282FFF556A187D5983FD>. Acesso em: jan. 2022.

HANSON, Fergus; CURREY, Emilia; BEATTIE, Tracy. The Chinese Communist Party's Coercive Diplomacy. Policy Brief (Report No. 36/2020), Australia: **Australian Strategic Policy Institute-International Cyber Policy Centre**, 2020. Disponível em: <https://apo.org.au/node/307991>. Acesso em: mar. 2023.

HEILMANN, S.; RUDOLF, M. The constitution of the party-state. In: HEILMANN, Sebastian (Ed.). **China's political system**. Rowman & Littlefield, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1cxDDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT10&dq=Socialist+organizational+and+ideological+features+Sebastian+Heilmann,+Lea+Shih,+and+Sandra+Heep&ots=gZjSQhNC_t&sig=tLpjwEky_OZd0gWgWe0g3JnChZw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: mar. 2023.

HEILMANN, S.; SHIH, L.; HEEP, S. Socialist organizational and ideological features. In: HEILMANN, Sebastian (Ed.). **China's political system**. Rowman & Littlefield, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1cxDDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT10&dq=Socialist+organizational+and+ideological+features+Sebastian+Heilmann,+Lea+Shih,+and+Sandra+Heep&ots=gZjSQhNC_t&sig=tLpjwEky_OZd0gWgWe0g3JnChZw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: mar. 2023.

HEILMANN, S.; SHIH, L. The Chinese communist party. China's political system. In: HEILMANN, Sebastian (Ed.). **China's political system**. Rowman & Littlefield, 2017, p. 62-75. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1cxDDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT10&dq=Socialist+organizational+and+ideological+features+Sebastian+Heilmann,+Lea+Shih,+a>

[nd+Sandra+Heep&ots=gZjSQhNC_t&sig=tLpjwEky_OZd0gWgWe0g3JnChZw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](#). Acesso em: mar. 2023.

HERMANN, Margaret G. How decision units shape foreign policy: A theoretical framework. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 47-81, 2001a. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3186565>. Acesso em: jul. 2022.

HERMANN, Margaret G. et al. Who leads matters: The effects of powerful individuals. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 83-131, 2001b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3186566>. Acesso em: jul. 2022.

HUDSON, Valerie M. Foreign policy analysis: Actor-specific theory and the ground of international relations. **Foreign policy analysis**, p. 1-30, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/331946/mod_resource/content/1/Hudson-2005-Foreign_Policy_Analysis.pdf. Acesso em: jul. 2022.

HUDSON, Valerie M.; DAY, Benjamin S. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. Rowman & Littlefield, 2019.

HOLLIS, Martin. Explaining and understanding international relations. 1990. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/HOLEAU>. Acesso em: jun. 2022.

JAKOBSON, Linda. China's Foreign Policy Dilemma. **Lowy Institute for International Policy**, 2013. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/1346190/chinas-foreign-policy-dilemma/1958338/>. Acesso em: mar. 2023.

JAKOBSON, Linda; MANUEL, Ryan. How are foreign policy decisions made in China?. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/app5.121>. Acesso em: jun. 2022.

JASH, Amrita. CCP's 20th Congress: Xi's Return and Implications for the People's Liberation Army. **Observer Research Foundation**. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Amrita-Jash/publication/367296581_CCP's_20th_Congress_Xi's_Return_and_Implications_for_the_People's_Liberation_Army/links/63cabf78d7e5841e0be1f5b0/CCPs-20th-Congress-Xis-Return-and-Implications-for-the-Peoples-Liberation-Army.pdf. Acesso em: mar. 2023.

JOHNSTON, Lauren A. The Belt and Road Initiative: what is in it for China?. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 6, n. 1, p. 40-58, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/app5.265>. Acesso em: jun. 2023.

JOSEPH, William A. Ideology and Why is it Important?. In: JOSEPH, William A. **Politics in China: an introduction**. Oxford University Press, New York, 2019, p. 157-225.

KAWASHIMA, Shin. Xi Jinping's diplomatic philosophy and vision for international order: Continuity and change from the Hu Jintao era. **Asia-Pacific Review**, v. 26, n. 1, p. 121-145, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13439006.2019.1652426>. Acesso em: mar. 2023.

KEITH, Ronald. Judging Deng Xiaoping's foreign policy "pragmatism" In: **Deng Xiaoping and China's Foreign Policy**. Routledge, 2017, p 1-68. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315409696/deng-xiaoping-china-foreign-policy-ronald-keith>. Acesso em: mar. 2023.

KELLY, Terrence K. et al. **The US Army in Asia, 2030–2040**. Rand Corporation, 2014. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR400/RR474/RAND_RR474.pdf. Acesso em: mar. 2023.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**, tradução Cássio de Arantes Leite. Objetiva, Rio de Janeiro, 2011.

KUSS, Laís Caroline. Um Caminho para a Aproximação entre as RI e a Ciência Política. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais-RPPI**, v. 5, n. 3, p. 296-318, 2020. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/53633>. Acesso em: fev. 2022.

LAWRENCE, Susan V.; MARTIN, Michael F. **Understanding China's political system**. Introdução, cap. 1, cap. 2. 2013. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/R41007.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese foreign policy: an introduction**. v. 4, Routledge, 2019. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780429437908/chinese-foreign-policy-marc-lanteigne>. Acesso em: jul. 2022.

LEE, Sangkuk. An institutional analysis of Xi Jinping's centralization of power. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p. 325-336, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10670564.2016.1245505>. Acesso em: mar. 2023.

LI, Cheng. Xi Jinping's inner circle (Part 1: the Shaanxi gang). **China Leadership Monitor**, v. 43, p. 30, 2014. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/Xi-Jinping-Inner-Circle.pdf>. Acesso em: Mar. 2023.

LI, Cheng. China's new Politburo and Politburo Standing Committee. **Brookings**. 2017. Disponível em: <https://www.brookings.edu/interactives/chinas-new-politburo-standing-committee>. Acesso em: mar. 2023.

LIMA, Anna Terra Costa Correia. Continuidade e mudança na política externa chinesa: a política do governo de Xi Jinping e o caso do Mar do Sul da China. Trabalho de Conclusão de Curso - Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2020.

LIN, Zhimin. Xi Jinping's 'major country diplomacy': The impacts of China's growing capacity. **Journal of Contemporary China**, v. 28, n. 115, p. 31-46, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10670564.2018.1497909>. Acesso em: mar. 2023.

- LIU, Peng. A framework for understanding Chinese leadership: A cultural approach. **International Journal of Leadership in Education**, v. 20, n. 6, p. 749-761, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13603124.2016.1245445?journalCode=tel20>. Acesso em: Dez. 2022.
- MA, Ying. **Becoming a teacher does not come that easily**: Aristotle, Confucius and education. 2018. Tese de Doutorado. (Doutorado em Estudos Curriculares) - University of British Columbia, 2018. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca/collections/ubctheses/24/items/1.0375777>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- MAAN, Ashu. The Communist Dossier: 20 th Party Congress, Xi Jinping’s Consolidation of Power and “Cult of Personality”. **Claws**, 2022. Disponível em: https://www.claws.in/static/IB-372_The-Communist-Dossier.pdf. Acesso em: mar. 2023.
- MILLER, Alice. The 19th Central Committee Politburo. **China Leadership Monitor**, v. 55, 2018. Disponível em: <https://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/clm55-am-final.pdf>. Acesso em: mar. 2023.
- MULVENON, James. “Safeguarding the Core and Following Commands”: Party-Army Relations Before the 19th Party Congress. **China Leadership Monitor**, n. 53, 2017. Disponível em: <https://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/clm53jm.pdf>. Acesso em: mar. 2023
- PARTIDO COMUNISTA DA CHINA. [Constituição (1982)]. CONSTITUTION OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA. China, Xinhuanet, 2022. Disponível em: http://eng.chinamil.com.cn/CHINA_209163/TopStories_209189/10195159.html. Acesso em: mar. 2023.
- POH, Angela; LI, Mingjiang. A China in transition: The rhetoric and substance of Chinese foreign policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v. 13, n. 2, p. 84-97, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14799855.2017.1286163>. Acesso em: mar. 2023.
- QIN, Yaqing. Continuity through change: Background knowledge and China’s international strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 3, p. 285-314, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjip/article/7/3/285/2863857>. Acesso em: mar. 2023.
- REES, E. Arfon. Leader cults: varieties, preconditions and functions. In: APOR, Balázs et al. **The Leader Cult in Communist Dictatorships: Stalin and the Eastern Bloc**, Houndmills, p. 3 - 28 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/9780230518216>. Acesso em: mar. 2023.
- REZENDE, Flávio da Cunha. ‘A “Nova Metodologia Qualitativa” e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada’. **Revista Política Hoje**, v. 20, n 1., 2011b. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3812>. Acesso em: jan. 2022.

- SCHOPPA, R. Keith. From empire to People's Republic. In: JOSEPH, William A. **Politics in China: an introduction**. Oxford University Press, New York, 2019, p. 46-75
- SINAGA, Lidya C. China's assertive foreign policy in South China sea under Xi Jinping: Its impact on United States and Australian foreign policy. **Journal of ASEAN Studies**, v. 3, n. 2, p. 133-149, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/42117466.pdf>. Acesso em: mar. 2023.
- STANZEL, A. et al. China's "New Era" with Xi Jinping Characteristics'. **European Council on Foreign Relations**, v. 12, 2017.
- STATISTA. **Number of Chinese Communist Party (CCP) members in China from 2011 to 2021(in millions)**. Economy & Politics>Politics & Government. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/281378/number-of-chinese-communist-party-ccp-members-in-china/>. Acesso em: jul. 2022.
- SWAINE, Michael D. China's Assertive Behavior: Part One: On 'Core Interests,'. **China Leadership Monitor**, v. 34, n. 22, p. 1-25, 2011. Disponível em: https://carnegiendowment.org/files/swaine_clm_34_1114101.pdf. Acesso em: mar. 2023.
- SWAINE, Michael D. Xi Jinping on Chinese foreign relations: The governance of China and Chinese commentary. **China Leadership Monitor**, v. 48, n. 1, p. 1-13, 2015. Disponível em: <https://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/clm48ms.pdf>. Acesso em: Mar. 2023.
- SWAINE, Michael D. Chinese views of foreign policy in the 19th party congress. **China Leadership Monitor**, v. 55, n. 23, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/clm55-ms-final.pdf>. Acesso em: mar. 2023.
- SWEARIGEN, Robert. Mao Tse-tung - Father of Chinese Communism. In: SWEARIGEN, Robert. **Leaders of the Communist World**. Free Press, New York, 1972, p. 167-186.
- TEIWES, Frederick, C. Mao Zedong in Power (1949-1976). In: JOSEPH, William A. **Politics in China: an introduction**. Oxford University Press, New York, 2019, p. 76-123
- TKACIK, Michael. Understanding China's goals and strategy in the South China Sea: bringing context to a revisionist systemic challenge—intentions and impact. **Defense & Security Analysis**, v. 34, n. 4, p. 321-344, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14751798.2018.1529092>. Acesso em: mar. 2023.
- THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES. The Birth of the Communist Party of China. **Getting to Know China through Keywords**. China. 2022a. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2022-07/13/content_78321665.html. Acesso em: Fev. 2023.
- THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES. Mao Zedong Thought. **Getting to Know China through Keywords**. 2022b. Disponível em:

http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2022-07/13/content_78321670.html. Acesso em: Fev. 2023.

THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES. Deng Xiaoping Theory. **Getting to Know China through Keywords**. 2022c. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2022-07/13/content_78321669.html. Acesso em: mar. 2023.

THE ACADEMY OF CONTEMPORARY CHINA AND WORLD STUDIES. Scientific Outlook on Development. **Getting to Know China through Keywords**. 2022d. Disponível em: http://www.china.org.cn/english/china_key_words/2022-07/13/content_78321667.html. Acesso em: mar. 2023.

TSANG, Steve. Party-state Realism: A Framework for Understanding China's Approach to Foreign Policy. **Journal of Contemporary China**, v. 29, n. 122, p. 304-318, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10670564.2019.1637562>. Acesso em: mar. 2023.

UNITED STATES. Office of the Secretary of Defense, US Department of Defense. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China, 2020. In: Annual Report to Congress. Washington, DC: Office of the Secretary of Defense, 2012.

UNITED STATES. China's Political System in Charts: A Snapshot Before the 20th Party Congress In: **Congressional Research Service**. Washington, DC, 2021. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46977>. Acesso em: mar. 2022.

VASCONCELOS, Daniel Tiago de. UMA INTRODUÇÃO AO RETORNO DA LEGITIMIDADE DE CONFÚCIO NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Cadernos de História UFPE (CADHIST UFPE)**, n. 12, vol. 12, p. 151-170, Jan-Dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/234820>. Acesso em: jun. 2023.

XI, Jinping. **Explanatory Notes for the 'Decision of the Central Committee of the Communist Party of China on Some Major Issues Concerning Comprehensively Deepening the Reforms'**, China, China.org.cn. 2014. Disponível em: Disponível em: http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/16/content_31210122.htm. Acesso em: mar. 2023.

XI, Jinping. Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. National Development and Reform Commission, 2015. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html. Acesso em: mar. 2023.

XI, Jinping. Íntegra do Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. **Xinhua**, 2017. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2017-11/03/c_136726423.htm. Acesso: mar. 2023.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Vol. II, Contraponto, Beijing, China. 2018.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Vol. I, Contraponto, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

XINHUA. China's development to remain peaceful: Xi. Xinhua, China. 2013. Disponível em: http://au.china-embassy.gov.cn/eng/jbwzlm/gdxw/201301/t20130131_1022544.htm. Acesso em: mar. 2023.

WANG, Jianwei. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy: A Paradigm Shift?'. **Journal of Contemporary China**, v. 28, n. 115, p. 15-30, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10670564.2018.1497907>. Acesso em: mar. 2023.

WANG, Yinwei. **The belt and road initiative: What will China offer the World in its rise**. New World Press, 1ªed., 2016. Disponível em: https://www.amazon.com/dp/7510455537?ref=cm_sw_r_mwn_dp_MZXWNRZ3GKVVX1W4T7NYF. Acesso em: mar. 2023.

WEBER, Max. **Economy and society: A new translation**. Harvard University Press, 2019.

WEISSMANN, Mikael. Chinese Foreign Policy in a Global Perspective: A Responsible Reformer" Striving For Achievement". **Journal of China and International Relations**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/1150>. Acesso em: mar. 2023.

WORLD BANK. China. **Data: Overview**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/CN>. Acesso em: jul. 2022.

YAMAGUCHI, Shinji. Strategies of China's Maritime Actors in the South China Sea. A Coordinated Plan under the Leadership of Xi Jinping?. **China perspectives**, v. 2016, n. 2016/3, p. 23-31, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/chinaperspectives/7022>. Acesso em: mar. 2023.

ZENG, Jinghan; XIAO, Yuefan; BRESLIN, Shaun. Securing China's core interests: the state of the debate in China. **International Affairs**, v. 91, n. 2, p. 245-266, 2015. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/91/2/245/2199813>. Acesso em: mar. 2023.

ZHANG, Fenzhi. **Xi Jinping: How to read Confucius and other Chinese classical thinkers**. CN Times Books, 2015. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/XI-Jinping-Confucius-Classical-Thinkers/dp/1627741224>. Acesso em: Dez. 2022.

ZHANG, Feng. China's long march at sea: explaining Beijing's South China Sea strategy, 2009–2016. **The Pacific Review**, p. 1-31, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09512748.2019.1587497>. Acesso em: mar. 2023.

ZHAO, Quansheng. The influence of Confucianism on Chinese politics and foreign policy. **Asian Education and Development Studies**, v. 7, n. 4, p. 321-328, 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AEDS-03-2018-0057/full/html>. Acesso em: Dez. 2022.

ZHU, Feng; LU, Peng. Be strong and be good? Continuity and change in China's international strategy under Xi Jinping. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 01, p. 19-34, 2015. Disponível em:

<https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S2377740015500025>. Acesso em: mar. 2023.

ZOGLMANN, Makenna. **Xi Jinping and Confucianism: Legitimacy and a National Moral Identity**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Línguas e Civilizações Asiáticas) - Universidade de Colorado Boulder. Disponível em:

https://scholar.colorado.edu/concern/undergraduate_honors_theses/3j333269s. Acesso em: Nov. 2022.

ZWEIG, David. China's Political Economy . In: JOSEPH, William A. **Politics in China: an introduction**. Oxford University Press, New York, 2019, p. 274-317.